

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA**

**ASSOCIATIVISMO E PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO UMA ALTERNATIVA PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO ARUATÃ.**

ARILSON PEREIRA DO VALE

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz.

CURITIBA

2003

ARILSON PEREIRA DO VALE

**ASSOCIATIVISMO E PRODUÇÃO ORGÂNICA COMO UMA ALTERNATIVA
PARA A AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO ARUATÃ.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz.

CURITIBA

2003

V149a Vale, Arilson Pereira do
Associativismo e produção orgânica como uma alternativa para a agricultura familiar : o caso Aruatã / Arilson Pereira do Vale. – Curitiba : CEFET-PR, 2003.
121 f. : il. ; 30 cm

Orientador : Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz
Dissertação (Mestrado) – CEFET-PR. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Curitiba, 2003.
Bibliografia : f. 116-20

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura orgânica. 3. Tecnologia – Filosofia. 4. Inovações agrícolas. 5. Cooperativismo. 6. Associativismo. 7. Desenvolvimento sustentável. 8. Agricultura e tecnologia. I. Queluz, Gilson Leandro, orient. II. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curso de Pós-Graduação em Tecnologia. III. Título.

CDD : 338.1
CDU : 338.43

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Drº Gilson Leandro Queluz, pela orientação sempre exigente e pela compreensão das dificuldades que surgiram no percurso de realização deste trabalho. Também por conseguir evitar muitos "devaneios metafísicos" deste orientando.

Ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do CEFET-PR, especialmente coordenação, professores e funcionários.

Aos professores doutores Alfio Brandenburg e João Augusto Souza Leão de Almeida Bastos e à professora doutora Marília Gomes de Carvalho pela participação na Banca e valiosas contribuições.

Aos colegas professores do DAESO (Departamento Acadêmico de Estudos Sociais) do CEFET-PR pelo apoio e incentivo.

À todos os envolvidos com a ARUATÃ pela boa vontade em conceder as entrevistas, especialmente aos agricultores familiares de Tijucas do Sul.

Aos meus pais Cláudio e Maria Mercedes, pela vida, pelo carinho e dedicação e por uma educação familiar marcada por muita dignidade e respeito.

À Josiane, minha adorável companheira, pela cumplicidade e compreensão.

A todos os familiares e amigos pelo apoio e palavras de incentivo.

À minha querida e saudosa vovó Amélia (in memoriam), por toda a dedicação e carinho.

A fome não é um sintoma isolado, ela é o fim de um desenvolvimento equivocado. (Ana Primavesi)

(...) a gente fez um associativismo meio romântico. (...) Eu não posso brigar pois o cara desestimula, mas eu tenho uma obrigação de dizer: vocês só vão ser fortes se unindo. O processo era para isso. (...) A coisa mais odiosa que você pode sentir de uma pessoa é achar que ele é um coitadinho. É quando você tirou todas as oportunidades dessa pessoa crescer. (“Nelson” – presidente da Aruatã)

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO PRIMEIRO.....	19
REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
A Escola de Frankfurt e a Razão Instrumental.....	19
Os Fundamentos de uma Teoria de Modernização para a Agricultura e as Dimensões da Tecnologia.....	25
A Produção Orgânica enquanto uma Tecnologia Apropriada para a Agricultura Familiar.....	41
A Teoria da Ação Comunicativa enquanto resposta à Racionalidade Instrumental.....	52
Os Princípios do Associativismo/Cooperativismo.....	56
Conclusão do Capítulo.....	60
CAPÍTULO SEGUNDO.....	63
O CASO ARUATÃ.....	63
O Núcleo de Feirantes.....	64
Ampliação do Quadro de Produtores Orgânicos.....	66
CAPÍTULO TERCEIRO.....	75
RELATOS DO PROCESSO.....	75
Outras Instituições envolvidas.....	82
Associativismo e Relações Sociais.....	96
CAPÍTULO QUARTO.....	102
CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO.....	102
CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICE - Roteiro Básico de Entrevista.....	121

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AOPA	Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
APAC	Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo
ARUATÃ	Associação de Agricultores Orgânicos de Tijucas do Sul
CODESUL	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tijucas do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESER	Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais
EMATER-PR	Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Paraná
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
PM	Prefeitura Municipal
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RIO DE UNA	Empresa Rio de Una Alimentos

RESUMO

Este trabalho traz como tema central a realidade da agricultura e dos agricultores familiares no Brasil. A análise dessa temática parte da identificação e caracterização do modelo de modernização tecnológica adotado no contexto brasileiro. Busca-se compreender a concepção de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico que fundamentou determinadas opções políticas e econômicas e identificar a racionalidade que permeou tal processo, visto que todo agir social traz consigo uma racionalidade que lhe é própria. Nesse itinerário de investigação são especialmente abordados alguns conceitos como Razão Instrumental, “Apropriação” e “Inapropriação” tecnológica e mesmo tecnologia. Posteriormente é apresentada a prática alternativa de agricultura orgânica como “apropriada tecnologicamente” ao contexto da agricultura familiar e orientada segundo os princípios de uma racionalidade comunicativa. Conceito este analisado conforme a construção filosófica de Jürgen Habermas. Em seguida se busca aproximar os conceitos até então abordados com a proposição de que as práticas associativistas e cooperativistas por agricultores familiares são essenciais para a construção de espaços onde a racionalidade comunicativa se efetiva e onde tal categoria de agricultores conquista sua cidadania. A construção desse arcabouço teórico é por fim confrontada com a realização de uma pesquisa do tipo “Estudo de Caso” de uma associação de agricultores orgânicos do município de Tijucas do Sul, por nome ARUATÁ. O objetivo é analisar e perceber as dificuldades de construção de uma prática associativista e as possíveis razões que explicariam porque muitas iniciativas associativistas não prosperam, como por exemplo, a própria ARUATÁ.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar; Produção Orgânica; Associativismo e Cooperativismo; Modernização Tecnológica; Apropriação e Produção do Conhecimento Tecnológico; Razão Instrumental; Razão Comunicativa.

Áreas de Conhecimento: Multidisciplinar/Tecnologia; Multidisciplinar/Filosofia; Multidisciplinar/Ciências Sociais; História da Ciência.

ABSTRACT

This work assumes as its central issue the reality of agriculture, and specially the familiar agriculture, in Brazil. The analysis of this thematic begins with the identification and characterization of the technological modernization model adopted in the Brazilian context. Therefore, it seeks to understand the conception of technology and technological development that based the political and economic options and to identify the rationality embedded in the process, since every social action brings a rationality of its own. In this itinerary of investigation are especially used the concepts of “instrumental reason”, technological “appropriation” and “un-appropriation”, and even technology. The alternative practices of organic agriculture is presented as “technologically appropriated” in the context of familiar agriculture and oriented according to the principles of a communicative reason, as defined by Jürgen Habermas. Next the text tries to bring together the theoretical concepts and the proposition that associative and cooperative practices by familiar farmers are essentials for the construction of spaces where the communicative rationality really works and where the farmers can conquest their citizenship. The theoretical frame is finally confronted with a “case study” research about an association of organic farmers from Tijucas do Sul, named ARUATÃ. The objective is to analyze and realize the existent difficulties in the construction of an associative practice and the possible reasons that could explain why many associative initiatives, like Aruatã, don't prosper.

Key Words: Familiar Agriculture; Organic Production; Associations and Cooperatives; Technological modernization; Production and Appropriation of Technological Knowledge; Instrumental Reason; Communicative Reason.

Knowledge Areas: Multidisciplinary/Technology; Multidisciplinary/Philosophy; Multidisciplinary/Social Sciences; History of Science

INTRODUÇÃO

Ao identificarem a acumulação com um fundo de salários, ou seja, com um estoque de bens de consumo corrente, e ao pretenderem medi-la em unidades homogêneas de *trabalho simples*, os economistas clássicos tornaram ainda mais difícil a compreensão do papel da evolução da técnica na sociedade capitalista. O avanço das técnicas tendeu a ser visto como um meio de contornar a escassez de um *fator de produção*, no nível de uma unidade produtiva. Essa visão microeconômica da técnica pelo prisma do agenciamento dos ingredientes da produção (recursos naturais, trabalho e capital) está na origem de muitas das dificuldades com que se depararão os economistas para adotarem um enfoque dinâmico dos processos econômicos e nestes perceberem algo mais do que uma simples seqüência de situações estáticas. Muitas das manifestações mais significativas do que chamamos progresso técnico – maior eficiência no uso de recursos não-renováveis, efeitos de escala, economias externas, certas modificações no comportamento da demanda resultantes da introdução de novos produtos etc. – somente podem ser captadas plenamente mediante uma visão global do sistema social, o que inclui a percepção das relações deste com o meio físico que ele controla e com o exterior. (...) Daí que não seja possível captar a natureza do problema se circunscrevermos o progresso técnico ao plano microeconômico, esvaziando-o de seu caráter social. (...) Dessa forma, por trás do que chamamos progresso técnico enfileiram-se complexas modificações sociais, cuja lógica devemos tentar compreender como passo preliminar em todo estudo do desenvolvimento. (FURTADO, Celso. Introdução ao Desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 13-15).

A sociedade se constitui por múltiplas faces em dialética interação. Ou seja, a compreensão de determinado fenômeno social exige a busca de significado das suas várias faces, suas relações constituintes e ainda a percepção da racionalidade própria que permeia tal configuração social. A dinamicidade e a complexidade das relações que se estabelecem na constituição do agir social, exige daqueles que se aventuram na tentativa de sua compreensão, um olhar igualmente dinâmico que escape às interpretações estreitas e equivocadas que buscam essa compreensão em fragmentos do real desconectados do todo. O que estamos afirmando é a necessária percepção de que a sociedade não é estática, e sim dinâmica em sua constituição e reestruturação. Ou seja, não se constitui unicamente por aspectos econômicos, políticos ou culturais, mas pelas interações entre estes e tantas outras faces, passando por reestruturações que só serão compreendidas na dialeticidade dessas interações. Faz-se de fundamental importância, também, a percepção da

racionalidade que está no bojo dessa configuração, pois todo agir social traz consigo uma racionalidade que lhe é própria.

Essa foi a perspectiva de análise que norteou este trabalho. Ou seja, uma pesquisa que busque a compreensão de fenômenos sociais é uma tarefa gratificante, porém ao mesmo tempo ingrata. Gratificante por ampliar nosso horizonte de percepção de mundo e realidade ao identificarmos faces desconhecidas dessa mesma realidade. Ingrata por nos lançar, por vezes, numa verdadeira angústia existencial ao percebermos a complexidade que envolve os fenômenos sociais.

O fenômeno social específico que nos propusemos analisar e que elencamos como problema de pesquisa diz respeito à realidade da agricultura e do agricultor familiar brasileiro. Realidade esta marcada por dificuldades de toda ordem que, segundo nosso pressuposto de análise, encontram sua origem no modelo de desenvolvimento e modernização tecnológica adotado para agricultura brasileira.

Para construirmos nossa análise sobre esse contexto, optamos pela realização de uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso. O objeto então definido para a realização de tal pesquisa foi a Associação de Agricultores Orgânicos do município de Tijucas do Sul, por nome ARUATÃ e formada por pequenos agricultores de base familiar. Tal associação foi fundada em 1999, ano marcado pelo seu auge, com um bom número de associados, produção em quantidade e motivação geral. Ao final desse mesmo ano começam as crises que condenaram essa tentativa associativista de produção agrícola de orgânicos por agricultores familiares em Tijucas do Sul à falência. Hoje a Aruatã está por completo desativada, foi fechada na Receita Estadual e na Receita Federal, no INSS e cartórios.

A definição desse objeto de análise se deu em razão do autor ser residente no município em questão e ter interesse em refletir sobre o contexto econômico, político e social da agricultura em seu município. O que efetivamente nos intrigava era tentar perceber as razões que condenaram à falência uma iniciativa por nós considerada, popularmente falando, “politicamente correta”. Ou seja, por orientação ideológica e opção política, sempre apostamos no associativismo e no cooperativismo como práticas ideais e necessárias de alternativa e resistência à hegemonia do sistema capitalista. Então uma questão central se colocava: **o que aconteceu com algo que tinha tudo para dar certo?**

Portanto, o objetivo principal deste trabalho é a análise do processo de constituição e falência da Associação de Agricultores Orgânicos do município de Tijucas do Sul-ARUATÃ. Como objetivos específicos nos propusemos:

1. Discutir sobre a agricultura orgânica enquanto prática alternativa de produção pelos agricultores de base familiar e analisar em que medida tal alternativa produtiva realmente corresponde a um espaço de construção de um agir comunicativo e não instrumental. Esta contraposição entre agir comunicativo X agir instrumental será buscada na filosofia habermasiana.
2. Analisar e perceber as dificuldades de construção de uma prática associativista e as possíveis razões que explicariam porque muitas iniciativas associativistas não prosperam, como por exemplo, a própria Aruatã.

Para podermos atingir os objetivos propostos, organizamos um referencial teórico que buscou analisar os conceitos principais envolvidos com o tema em questão. A abordagem de que nos valem para este estudo de caso foi a qualitativa, visto esta se constituir na forma mais adequada para o desenvolvimento de uma pesquisa que busca o entendimento dos fenômenos sociais em sua

complexidade. A técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada, pois esta facilita a obtenção de informações em níveis mais profundos visto a liberdade concedida aos entrevistados em suas explicações. Essa maior liberdade concedida também é fator necessário para a percepção da complexidade e das interações que caracterizam os fenômenos sociais.

As pessoas selecionadas para entrevista foram previamente identificadas conforme as seguintes categorias de envolvidos no processo ARUATÃ:

FEIRANTES:

NELSON tem formação em Biologia. A partir de 1995 passa a residir em Tijucas do Sul com sua família e a produzir agricultura orgânica, tornando-se feirante. Em 1998 tornou-se diretor adjunto da AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná) e em 1999 presidente da Aruatã. Antes desse envolvimento como liderança em movimentos sociais de agricultores familiares, exerceu por vários anos a atividade docente. Atualmente é professor em Curitiba e não tem mais envolvimento com tais movimentos sociais. *Entrevistado em 28 de fevereiro de 2002.*

LAURA é uma das primeiras produtoras de agricultura orgânica do Estado do Paraná. Começou a plantar organicamente a mais de 25 anos atrás. Fez parte do primeiro grupo de feirantes orgânicos que vendiam seus produtos no Lago da Ordem em Curitiba a + ou – 12 anos. *Entrevistada em 08 de maio de 2002.*

CARLOS era o secretário da Aruatã. Fez questão em afirmar sua origem sócio-cultural no meio rural. Possui formação técnica em telecomunicações e eletrotécnica, áreas que atuou por determinado tempo em São Paulo, porém afirma que não se realizou profissionalmente. Caracteriza-se no município por suas múltiplas habilidades como cozinheiro, confecção artesanal de objetos de decoração residencial, jardinagem, arrumação e decoração de igrejas para casamentos e

salões de festas, etc. Veio residir em Tijucas do Sul em 1991 e logo em seguida torna-se feirante de olerícolas orgânicas na feira verde de Curitiba. Atualmente é presidente da APAE e presidente do Conselho Tutelar no município de Tijucas do Sul. ***Entrevistado em 04 de maio de 2002.***

ORLANDO, natural do Estado de São Paulo, exerceu por longos anos a atividade de contador da Souza Cruz. Era proprietário de uma área na localidade de Rio de Una, município de Tijucas do Sul. Toma contato com o grupo de feirantes de Tijucas do Sul no ano de 1998 e se torna feirante de olerícolas orgânicas também.

DIRETORES¹: Nelson, Carlos e Orlando.

PRODUTORES:

RICARDO (02/05/2002) / TADEU (06/05/2002) / VILMA (09/05/2002) / ANTENOR (09/05/2002) / MÁRIO (15/06/2002) / NORBERTO (15/06/2002) / NESTOR (15/06/2002) = pequenos produtores rurais de base familiar. Até o momento em que vieram a se tornar associados da Aruatã e a produzir olerícolas orgânicas, desenvolviam a agricultura convencional, em especial as culturas de milho, feijão e fumo. A experiência com produção orgânica não excedia os limites de uma horta familiar e o simples conceito de não uso de agrotóxicos e adubo químico na produção. Não tinham experiência associativista.

REPRESENTANTES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS COM A ARUATÃ:

¹ Note-se que os diretores eram alguns dos feirantes.

RENATA é agrônoma com larga experiência em agricultura orgânica. Atualmente trabalha como agrônoma da empresa Rio de Una Alimentos, empresa que iniciou com agricultura convencional e hoje se dedica quase que exclusivamente à produção orgânica. Inclusive sua vinda para a empresa Rio de Una Alimentos foi em função de um convite para desenvolver o projeto de agricultura orgânica da empresa. A senhorita Rosângela comentou que desde os tempos de faculdade teve envolvimento com agricultura alternativa. Foi agrônoma da Emater no município de Cerro Azul, onde atuou por mais ou menos 4 anos. Foi transferida para Colombo em 1996 com o desafio de promover a agricultura orgânica na região. Toma então contato com a AOPA, que tinha sua sede em Quatro Barras. Juntamente com o presidente da AOPA, o Sr. Rogério Rosa, e seu agrônomo, o Sr. Maurício (o mesmo que acompanhou o núcleo de feirantes de Tijucas do Sul), constituíram um grupo de produtores orgânicos em Colombo e vendiam essa produção na APAC (Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo). Várias razões facilitaram, nesse período, a vinda da AOPA para Colombo e uma espécie de simbiose aconteceu entre AOPA e APAC. **Entrevistada em 14 de junho de 2002.**

ANTÔNIO é natural do Rio Grande do Sul e concluiu seu curso superior de agronomia na Universidade Federal de Pelotas em 1973. No ano seguinte vem para o Paraná e presta concurso público na EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Paraná). É aprovado nesse concurso desenvolve sua primeira atividade como extensionista da Emater no norte pioneiro num projeto de fomento da criação do bicho da seda. No ano de 1989 é transferido para Tijucas do Sul como extensionista da EMATER. Afirma que sua primeira experiência com agricultura orgânica foi com a ARUATÃ. **Entrevistado em 03 de maio de 2002.**

ERASTO conclui o curso de agronomia no Rio Grande do Sul, porém nunca atuou profissionalmente na área. Entre os anos de 1977 a 1995 foi bancário do Banco do Brasil. Devido a esta ligação com o Banco do Brasil foi um dos articuladores e presidente do CODESUL (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tijucas do Sul), pois tal projeto fazia parte de um programa de iniciativa do Banco do Brasil para o fomento do desenvolvimento comunitário (FUNDEC - fundo para o desenvolvimento comunitário). ***Entrevistado em 06 de maio de 2002.***

No total foram 14 entrevistas, a partir de um roteiro básico², que tiveram duração média de 60 minutos. Os temas das perguntas foram definidos a partir das discussões entre o autor e o orientador com o intuito de corresponderem ao máximo aos objetivos que a pesquisa se propunha. O agendamento de cada entrevista se deu mediante um contato prévio informal entre autor e entrevistados, onde apresentou-se aos mesmos a proposta de entrevista, o objetivo da mesma e a solicitação de que elas fossem gravadas e utilizadas num trabalho de moldes acadêmicos. Nenhum dos solicitados se negou em concedê-la e autorizaram a transcrição das falas para uso de pesquisa acadêmica. Os nomes reais dos entrevistados foram ocultados, optando-se pelo uso de nomes fictícios na identificação das falas transcritas. O mesmo procedimento foi usado quando os entrevistados citam em suas falas o nome de algum envolvido no processo. A única pessoa que havia sido selecionada e com a qual não foi possível concretizar a entrevista foi o prefeito municipal da época, em razão de contundentes divergências com relação às opções políticas entre o autor e o prefeito. As entrevistas foram sempre realizadas nas datas, horários e locais definidos pelos entrevistados. Todas

² O roteiro encontra-se no final do trabalho como apêndice.

as entrevistas foram gravadas em fita cassete e se iniciavam com uma pequena explicação do entrevistador sobre o objetivo da realização daquela entrevista. Seguiu-se à leitura dos temas propostos e esclarecimentos sobre cada um. Depois de realizadas as entrevistas procedemos à transcrição na íntegra das mesmas para posterior análise a partir do referencial teórico construído e para a concretização dos objetivos propostos e orientadores da pesquisa.

A organização dos capítulos ficou assim estruturada:

No capítulo I - Referencial Teórico, inicialmente, a partir dos fundamentos da Teoria Crítica dos filósofos da Escola de Frankfurt, procuramos identificar os princípios e manifestações de uma razão instrumental que sustentam o sistema capitalista. Em seguida, a partir da análise do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, buscamos caracterizar a racionalidade que permeou esse processo e, igualmente, qual era a concepção de tecnologia de que se partia. Neste mesmo tópico abordamos o conceito de "Tecnologia Apropriada" e levantamos alguns questionamentos sobre a noção de "Transferência de Tecnologia". Porém, essa compreensão do processo de modernização tecnológica de nossa agricultura foi sempre posta em confronto com o que isso significou para a agricultura e os agricultores de base familiar. Na continuidade apresentamos as características da Agricultura Orgânica e, a partir delas, fazemos uma reflexão da apropriação dessa agricultura na realidade sociocultural e econômica dos agricultores familiares. Igualmente apresentamos a prática alternativa de produção de agricultura orgânica como espaços de resistência dos agricultores familiares à racionalidade instrumentalizadora do sistema capitalista, pois tal forma alternativa de produção parte de uma outra racionalidade, que não a instrumental. E qual seria essa outra racionalidade que sustentaria a produção alternativa de agricultura orgânica e

evidenciaria seu potencial transformador de uma realidade até então orientada pela razão instrumental? A proposição teórica de que nos valem para sustentar nosso pressuposto é a filosofia habermasiana e seu conceito de razão comunicativa, pois, para Jürgen Habermas, o caminho para a emancipação se dá pelas ações comunicativas. E é justamente nessa perspectiva que apontamos, então, a importância das práticas associativistas e cooperativistas para aqueles que buscam questionar e transformar uma estrutura alicerçada no agir instrumental.

No capítulo II - O CASO ARUATÃ, fazemos um relato do contexto onde surge a idéia ou proposição de constituição de uma associação de produtores orgânicos até o momento de sua formalização no ano de 1999.

O capítulo III ficou reservado à transcrição de comentários dos entrevistados sobre o processo Aruatã pós-constituição formal em 1999. Comentários estes que passam por temas abordados nas entrevistas como: dificuldades com relação ao processo de conversão de sistema produtivo; insumos e subsídios que os produtores associados tiveram acesso; organização e divisão da produção; formas e avaliação do trabalho de assistência técnica; outras instituições que se envolveram com a Aruatã e o nível desse envolvimento; dificuldades de acesso e inserção no mercado; formas de comercialização adotadas e suas dificuldades; assuntos discutidos nas reuniões da associação, condução das reuniões e nível de participação dos associados; relacionamento pessoal entre dirigentes, entre produtores e entre dirigentes e produtores e opiniões sobre as razões que explicariam o fim da Aruatã.

E por fim, no capítulo IV tecemos considerações sobre o processo Aruatã buscando confrontar os pressupostos de nosso referencial teórico com as afirmações e relatos feitos pelos entrevistados. Neste capítulo destacamos os itens "filosofia de produção orgânica", "razão comunicativa" e "projeto alternativo do

desenvolvimento social", analisados a partir do confronto entre o processo Aruatã e nosso referencial teórico.

CAPÍTULO I

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo buscaremos compreender os caminhos da Agricultura Familiar no Brasil e sua relação com a Tecnologia na atual configuração do espaço agrícola familiar. Nossa análise parte da perspectiva de que a compreensão de determinado fenômeno social só é possível admitindo a complexidade desse mesmo fenômeno.

Para iniciarmos essa construção teórica, nos valem da filosofia da chamada Escola de Frankfurt, fundada em 1923 sob o nome de Instituto para a Pesquisa Social e que reúne pensadores como Horkheimer, Adorno, Marcuse e Benjamin. Sua filosofia é também conhecida como TEORIA CRÍTICA e se desenvolve na identificação e análise da constituição de uma racionalidade marcada pela instrumentalização e dominação do homem e da natureza.

A Escola de Frankfurt e a Razão Instrumental

Racionalização quer dizer, antes de mais nada, ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racional. [...] os padrões de ação instrumental penetram também em outros domínios da vida [...] A “racionalização” progressiva da sociedade está ligada à institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência penetram os setores institucionais da sociedade, transformando por esse meio as próprias instituições, as antigas legitimações se desmontam. Secularização e “desenfeitiçamento” das imagens do mundo que orientam o agir, e de toda a tradição cultural, são a contrapartida de uma “racionalidade” crescente do agir social. (HABERMAS, 1975, p.303).

O ponto de partida da reflexão frankfurtiana se situa na tentativa de compreensão sobre a falência das promessas do pensamento iluminista. Promessas de um conhecimento da natureza através da ciência, aperfeiçoamento moral e emancipação política. Promessas que se situavam na valorização e crença na

“razão clareadora”, “iluminadora” das trevas da ignorância e de toda forma de obscurantismo. Uma razão esclarecida e emancipadora do homem em todos os sentidos. Como afirma OLGÁRIA MATOS (1993), é na metáfora da luz que o Iluminismo encontra seu fundamento.

O homem iluminista é o vencedor das trevas da ignorância e do preconceito. É aquele que se livra do subjugo das potências míticas e do medo de uma natureza desconhecida à qual atribuiu poderes ocultos para explicar seu desamparo em face dela. É aquele que atinge a maioria e, como dono de si mesmo, confia na sua capacidade racional e recusa qualquer arbítrio, exalta a ciência e deposita suas esperanças na técnica, instrumento capaz de dominar a natureza.

Esclarecimento [Aufklärung] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [Aufklärung]. (KANT, in FERNANDEZ, 1974, p. 100)

Porém, para os frankfurtianos o grande empreendimento da filosofia iluminista de libertar o homem do subjugo de tudo quanto for arbitrário por meio da razão não se realizou e resultou numa instrumentalização do próprio homem. A razão é vista por eles como a responsável pelas contradições deflagradas por um agir dito racional. Mas de qual razão estão eles falando? Justamente de uma razão instrumental. De uma razão controladora do próprio pensar. De uma razão matematizadora da natureza e da história. Uma razão que esquadrinha o espaço, domina intelectualmente o mundo e age por uma "ordem" que impõe limites ao pensar, pois este se torna "identificar". Uma racionalidade que se manifesta em todas as formas de dominação e manipulação do homem e da natureza. Ou melhor, como escreve HABERMAS no seu *Discurso Filosófico da Modernidade*: "A própria

razão destrói a humanidade que ela mesma possibilitou. [...] Isto se fundamenta no impulso de autopreservação que mutila a razão porque só a reclama em formas de dominação da natureza e do instinto orientada para fins, justamente como razão instrumental”(1990, p.113). Citando igualmente HABERMAS em *Técnica e Ciência enquanto Ideologia* (1975, p. 311): “[...] o agir instrumental organiza os meios adequados ou inadequados segundo os critérios de um controle eficaz da realidade”.

Cabe aqui, porém, uma observação. A razão não é uma entidade absoluta. O que temos são manifestações reais e formas de agir social que caracterizam determinadas racionalidades. Algumas dessas manifestações e formas de agir social caracterizam-se pela instrumentalização do homem e da natureza. Da mesma forma, se afirmarmos pela técnica enquanto fruto da racionalidade, devemos entender qual racionalidade é essa. Num agir racional marcado pela instrumentalidade, próprio de um sistema capitalista, a produção técnica que daí surge corresponde aos interesses de uma razão que instrumentaliza homem e natureza. Portanto, a técnica também não é uma entidade absoluta, mas fruto de relações sociais de produção marcadas por um determinado agir social, seja ele instrumental ou não. Ou seja, a produção técnica e tecnológica também não é em si mesma instrumental ou não, mas surge de determinadas relações sociais de produção conforme a racionalidade do sistema em que se insere. Isso significa que a produção científico-tecnológica corresponde em grande medida à racionalidade hegemônica da sociedade em questão.

Portanto, não estamos aqui nos referindo a uma razão enquanto entidade absoluta que define com seu mágico poder os rumos da história dos homens. Mas de manifestações históricas onde um determinado agir racional se manifesta, no caso em questão, em formas de controle e instrumentalização da realidade. É de fundamental importância compreender que o entendimento da natureza de uma

razão dita instrumental, não se dá deslocando-a para um universo próprio e desconectado do fazer histórico e humano. Mas identificando o diálogo que esta razão estabelece com a história dos homens em sociedade. Compreendendo sua estreita relação com a constituição de uma sociedade orientada pela lógica do lucro; uma sociedade capitalista em processo de afirmação e consolidação.

HORKHEIMER, como também ADORNO, compreendem o esclarecimento que se ergue sob o signo de uma razão instrumental, como uma tentativa fracassada de escapar às potências do destino; tentativa de dissolver os mitos e substituir a imaginação, enquanto fonte explicativa do real, por um saber mais exato e preciso. Porém, "o princípio da imanência, a explicação de todo o acontecimento como repetição, que o esclarecimento defende contra a imaginação mítica é o princípio do próprio mito".

Os deuses não podem livrar os homens do medo, pois são as vozes petrificadas do medo que eles trazem como nome. Do medo o homem presume estar livre quando não há nada mais de desconhecido. É isso que determina o trajeto da desmitologização e do esclarecimento, que identifica o animado ao inanimado, assim como o mito identifica o inanimado ao animado. **O esclarecimento é a radicalização da angústia mítica** [sem grifo no original]. A pura imanência do positivismo, seu derradeiro produto, nada mais é do que um tabu, por assim dizer, universal. Nada mais pode ficar de fora, porque a simples idéia do "fora" é a verdadeira fonte da angústia. (ADORNO & HORKHEIMER, 1996, p.29)

Portanto, a produção científica e tecnológica resultante de um agir social marcado pela instrumentalidade e a serviço das razões do sistema, passa a identificar-se com a mitologia que teoricamente procurava combater e se torna adoração fetichista de si mesma e de seus métodos. Converte-se em mitologia porque "não venceu o mito, mas este se tornou o conteúdo de uma estrutura racional" (MATOS, 1993, p.62). Uma estrutura racional materializada em desenvolvimentos científico-tecnológicos que respondem aos interesses do sistema e ideologicamente são apresentados como verdades incontestes.

Segundo ADORNO & HORKHEIMER, comentados por MATOS (1993, pp.46-48) “a ciência moderna transformou a natureza em um *gigantesco juízo analítico*, obrigando-a a falar a linguagem do número, matematizando-a, formalizando-a. [...] A ciência domina a natureza abolindo matematicamente os acasos através do cálculo estatístico, mas não controla a *incoerência da vida*”. Ainda citando MATOS (1993, p. 35): “Ciência e técnica modernas se consolidam como a figura máxima do progresso. A racionalidade técnica dissocia meios e fins e redundando na adoração fetichista de seus próprios meios. Ela não é o triunfo da *Razão Científica*, mas o triunfo do método sobre a ciência”.

Tal processo ou caminho tomado por uma produção científica tornada absoluta, pode-se exemplificar com alguns mitos que se manifestam no mundo contemporâneo: o mito da neutralidade científica e o mito do cientificismo. O primeiro corresponde à crença de que as pesquisas científicas não sofrem influência social ou política e visam apenas ao conhecimento “puro” e desinteressado. O segundo corresponde a um processo de “desencantamento do mundo”, como diriam os frankfurtianos. Ou seja, à medida que a ciência moderna se mostra capaz de compreender a realidade com maior rigor, desenvolve-se a tendência em desprezar as demais formas de abordagem do real, como por exemplo o mito, a arte e a filosofia, considerados, a partir de então, formas “menores”, e não diferenciadas, de conhecimento.

A realidade social, dinâmica e complexa, é submetida a um método de compreensão e análise do real que interpreta a história dos homens como um encadeamento de eventos progressivos. Uma concepção mecanicista do mundo e das relações sociais. Pois estas se definem por conceitos e cálculos matemáticos previsíveis, onde até mesmo o imprevisível é cercado por teoremas matemáticos.

Da mesma forma que os mitos se sustentam num ritual mágico, o esclarecimento mitologizado tem no procedimento matemático de uma razão técnico-científica o seu "ritual do pensamento".

A ciência em sua interpretação neopositivista torna-se esteticismo, sistema de signos desligados, destituídos de toda intenção transcendendo o sistema: ela se torna aquele jogo que os matemáticos há muito orgulhosamente declararam assunto deles. A arte da copiabilidade integral, porém, entregou-se até mesmo em suas técnicas à ciência positivista. (ADORNO & HORKHEIMER, 1996, p.31)

O que os frankfurtianos estão apontando são os caminhos de uma racionalidade que se ergue sob o signo do esclarecimento e da emancipação. Caminhos estes que, contrários aos desígnios e esperanças iluministas, serão trilhados e construídos na lógica da instrumentalidade. Mas, como já dito, não estamos falando de uma razão enquanto entidade absoluta, e sim de formas do agir social marcadas pela ação instrumental. De padrões de ação instrumental que penetram os setores da vida em sociedade.

Quando os frankfurtianos falam que a ciência não venceu o mito, mas este se tornou o conteúdo de uma estrutura racional, identificamos manifestações reais de uma razão científica instrumentalizada a serviço da lógica do lucro absoluto. O Professor FARACO (1988, pp.5-6), nos ajuda nessa compreensão com o seguinte relato:

O gene 'Terminator', cuja patente já obteve o registro nos EUA e tem processos equivalentes em mais de 78 países, inclusive no Brasil (...) foi desenvolvido por pesquisadores do Departamento de Agricultura dos EUA junto com a empresa Delta & Pine Land, recentemente adquirida pela multinacional Monsanto, especializada em insumos agrícolas(...)O 'Terminator' combina um gene ativador de outros na fase de maturação das sementes (o ciclo da renovação da vida vegetal) com um outro que produz uma proteína inibidora da germinação(...)Inserido nas células das sementes comercializadas, o 'Terminator' entra em ação ao fim do período normal de crescimento das plantas, tornando estéreis as sementes por elas produzidas(...)rompe-se a prática milenar(...)de se guardar as melhores sementes de uma colheita para a produção da nova safra; e subordina drasticamente a agricultura mundial aos interesses das grandes empresas internacionais produtoras de sementes(...)O mais complexo de todo esse processo, contudo, é que se desconhecem (como os próprios pesquisadores declaram) os efeitos dessa nova tecnologia sobre os ecossistemas; e nem isso foi preocupação da pesquisa, já que a racionalidade do lucro não permite que se perca tempo e dinheiro com as trilhas do 'supérfluo'(...) Nessa perspectiva, mede-se a eficiência da nova tecnologia pela régua fria e exclusiva da relação performance/custo.

O que o Professor FARACO está apontando é uma manifestação real de como a produção científico-tecnológica foi apropriada pelas razões do sistema. Razões estas caracterizadas pela instrumentalidade e que tudo justifica em nome do lucro.

Enfim, poderíamos afirmar que se faz fundamental para a Teoria Crítica o rompimento com uma razão instrumental e a influência positivista na produção técnico-científica que: pensa a história como um encadeamento de eventos progressivos; estabelece uma falsa linearidade do progresso científico-tecnológico; torna o real mecânico, repetitivo e causal e sacrifica o indivíduo à totalidade de um sistema mistificado. Da mesma forma, temos que buscar identificar quais são os diálogos que a produção científico-tecnológica estabelece com as relações sociais de produção. Diálogos que buscam a justificação de meios e fins ou não? Diálogos marcados pela instrumentalização ou não?

A partir dessa discussão inicial, uma questão surge como central em nossa investigação sobre o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira. Ou seja, qual foi a racionalidade e a concepção de tecnologia e desenvolvimento tecnológico que norteou tal processo?

Os fundamentos de uma Teoria de Modernização para a Agricultura e as Dimensões da Tecnologia

A noção de progresso dominou o cenário ideológico e conceitual desde o século XVIII. No século XIX, com o Positivismo, tal noção apresenta-se como hegemônica nas construções teóricas. Porém, em especial a partir de meados do século XX, pode-se afirmar que tal noção já estava desgastada, visto as profundas

contradições que a sociedade ocidental capitalista gera e que já não era mais possível desconsiderar, como, por exemplo, a coexistência entre opulência e miséria, entre urbanização e degradação ambiental, entre aceleração da produção e constantes ameaças de superprodução. Como sustentar o conceito de progresso se este sempre trouxe como pano de fundo a idéia de um constante, homogêneo, ascendente e evolutivo melhoramento frente às crises ambiental, econômica e social das sociedades "modernas"?

A crise econômica dos países do "Terceiro Mundo", durante os anos 50 mostrou, assim, que o progresso não era uma *virtude natural* que todos os sistemas econômicos e todas as sociedades humanas possuíam. Na verdade, este termo corresponde a uma situação histórica particular das sociedades industriais. Do mesmo modo, a noção de crescimento é insuficiente para dar conta das transformações estruturais dos sistemas socioeconômicos, pois apenas leva em consideração a produção sob o aspecto *quantitativo*.

Já a noção de desenvolvimento, ao contrário, pretende evidenciar todas as dimensões - econômica, social e cultural - da transformação estrutural da sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento remete às estruturas sociais e mentais. Nesta visão, a dimensão econômica interage de modo recíproco com os aspectos socioculturais. (ALMEIDA, 2001, p.36).

Porém, permanece a noção de modelo. Da mesma forma que as ações em busca do progresso/melhoramento da sociedade ocidental européia se apresentavam como modelo, o "desenvolvimento" moderno também tem um modelo uniformizante, e qual seja ele, os avanços técnico-científicos dos países considerados desenvolvidos.

(...) a idéia de desenvolvimento é reduzida à de modernização e, em consequência disso, os países do Terceiro Mundo são julgados à luz dos padrões dos países desenvolvidos, todos de modernização precoce. Este etnocentrismo conduziu à aplicação no mundo inteiro de um modelo único de modernização e, portanto, a ver "em atraso" os países "subdesenvolvidos". (ALMEIDA, 2001, p.37).

O Estado, então, enquanto agente de políticas de modernização e desenvolvimento econômico e técnico, desenvolve políticas econômicas voltadas à modernização de setores considerados tradicionais, arcaicos e atrasados, como por exemplo a agricultura. Para que a agricultura pudesse ser inserida no sistema

econômico fazia-se necessária a sua modernização via extensão de avanços técnico-científicos ao campo.

Os planos de desenvolvimento oficiais inspirados nesta visão desenvolvimentista passam a definir as competências dos agricultores e as características do sistema técnico que eles devem colocar em operação. Os órgãos públicos de difusão de tecnologia têm a tarefa de "enquadrar" os agricultores no "modelo" de desenvolvimento idealizado, segundo os cânones da modernização. Trata-se da ampliação de *clientela do desenvolvimento*, aportando novos conhecimentos àqueles que estão em atraso na rota do progresso, ou seja, os "retardatários da modernização". Nesta visão, o desenvolvimento é um processo considerado *único*, que leva do atrasado ao moderno, tendo portanto uma concepção linear. Este novo "modelo" moderno, "desenvolvimentista", encampado pelos agricultores empresariais modernos, é o único possível e desejável.

Do ponto de vista metodológico, este processo de desenvolvimento julga positiva ou negativamente essa ou aquela forma de produção agrícola ou formato tecnológico em função dos estágios de desenvolvimento, definidos em relação ao grau de *intensificação*. Uma unidade produtiva é mais ou menos moderna ou tradicional, mais ou menos atrasada ou moderna, progride mais ou menos rapidamente na via do desenvolvimento segundo o sistema de produção mais ou menos intensivo que utiliza ou põe em prática.

De um lado, esta tese permite traçar um itinerário (de desenvolvimento) privilegiado que leva às formas de produção intensivas que garantem o acesso à modernidade. De outro lado, ela provoca a desvalorização de todas as formas de produção que não estão calcadas no modelo de desenvolvimento dominante, pois são os critérios de sucesso deste último que servem de critérios de avaliação e julgamento.

Dentro deste modo de desenvolvimento, descrito como "moderno" ou "avançado" pela literatura, a *diversidade* e a *diferenciação* das formas de produção são consideradas como empecilhos ao desenvolvimento no eixo tradição à modernidade. A *tese do retardamento* justifica, de um lado, a sustentação (técnica, financeira, política, etc) aportada às unidades produtivas mais "avançadas" (as mais intensivas) as quais é preciso ajudar a reproduzir-se; de outro, pela eliminação das mais "atrasadas" que não têm nenhuma chance de recuperar o atraso: é o êxodo rural que passa então a ser admitido como inexorável - e mesmo necessário - para permitir aos mais "dinâmicos" se desenvolverem em boas condições. (ALMEIDA, 2001, pp.40-41).

Ou seja, o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira correspondeu a esse contexto teórico que restringiu a noção de desenvolvimento a um modelo uniformizante. E ao analisarmos esse processo de modernização da Agricultura Brasileira, que se deu nas décadas de 60 e 70 do século passado, identificamos igualmente os fundamentos de uma Razão Instrumental sustentando uma Teoria de Modernização pretendida e justificando conseqüentes práticas. Como afirma PASSINI (1999, p.1), comentando MASCARETTI (1994), "partia-se da premissa de que a simples transferência de tecnologias melhoradas promoveria o desenvolvimento econômico de uma dada região". Leia-se "transferência de

tecnologias melhoradas", a introdução de máquinas, implementos, fertilizantes, agrotóxicos, etc. na produção agrícola brasileira.

Essa crença de que a transferência de tecnologia era por si só fator de desenvolvimento é fator explícito da racionalidade que permeou o processo, uma racionalidade que pensa a história como um encadeamento de eventos progressivos e procura estabelecer uma linearidade do progresso científico-tecnológico. Partia-se de um pressuposto de progresso linear materializado no desenvolvimento científico-tecnológico de máquinas e pacotes químicos, estes seriam responsáveis pelo aumento da produtividade do campo e conseqüente modernização de nossa agricultura. A premissa da "transferência de tecnologia" ou da "adoção de pacotes tecnológicos" obedece a uma lógica racional própria, onde a Tecnologia passaria por estágios evolutivos ascendentes em direção a uma modernização sempre melhorada, representada, no caso específico, pelas máquinas e agrotóxicos. E tal perspectiva de modernização, partia igualmente do pressuposto de uma pretensa neutralidade da Tecnologia ao identificá-la como fator suficiente para o desenvolvimento da Agricultura Brasileira independentemente do contexto em que foi gerada.

Para os teóricos da modernização, o desenvolvimento de nossa agricultura estava necessariamente ligado à utilização de insumos industriais (máquinas e implementos, fertilizantes, defensivos, etc) na forma de "pacotes tecnológicos" disponíveis, principalmente, no mercado internacional.

A partir de meados dos anos 60, após concluído o ciclo de modernização agropecuária nos países desenvolvidos, passa a existir em disponibilidade no mercado internacional um conjunto de tecnologias biológicas, químicas e mecânicas, na forma de um verdadeiro "pacote tecnológico". Estas novas técnicas, associadas, especialmente, aos produtos trigo, soja, milho e arroz irrigado, encontravam-se em poder de grandes grupos industriais, ligados, principalmente, ao capital norte-americano, que passa a procurar novos mercados para a sua reprodução, agora nos países menos desenvolvidos.(PEREIRA, 1992, p. 116).

A abordagem desses teóricos foi determinante no direcionamento político-econômico adotado para o setor agrícola do país. Conforme SANTOS (1987, p. 40), citado por PEREIRA (1992, p. 118), "a estratégia de políticas recomendada por estes autores era no sentido de, no curto prazo, criar instrumentos e desenvolver um conjunto de ações capazes de difundir rapidamente, entre os agricultores, o estoque de conhecimentos acumulados no país e no exterior".

Um sério problema decorrente dessa perspectiva de desenvolvimento atrelado aos avanços técnicos registrados nos países dito desenvolvidos, se refere à falta de pesquisa para a agricultura familiar, e que se reflete no perfil do pesquisador agropecuário formado em nossas instituições e no distanciamento entre centros de pesquisa agropecuário e agricultores familiares.

As promessas eram o aumento da produtividade, fim da fome e riqueza para o campo. Porém, o resultado desse processo de modernização desenvolvimentista decretado foi o empobrecimento material e sociocultural do agricultor e o empobrecimento da terra, conseqüência direta da adoção de técnicas químicas na produção. Ou seja, a modernização também foi marcada por seu caráter poluente. Segundo o Professor BRANDENBURG, o Brasil perde anualmente algo próximo a 1 milhão de toneladas de terras férteis e afirma ainda o mesmo autor,

A modernização representada pelos interesses do capital industrial simplesmente irá transferir técnicas e um conhecimento gestado na matriz da indústria dos Países cêntricos da economia. Nesse sentido, as novas práticas agrícolas tiveram como base empírica de experimentação sistemas produtivos estranhos aos nossos ecossistemas agrícolas. Em conseqüência, máquinas inadequadas às condições físicas de solo irão provocar processos erosivos, variedades de plantas rústicas serão extintas pela introdução de sementes padrões, como o milho híbrido. Essa mudança da base técnica, se por um lado eleva a produção e a produtividade de alguns produtos, por outro simplifica os ecossistemas agrícolas, gerando conseqüências de ordem físico-biológica e de ordem social à medida em que compromete a sobrevivência de grupos de famílias rurais (2001, p. 5).

Ocorreu assim, com a adoção desse modelo desenvolvimentista de modernização, um processo de empobrecimento do homem do campo. Empobrecimento sociocultural resultante da invasão cultural e destruição dos valores do homem do campo e um empobrecimento propriamente dito. Pois além do resultado imediato desse processo, caracterizado pelo forte êxodo rural, outras conseqüências advieram desse "decreto" de desenvolvimento modernizante.

Nossa estrutura agrária contava com a abundância de terra e mão-de-obra, ao se determinar pela adoção de novos fatores de produção (capital e insumos industriais) aprofundou-se uma diferenciação sócio-econômica em prejuízo daqueles que não dispunham das condições necessárias a essa adaptação. Assim observa FLEISCHFRESSER, citado por PASSINI (1999, p. 12):

Os produtores que não dispunham das condições materiais (tamanho dos estabelecimentos e dos recursos) exigidas para a adoção da inovação, foram expulsos; os que dispunham de condições mínimas ou de acesso à infra-estrutura de estímulo à adoção, se tecnicaram; alguns que já possuíam condições materiais, se capitalizaram; e uma parcela dos menores, que ainda não foi expulsa, se mantém combinando a produção agrícola para o mercado e autoconsumo, e se assalariando temporariamente (1988, p. 41-42).

Igualmente afirma JÉQUIER & BLANC, citados por MACHADO & RODRIGUES (1997, p. 18):

(...) as tecnologias de grande escala e de forte coeficiente de capital, implantadas na Europa Ocidental, na América do Norte ou no Japão podem ser muito eficazes, mas sua introdução nas sociedades mais pobres e menos desenvolvidas coloca, muitas vezes, mais problemas do que pode resolver. Estas tecnologias são de fato muito custosas em relação à renda das populações locais, elas exigem infra-estrutura industrial e um sistema de educação cujo desenvolvimento necessita decênios e as transformações sociais que ela provoca tendem a ser mais abruptas e mais profundas do que nas culturas de que são originárias (...). (1976, p. 18).

A contradição que estamos aqui apontando é o forte caráter excludente desse modelo adotado no contexto brasileiro. Os pacotes tecnológicos importados objetivavam aumento de produtividade com redução de mão-de-obra e área cultivável. No Brasil, sendo esses dois fatores abundantes, o Estado teve que

promover incentivos na forma de subsídios para que fossem adotados tais pacotes, visto serem mais caros que os métodos tradicionais de produção. E tais incentivos, na forma de crédito rural, privilegiaram os médios e grandes produtores rurais, que puderam "modernizar-se". Os agricultores familiares, com pequenos estabelecimentos, produção diversificada e voltada ao mercado interno, foram marginalizados por uma política agrícola que se voltava às grandes áreas, à produção de alguns produtos considerados mais dinâmicos e ao mercado de exportação. Segundo MARTINE & BESKOW (1987, pp.22-23),

(...) O principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento da exportação de produtos agrícolas e que, conseqüentemente, ocasionou a transformação da sociedade rural nos últimos anos, foi o crédito rural (...) Peça essencial do projeto de modernização tecnológica e do processo de consolidação do complexo agro-industrial, o crédito rural subsidiado constituiu um instrumento de articulação e convergência entre os seguintes atores sociais: os proprietários rurais/burguesia agrária, o grande capital com interesses na agricultura (...), os capitais de origem urbana preocupados com a aplicação de capital produtivo na agricultura e com a especulação de terras, os bancos e o Estado.

Conforme análise do IPARDES (1985), entre o período de 1969-1979, apenas 5,3% dos recursos para o crédito rural destinaram-se a contratos com pequenos agricultores e representavam 50% do total de contratos. Enquanto que 35,6% dos recursos destinaram-se a 1% de contratos com valores elevados. Ainda em 1993, segundo dados do FAO/INCRA (1995), os pequenos agricultores familiares detinham 81% do total de contratos de crédito agrícola, porém receberam somente 32% dos recursos totais destinados a esse fim, enquanto que aos grandes proprietários couberam 31% dos recursos totais com apenas 3% dos contratos.

O DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) resume bem o que significou o crédito rural na lógica de uma política agrícola modernizante:

Em razão de uma política agrícola excludente e seletiva implantada no país, o crédito rural, principal instrumento desta política, foi destinado prioritariamente para regiões mais desenvolvidas, para os maiores proprietários e para os produtos mais dinâmicos (sobretudo os exportáveis). Os agricultores mais capitalizados foram os principais beneficiários do crédito

rural subsidiado, provocando a descapitalização da grande maioria dos agricultores familiares. O crédito foi seletivo, concentrador de renda, impositor de tecnologias não adaptadas ao meio ambiente e à realidade sócio-econômica dos agricultores familiares. (DESER, p.25).

O êxodo rural, conseqüência direta desse modelo adotado, chegou a 28 milhões de pessoas expulsas do campo nos últimos 30 anos, provocando o inchaço dos centros urbanos, o agravamento dos níveis de miséria, desemprego e violência e a fome de milhões de brasileiros. Em 1970, 44% da população brasileira vivia no campo, em 1991 esse percentual era de 24,5%. No Estado do Paraná, os percentuais passaram de 64% para 21% em 1970 e 1991 respectivamente (COLOMBO, 2001).

Todo esse processo também foi responsável por uma forte concentração fundiária. Levantamentos do INCRA no período de 1972-1978, citados por PASSINI (1999, pp. 14-15) mostram o seguinte:

* Em 1972, as propriedades com menos de 10 ha representavam 32,1% do total de propriedades do país. Em 1978, elas já representavam apenas 28,5%. A sua participação na área total caiu, no período, de 1,4% para 1%;

* Em 1972, as propriedades com menos de 100 ha representavam 85,5% do total. Em 1978, esse percentual caiu para 84,2%. A sua participação na área também decresce de 17,5% para 14,8%;

* As maiores propriedades, com área superior a 10 mil ha, não obstante representarem apenas 0,1% do total, crescem em termos de participação na área total, no mesmo período, de 19,0% para 25,0%. E as gigantescas propriedades, maiores que 100 mil ha, aumentaram sua participação na área total de 4,4% para 7,5%.

No Paraná, em 1970, 42% do total da área agrícola eram de pequenos estabelecimentos e em 1985 já não ocupavam mais de 31%. Enquanto que os estabelecimentos acima de 50 hectares passaram de 58% para 69% da área total no mesmo período. (COLOMBO, 2001).

Como se percebe, o modelo de modernização da Agricultura Brasileira teve um forte caráter de concentração fundiária e exclusão dos agricultores familiares.

Também é rítido o atrelamento imposto da agricultura ao setor urbano industrial. A agricultura é transformada num ramo da indústria, pois fica subordinada aos padrões tecnológicos de produção definidos pela indústria, conforme os insumos e equipamentos desenvolvidos. Assim afirma MARTINE & BESKOW (1987, p. 20): "(...) a agricultura passou a ter um papel importante, não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial em termos de máquinas e, posteriormente, de outros insumos agrícolas". A própria política de crédito rural prescrevia a adoção de pacotes tecnológicos marcados pelo emprego de técnicas modernas dependentes do setor urbano-industrial. O que está se operando é uma forte subordinação da terra ao capital segundo as necessidades do desenvolvimento capitalista. Ou seja, é a explícita lógica de uma racionalidade a serviço do domínio da natureza e do homem, própria de uma razão instrumental. É a explícita lógica da penetração das relações capitalistas no campo. Assim observa SILVA, citado por PASSINI (1999, p. 7):

O comando passa progressivamente ao capital, através do uso de meios de produção, como as máquinas, os fertilizantes, os canais de irrigação e de drenagem. Em outras palavras, a produtividade do trabalho é aumentada "artificialmente", ou seja, ela não depende mais apenas das condições naturais em que se realiza a produção agrícola. O próprio capital cria essas condições, controla e desperta as forças da Natureza, tomando a produção agrícola mais intensiva sob o seu domínio (SILVA, 1981, p. 24).

Todo esse processo descrito encontrou sua pretensa sustentação numa Teoria de Modernização que em seus fundamentos sempre condicionou a modernização da Agricultura Brasileira atrelada ao setor industrial. Aliás, tal modernização estava a serviço da impulsão do setor industrial, embora ideologicamente o discurso afirmasse pela positividade e benefícios da mesma.

Hans Singer, diretor do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex, citado em Dickson (1980), escreveu que "os países subdesenvolvidos estão importando atualmente a chamada tecnologia moderna, ainda que a palavra moderna, como a palavra progresso, signifique o que é moderno e o que é progresso para as nações mais ricas". (MACHADO & RODRIGUES, 1997, p.28).

No início deste capítulo afirmávamos pela complexidade de compreensão dos fenômenos sociais, visto a dinamicidade de constituição e reestruturação da sociedade. Pois bem, a compreensão do papel da Tecnologia nesse processo de modernização da Agricultura Brasileira deve então ser buscado nas múltiplas dimensões que envolvem o significado da Tecnologia, ou seja, dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais, que condenam ao reducionismo as interpretações que limitam a compreensão da Tecnologia ao desenvolvimento de um "produto" ou aos avanços técnicos materializados num "produto".

FARACO (1998, p. 5) em *Tecnologia e Interação* afirma: "A tecnologia é uma realidade de muitas faces". A partir dessa afirmação começa a discorrer sobre uma racionalidade de busca do lucro absoluto que subordina a pesquisa científico-tecnológica aos interesses do capital e provoca "efeitos desarticuladores do ambiente natural e social" (1998, p. 7) e propõe uma Educação Tecnológica que não se reduza ao adestramento do indivíduo para a execução correta de uma técnica, mas que seja capaz de fornecer aos estudantes "as condições de compreender os fundamentos e, portanto, a dinâmica dos processos tecnológicos e, ao mesmo tempo, suas dimensões econômicas, sociais, culturais, ambientais e éticas"(1998, p. 9).

No mesmo livro, o Prof. BASTOS (1998, p. 69) afirma: "Os perigos afetos à Tecnologia residem na conformidade aos meios e fins. É preciso reforçar o embasamento não-técnico da Tecnologia, buscando abordar os aspectos econômicos, sociológicos e políticos para questionar meios e fins".

HABERMAS, em *Técnica e Ciência enquanto Ideologia* (1975), ao citar MARCUSE, mostra igualmente a Tecnologia em estreita conexão com as dimensões socioculturais, políticas e econômicas.

Os princípios da ciência moderna foram estruturados *a priori* de modo a poderem servir de instrumentos conceituais para um universo de controle produtivo que se perfaz automaticamente; o operacionalismo teórico passou a corresponder ao operacionalismo prático. O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza passou assim a fornecer tanto os conceitos puros, como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem através da dominação da natureza [...] **Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas enquanto tecnologia** [sem grifo no original], e esta garante a formidável legitimação do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura. (HABERMAS, 1975, p.305).

Esses autores deixam explícita a preocupação com o significado que a palavra Tecnologia encerra. Porém, não buscam uma mera compreensão semântica, mas a percepção de como a Tecnologia se expressa na configuração do agir social.

Percebemos então que pensar o significado da Tecnologia na configuração das sociedades não é identificar um pretense progresso linear materializado em avanços técnicos, mas situá-la na complexa, dinâmica e dialética rede de faces que configuram o todo social.

Ao se considerar a Tecnologia neutra, naturalmente boa por si só e isenta de influências de ordem histórica, política, econômica, etc, corremos o risco quase inevitável de estarmos contribuindo para o agravamento de uma situação social marcada pela exclusão e alienação do trabalhador, pela ideologia do progresso, pela mitologização da ciência e instrumentalização do ser humano, visto a Tecnologia, numa sociedade capitalista que se guia pela racionalidade instrumental, quase se confundir com dominação e legitimação de poder (HABERMAS, 1975). A visão de Tecnologia enquanto mera execução e manipulação de técnicas, enquanto sinônimo incontestado de progresso, corresponde aos princípios de uma razão instrumental e acirra ainda mais o encobrimento das contradições inerentes de uma racionalidade própria de um modelo econômico excludente e centralizador, que fetichiza a técnica e reifica o indivíduo. É preciso despertar para a compreensão da íntima relação da

tecnologia com a história e percebê-la enquanto produto humano historicamente situado, passível de diversas influências e relações como também comprometida e responsável por conseqüências possíveis de seu uso e manipulação. Ou seja, a produção tecnológica está envolta num profundo contexto histórico e cercada por influências e escolhas bem definidas. Não é uma entidade própria, mas se constitui na própria história. Portanto, **há a necessidade da consciência da historicidade e finalidade da produção tecnológica e suas dimensões.**

Pois bem, nesse contexto de abordagem coloca-se o processo de modernização tecnológica da Agricultura Brasileira durante as décadas de 60 e 70 do século XX e o significado da Tecnologia nesse processo. MACHADO & RODRIGUES (1997, p. 15) comentam JÉQUIER e afirmam:

A palavra tecnologia sugere invariavelmente a idéia de materiais, seja sob a forma de usinas, máquinas, produtos ou infra-estrutura (estradas, armazéns, sistemas de transporte).

"O material ou, por analogia com a informática, o 'hardware', tanto é tangível como muito visível. A tecnologia, entretanto, vai além do material e compreende também o que podemos chamar de 'software' ou o imaterial, que engloba o conhecimento, a habilidade, a experiência, a transferência de conhecimento de uma geração para outra e as formas de organização da sociedade. A distinção entre o material e o imaterial é tão importante para a tecnologia apropriada³ como para a tecnologia em grande escala" (Jéquier, 1976).

O transplante de uma tecnologia de uma realidade para outra confronta-se com os aspectos imateriais ou com a organização social que deveria embasar a sua escolha. Esta falta de sintonia é alarmante nos países em desenvolvimento, onde grande parte da população continua vivendo no campo, enquanto que as inovações tecnológicas seguem se concentrando no setor industrial e na mecanização intensiva das operações agrícolas. [...] A desigualdade é perpetuada pela disponibilidade e utilização de tecnologias socialmente inapropriadas, reflexo direto da ênfase dos economistas ao desenvolvimento da economia, em vez de atender às necessidades sociais diretas (como a geração de empregos) e às questões do controle político correspondente. [...] O conceito de tecnologia socialmente apropriada compreende uma forma particular de ver a sociedade⁴; a própria palavra sugere que a tecnologia não é "neutra" por estar comprometida com um contexto de elementos sociais, políticos, econômicos, culturais. Para alcançá-la não há um único e definitivo caminho, mas diversas e distintas trilhas, que poderão ser diferentes para diferentes categorias sociais.

³ Ver: CARVALHO, H.M. *Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica*. Londrina: IAPAR, 1982. (IAPAR. Documento, 4)

⁴ "(...)forma particular de ver a sociedade", ou seja: sob uma outra ótica, que não a instrumental.

Portanto, a apropriação da tecnologia se constitui em condição essencial para se pensar o desenvolvimento. E o que caracteriza uma tecnologia socialmente apropriada? Segundo os mesmos autores da citação, "(...) a tecnologia apropriada baseia-se no princípio de que a melhor tecnologia é aquela que melhor se adapta à situação em que será utilizada" (MACHADO & RODRIGUES (1997, p.16). Ou seja, diferentes grupos culturais e geográficos possuem tecnologias diferentes (em forma e grau), apropriadas às suas situações específicas. Da mesma forma, ao afirmarem que a tecnologia socialmente apropriada compreende uma forma particular de ver a sociedade, podemos entender que a apropriação tecnológica garantida por essa autodeterminação tecnológica dos grupos culturais se desenvolve numa ótica diferenciada, que não a instrumental, pois nesta a justificação de meios e fins desconsidera contextos históricos e inibe a autodeterminação tecnológica das culturas.

Então, uma questão central se coloca em nossa investigação sobre a fundamentação teórico/racional desse processo de "modernização" da Agricultura Brasileira: É possível falar em "Transferência de Tecnologia"? JÉQUIER & BLANC (1976), citados por MACHADO & RODRIGUES (1997, p. 18), afirmam que a mera transferência de tecnologia ou imposição de pacotes tecnológicos tende a "paralisar **a iniciativa e o espírito de inovação**, que **são a base do processo de desenvolvimento**" [sem grifo no original]. Ou seja, tecnologia tem contexto; é gerada e não pode ser "transferida". O desenvolvimento tecnológico de um determinado grupo social só será atingido enquanto resultado direto da iniciativa desse próprio grupo e busca de soluções que brotem de suas reais necessidades e se adequem ao seu contexto. Desenvolvimento não se decreta, não se institui, se constrói. Nação

alguma pode se considerar desenvolvida se permanece atrelada às iniciativas de desenvolvimento que não lhe são próprias.

Isto sugere a interpretação de que a Tecnologia propriamente dita brota da sociedade, da cultura, da organização sociocultural. "(...) a tecnologia é um conjunto de procedimentos de controle local, autóctone, com ritmo próprio, altamente dependente da criatividade e voltada à afirmação dos grupos sociais" (MACHADO & RODRIGUES, 1997, p.20). Ou seja, ela não é só o produto, pois este é fruto de um contexto mais amplo do que o processo técnico de sua confecção. Também não se importa ou exporta tecnologia, pois ela brota de contextos socioculturais específicos. Exportam-se ou importam processos, produtos e procedimentos técnicos que só adquirem certo significado quando "apropriados"/"adequados" e "modificados" em resposta às necessidades de contexto. Como afirmam MACHADO & RODRIGUES (1997), o caminho a ser trilhado na direção de uma tecnologia "socialmente apropriada" corresponde a contextos específicos das diferentes categorias sociais e diferentes contextos socioculturais.

Porém, o processo de modernização da Agricultura Brasileira apostou na "transferência de tecnologia" como fator suficiente para o desenvolvimento. Tentou-se decretar o desenvolvimento com a adoção de um modelo que não nos dizia respeito. Modelo este ideologicamente revestido de caminho único e definitivo para o desenvolvimento tecnológico.

Tal modelo adotado, por exemplo, dizia respeito a realidades marcadas pela escassez de mão-de-obra e terra (fatores estes abundantes em nosso contexto agrícola) e pela disponibilidade de capitais e infra-estrutura urbano-industrial. Percebemos então, de imediato, a "inapropriedade" do modelo. O resultado imediato para o pequeno agricultor brasileiro foi o desemprego no campo e uma explosão do

êxodo rural, agravado pela falta de capacidade do setor urbano-industrial em absorver essa mão-de-obra.

Porém, uma conseqüência pouco abordada pelos críticos desse modelo de modernização desenvolvimentista adotado se refere à desintegração dos valores socioculturais próprios do homem rural até esse período. Valores estes que se caracterizavam por uma profunda relação de respeito e identificação com a terra e solidariedade entre os grupos sociais. Práticas comunitárias como a troca de dias de serviço entre as famílias de agricultores e os mutirões comunitários organizados para o plantio, capina e principalmente colheita da produção, deram lugar a práticas cada vez mais individualistas. A terra vira mercadoria, mero instrumento para a obtenção do lucro. Metaforicamente falando, uma verdadeira natureza morta, pois, a partir de agora, acredita-se que o sucesso na produção é graças aos implementos agrícolas e agrotóxicos, e não graças à fertilidade do solo e às relações sociais de trabalho estabelecidas no processo produtivo.

Podemos assim afirmar que a introdução das relações capitalistas no campo promoveu a desintegração dos valores culturais próprios do homem do campo. BRANDENBURG (2001, p. 3) afirma: "(...) a modernização da agricultura tanto pode levar à expropriação e à exclusão social que resulta no rompimento de suas raízes culturais, como a perda de identidade e a massificação cultural promovida pela urbanização de um estilo de vida".

Enfim, o modelo de desenvolvimento adotado, ou melhor, decretado, para a Agricultura Brasileira foi responsável direto pela grave situação econômica e social em que se encontra a agricultura familiar em nosso país e pelo processo crescente de degradação ambiental.

Ao afirmarmos pelas dimensões que envolvem a Tecnologia e a falácia dos discursos que aludem a sua pretensa neutralidade, apontamos como a modernização da agricultura brasileira se deu a partir de interesses político-econômicos bem definidos e a partir de uma racionalidade própria. No contexto de uma razão instrumental que caracteriza o sistema econômico capitalista, a demanda tecnológica é definida a partir de interesses dominantes de classe. Assim é que nosso processo de modernização correspondeu a uma visão política específica de desenvolvimento. Objetivando o aumento de produtividade e o desenvolvimento econômico, politicamente optou-se pelos médios e grandes proprietários, pela monocultura extensiva de exportação, pela concentração fundiária e pelos pacotes químicos, em vez de optar-se pelos agricultores familiares, pela diversificação produtiva, pela reforma agrária e por uma outra racionalidade de relação com o meio ambiente. Ou seja, ***as demandas tecnológicas dizem respeito às formas de organização social adotadas.*** Numa sociedade mais democrática, orientada por uma outra racionalidade e com maior participação da sociedade no trilhar do seu destino, as opções tecnológicas igualmente seriam diferenciadas.

Porém, a construção de uma outra sociedade e de uma outra racionalidade que oriente o agir social não pode se reduzir à perspectiva utópica. A resistência a uma realidade hegemônica se dá a partir do próprio tempo dos sujeitos sociais e se constrói a partir das contradições inerentes aos processos de dominação. Ou seja, é a partir da própria situação de exclusão que os sujeitos marginalizados constroem as alternativas que questionam, resistem e minam as realidades de dominação existentes. Nessa perspectiva teórica é que apontamos as práticas alternativas da Agricultura Orgânica como espaços de resistência dos agricultores familiares à

racionalidade instrumentalizadora que marcou o processo de modernização tecnológica da Agricultura Brasileira.

A produção orgânica enquanto uma tecnologia apropriada para a Agricultura Familiar

A produção de orgânicos pelos agricultores familiares não só se constitui numa alternativa econômica, visto terem sido excluídos de um mercado que se volta aos grandes produtores com extensas áreas voltadas à produção de exportação, como também parte de uma outra racionalidade que orienta suas relações sociais e sua relação com o meio ambiente não de forma instrumental, além de vir ao encontro de uma perspectiva de geração de tecnologia "socialmente apropriada" à esta categoria social.

A agricultura orgânica é uma prática alternativa de produção entre outras, como a agricultura natural, a agricultura biodinâmica, a agricultura biológica, a agricultura ecológica e a permacultura. Todas essas correntes alternativas de produção agrícola se opõem à chamada agricultura convencional (caracterizada fundamentalmente pelo uso de agrotóxicos na produção) e adotam alguns princípios semelhantes que podem ser resumidos nas seguintes práticas⁵.

a) reciclagem dos recursos naturais presentes na propriedade agrícola, em que o solo se torna mais fértil pela ação benéfica dos microrganismos (bactérias – actinomicetos e fungos) que decompõem a matéria orgânica e liberam nutrientes para as plantas; b) compostagem e transformação de resíduos vegetais em húmus no solo; c) preferência ao uso de rochas moídas, semi-solubilizadas ou tratadas termicamente, com baixa concentração de nutrientes prontamente hidrossolúveis, sendo permitida a correção da acidez do solo com calcário calcítico ou dolomítico; d) cobertura vegetal morta e viva do solo; e) diversificação e integração de explorações vegetais (incluindo as florestas) e animais; f) uso de esterco animal; g) uso de biofertilizantes; h) rotação e consorciação de culturas; i) adubação verde; j)

⁵ Apesar de acreditarmos que estas e outras correntes de agricultura ecológica se constituem em espaços alternativos de produção e de reação à hegemonia do modelo produtivo agrícola do sistema capitalista, nos deteremos, por questões metodológicas, na análise da agricultura orgânica.

controle biológico de pragas e fitopatógenos, com exclusão do uso de agrotóxicos; k) uso de caldas tradicionais (bordalesa, viçosa e sulfocálcica) no controle de fitopatógenos; l) uso de métodos mecânicos, físicos e vegetativos e de extratos de plantas no controle de pragas e fitopatógenos, apoiando-se nos princípios do manejo integrado; m) eliminação do uso de reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na nutrição animal; n) opção por germoplasmas vegetativos e animais adequados a cada realidade ecológica; e o) uso de quebra-ventos. (CAMPANHOLA & VALARINI, 2001, p.2).

Porém, segundo os mesmos autores (2001, p. 4), "os consumidores não se preocupam com as diferenças entre os tipos de agricultura alternativa abordados, considerando todos os seus produtos simplesmente como produtos orgânicos, pois sua principal preocupação é com o consumo de alimentos sem agrotóxicos e sem outras substâncias químicas sintéticas prejudiciais à saúde".

Nos últimos anos a demanda por produtos orgânicos vem crescendo extraordinariamente. Segundo o Instituto Biodinâmico (IBD) e o International Trade Center, de Genebra-Suíça, citados por CAMPANHOLA & VALARINI (2001, p.6), "o valor da produção orgânica nacional, em 1999, foi de US\$ 150 milhões, supondo-se que em 2000 ele tenha atingido entre US\$ 195-200 milhões". Em relação a 1999, o país aumentou 50% a produção de orgânicos em 2000. A área ocupada passou de 100 hectares em 1990 para 100 mil ha atualmente. Só em 2000 o IBD registrou um crescimento de mais de 100% de área em relação a 1999. 50% do açúcar orgânico do mundo é brasileiro e sua produção aumentou de 1,6 mil ton. em 1997 para 20 mil ton. em 2000. Mas a produção de orgânicos no Brasil é considerada pequena, o que resulta, em média, em preços entre 30% e 40% maiores que os produtos convencionais similares.

No mercado internacional o crescimento da produção de orgânicos nos últimos anos variou entre 5% a 50% conforme o país. Conforme números citados por CAMPANHOLA & VALARINI (2001), a Itália possui a maior área cultivada (564.913

ha) e o maior número de produtores (29.390) da União Européia. No entanto, tal área representa menos de 10% da área total cultivada. Na Áustria encontra-se o maior percentual de agricultores orgânicos (8%) e o maior percentual de área cultivada (10%). A produção em tal país atinge até 40% do total de área cultivada em algumas regiões. O volume comercializado hoje pela União Européia está entre US\$ 4 e 5 bilhões. Os principais consumidores na Europa são a Alemanha, a Holanda, a Suíça, a França e a Inglaterra. Também são grandes consumidores o Japão e os EUA. O maior mercado consumidor de orgânicos na Ásia é o Japão, que aumentou de US\$ 1 bilhão em 1997 para US\$ 3 bilhões em 1999. Na Inglaterra, 75% do mercado doméstico de orgânicos é importado e nos EUA a venda de orgânicos no varejo foi de aproximadamente US\$ 6 bilhões em 1999. O número de agricultores cresce 12% ao ano nos EUA, enquanto que a venda está crescendo 20% ao ano, o que representaria US\$ 80 bilhões em 2010. Ainda nos EUA, 42% das redes de supermercados vendem produtos orgânicos e 25% dos consumidores compram pelo menos uma vez por semana.

Algumas possíveis razões do aumento da demanda por produtos orgânicos podem ser citadas, como:

- a) preocupação dos consumidores com a sua saúde;
- b) movimento ambientalista preocupado com a conservação do meio ambiente;
- c) seitas religiosas (exemplo: Igreja Messiânica) que defendem o equilíbrio espiritual do homem por meio da ingestão de alimentos saudáveis e produzidos em harmonia com a natureza;

- d) influência junto à opinião pública dos grupos organizados contrários ao domínio da agricultura moderna por grandes corporações transnacionais;
- e) “marketing” das grandes redes de supermercados na indução pelo consumo de produtos orgânicos em determinados grupos de consumidores.

Ao afirmarmos que a produção de orgânicos se constitui numa alternativa tecnológica e econômica para os agricultores familiares, partimos do pressuposto de que ela corresponde às características de uma tecnologia socialmente apropriada ao contexto desses agricultores. Observemos o que JÉQUIER & BLANC (1979), citados por MACHADO & RODRIGUES (1997, p.19), afirmam:

(...) A solução da problemática da tecnologia, base para as transformações exigidas pelo desenvolvimento, parte então da geração de tecnologias socialmente apropriadas, (...) Jéquier e Blanc (1979) afirmam que a adequação ou não da tecnologia, só pode ser definida em função das circunstâncias econômicas, sociais, culturais e políticas da população envolvida. (...) Para Jéquier e Blanc (1979), as tecnologias apropriadas têm uma ou mais, das seguintes características: -baixo custo dos investimentos por local de trabalho; -baixo investimento de capital por unidade de produto; -simplicidade organizacional; -pequena escala de produção; -alta adaptabilidade ao meio social e cultural; -poupadoras de recursos naturais; e, -baixo custo final do produto.

Vejamos ainda outros argumentos que ajudam a sustentar a afirmação da viabilidade econômica e tecnológica da produção de orgânicos pelos agricultores familiares:

(...) embora utilizem mais mão-de-obra e apresentem menor produtividade que os sistemas convencionais, mostram um desempenho econômico sempre melhor, traduzido por menores custos efetivos, maiores relações benefício-custo e maiores rendas efetivas, (...) os produtos orgânicos apresentam características de nichos de mercado e, portanto, visam atender a um segmento restrito e seletivo de consumidores, que têm disposição para pagar um sobrepreço por esses produtos, (...) os pequenos produtores, mesmo não atingindo grande escala produtiva, podem disponibilizar seus produtos em pequenos mercados locais. Esta parece ser a melhor alternativa aos pequenos agricultores, pois facilita a interação com os consumidores e a melhor adequação dos produtos conforme as suas exigências, fortalecendo relações de confiança e credibilidade entre as partes envolvidas⁶. (...) oferta de produtos especializados que não despertam interesse dos grandes empreendedores agropecuários, podendo-se citar

⁶ Exemplo típico desta dimensão de confiança e solidariedade foi a criação de Associação de Consumidores Orgânicos em Curitiba. Resultado das "feiras-verdes" que acontecem na cidade semanalmente, por exemplo no Passeio Público.

entre eles as hortaliças e as plantas medicinais, que historicamente são produzidos sobretudo por pequenos agricultores. (...) diversificação da produção orgânica e a diminuição da dependência de insumos externos ao estabelecimento, condições que constituem-se em barreira para os grandes produtores (...). A diversificação da produção confere ao pequeno agricultor a vantagem da estabilidade da renda durante o ano, diminuindo a sua sazonalidade ao mesmo tempo em que melhora a sua segurança, pois reduz o risco de quebras na renda devido à flutuação nos preços e a incidentes naturais, tais como a ocorrência de pragas e doenças e o efeito de geadas, chuvas de granizo e assim por diante, que, devido à sua limitação no tempo, somente afetam alguns cultivos em períodos específicos. Por sua vez, a menor dependência de insumos externos está associada à menor área cultivada pelos pequenos agricultores e também à maior facilidade de manejo dos sistemas produtivos com recursos da própria propriedade (fertilizantes orgânicos, produtos naturais para controle fitossanitário, controle biológico natural, tração animal, combustíveis não-fósseis, etc.). (CAMPANHOLA & VALARINI, 2001, pp. 10-11).

Além dessas vantagens podemos ainda citar a geração de empregos e conseqüente redução dos custos de produção, pois, ao contrário do processo de modernização, a produção orgânica exige mais mão-de-obra por unidade de área. Decorrente disso, a família rural pode se fixar no campo preservando suas raízes socioculturais e reduzir a dependência de empréstimos bancários, já que estes geralmente são associados à produção de produtos convencionais que exigem maiores custos, por razão da compra de adubos químicos, inseticidas, pesticidas, etc. Também podemos falar das altas reservas de matéria orgânica ativa no solo que garantem uma maior biodiversidade nos solos. Os produtos orgânicos também têm maior vida útil no período pós-colheita, o que contribui para uma redução das perdas no armazenamento. E ainda podemos citar o essencial, ou seja, ao eliminar o uso de agrotóxicos se contribui com a preservação da saúde do agricultor, dos consumidores e se corrige os desequilíbrios biológicos causados nos agroecossistemas. E por fim também podemos citar o potencial transformador da produção orgânica ao instaurar uma nova racionalidade de orientação às relações sociais e com o meio ambiente. Uma outra racionalidade porque o homem e a terra deixam de ser apenas objetos que podem ser manipulados conforme fins pretendidos; porque o agir social deixa de ser marcado pela instrumentalidade e

resgata a dinâmica da solidariedade e do diálogo com a natureza, com o outro e consigo mesmo. Uma outra racionalidade onde a tecnologia não é entidade absoluta com vida autônoma, mas desenvolvida na própria história dos sujeitos sociais de forma “apropriada” ao seu contexto.

Essas afirmações sustentam a crítica ao modelo de modernização adotado para a Agricultura Brasileira, ou seja, um modelo "não apropriado/adequado" à realidade sociocultural e econômica da maioria dos agricultores brasileiros. O modelo de modernização tecnológica adotado no Brasil e na América Latina como um todo, foi excludente socialmente por não ser adequado à realidade da maioria dos agricultores. Poderíamos inclusive afirmar o seguinte: não só a modernização tecnológica da agricultura brasileira foi excludente, mas toda a conjuntura sócio-econômica daquele período caracterizou-se por ser excludente. Uma exclusão que é efeito de opções e projetos políticos específicos. Portanto, a causa dessa opção de modernização da agricultura brasileira é política, pois o interesse com tal modelo vinha ao encontro das expectativas de desenvolvimento do capital urbano-industrial e não dos agricultores e da agricultura. O processo de modernização tecnológica desconsiderou os setores sociais mais pobres como sinônimo de atraso e arcaísmo e desconsiderou aspectos referentes à diversidade biológica, climática e de solo, além da realidade sociocultural e econômica onde foi implantado. Portanto, constituiu-se de forma inapropriada ao contexto da maioria dos agricultores brasileiros.

O debate sobre a origem e fundamentação da prática de produção alternativa de orgânicos é porém controversa. Ao mesmo tempo em que se discute o seu potencial transformador de questionamento à racionalidade do sistema capitalista ao adotar práticas e relações econômicas alternativas, aponta-se, por outro lado, um

mero potencial econômico de uma prática de produção agrícola com características específicas voltadas a um nicho de mercado. Seria a agricultura orgânica realmente um espaço alternativo de produção e potencialmente transformador das relações sociais de produção no meio rural ou simplesmente um capitalismo verde ou natural? É como se o potencial oposicionista de crítica à lógica do sistema capitalista tenha sido canalizado por essa mesma lógica ao se promover o potencial de mercado para os "produtos" "ecologicamente saudáveis". Ou seja, a lógica do mercado se apodera até das iniciativas que questionam tal lógica. Tudo vira objeto de consumo, inclusive a reação à lógica do consumo.

Essa discussão nos parece fundamental, pois ao mesmo tempo em que os movimentos de produção alternativa agro-ecológica surgem do questionamento a uma racionalidade econômico-instrumental que se estende sobre todas as esferas do agir social, a inserção no mercado por aqueles que foram marginalizados por um processo de modernização agrícola excludente também se torna fator necessário para se garantir a própria subsistência desses sujeitos históricos.

Graziano da Silva (1995, p. 11), citado por CAMPANHOLA & VALARINI (2001, p. 25), afirma que "a principal contribuição desse movimento (ambientalista) não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza; na produção de novos valores filosóficos, morais e até mesmo religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos, (...)". Ou seja, a vinculação entre agricultura orgânica e o potencial de transformação social na sua origem, práticas e fundamentos é evidente. Mas então, como preservar esse potencial transformador, evitar os mecanismos de apropriação pelo sistema e ainda garantir a necessária viabilidade econômica de tal prática com a inserção no mercado?

Fundamental e esclarecedor é o que escreve sobre isso BRANDENBURG (2001, pp.15-16):

As organizações, formadas por agricultores familiares representam um instrumento de integração na sociedade de mercado e ao mesmo tempo um espaço de realização de interesses sociais e políticos relacionados com a construção de seus projetos de vida (BRANDENBURG, 1999). Sua ação se contrapõe e diferencia do modelo hegemônico de desenvolvimento, não porque se situa num processo de transformação do sistema dentro de um esquema de lutas operárias, mas porque desenvolve uma participação política dentro de novas alianças provocando efeitos simbólicos e ações fundamentadas em uma nova racionalidade produtiva. Uma racionalidade que conduz ao rompimento com a ideologia produtivista e se aproxima com a racionalidade ecosocial⁷, conforme definida por GORZ (1991). Nesta perspectiva, identifica-se no núcleo dos movimentos dos agricultores, novos personagens ou sujeitos sociais que lutam por um projeto de vida cuja realização dos sujeitos não está fundamentado na expansão ilimitada da acumulação de capital, mas na realização de uma subjetividade que pode ser definida pelo resgate de uma condição de vida camponesa. Esta posição não constitui a expressão de um desejo idílico de volta ao passado, mas uma forma de recuperar sua identidade, diante da sociedade massificada. Constitui não um movimento de retorno, mas de reconstrução de uma modernidade redefinida (GIDDENS, 1997), ou um movimento capaz de religar as dimensões que a modernidade tradicional pensou ser possível excluir (TOURAINÉ, 1992).

Os movimentos sociais promovidos por esses atores certamente não reproduzem as formas tradicionais de luta dos movimentos operários, considerados sujeitos únicos da transformação da sociedade, mas indicam uma nova linguagem, um novo caminho para uma transformação que tem como alvo uma ordem social fundamentada na democracia de interesses diversos e de uma racionalidade que circunscrita aos âmbitos do sistema econômico certamente terá que considerar os interesses sociais.

Ou seja, a inserção e o acesso ao mercado apesar de aparentemente contraditório, não eliminam o potencial transformador da produção orgânica. O ponto chave desse processo se situa numa lógica racional que não se limita a uma expansão produtiva com vistas à acumulação de capital, mas justamente busca estabelecer uma outra racionalidade que se expressa em relações diferenciadas com a natureza, com o outro e com o próprio mercado. Ou seja, o mercado se constitui mediante determinadas ações que os sujeitos históricos estabelecem. Em última instância, significa dizer que o mercado não é uma entidade absoluta, mas fruto de determinadas relações sociais construídas. Portanto, essa outra

⁷ Racionalidade que orienta a construção de uma nova ordem social onde a expressão da natureza multidimensional dos sujeitos sociais é preservada. Diferente de uma razão instrumental que desconsidera os sujeitos e a natureza ao decretar a unidimensionalização da sociedade (MARCUSE, 1969).

racionalidade que é gerada mediante o potencial transformador da produção orgânica, afeta as tradicionais características de um mercado que se constituiu segundo os princípios da instrumentalidade. É um processo de "resignificação" da modernidade. "Isto significa dizer que na agricultura, ao mesmo tempo em que o potencial dos recursos naturais são restaurados e redistribuídos, os agentes produtores passam a reapropriar-se de suas condições de vida visando construir o patrimônio social e cultural de sua comunidade" (BRANDENBURG, 2001, p.3). Porém, como evidenciado por BRANDENBURG, essa "resignificação" da modernidade não se dá na dimensão estreita de ações individuais, mas mediante formas de organização associativistas e cooperativas entre sujeitos que dialogam e coletivamente constróem um novo agir social que se diferencia das ações instrumentais.

Assim comenta BRANDENBURG (2001, p.11):

(...) essas entidades se transformam não somente em organizações de vanguarda na agricultura orgânica mas em núcleos potencializadores de movimentos sociais que se posicionam criticamente em relação ao modelo uniformizador de desenvolvimento social e econômico. Assim a inserção em movimentos socioambientalistas dos militantes da agricultura alternativa faz destes movimentos, sujeitos construtores não apenas de novas relações com a natureza mas também de novas relações sociais.

Poderíamos, entretanto, elencar algumas das dificuldades enfrentadas pelo pequeno agricultor orgânico na potencialização dessa prática alternativa de produção.

A primeira se refere à produção em pequena escala e sua comercialização. Se o agricultor não pertencer a Associações fortes, o contrato de fornecimento com redes varejistas não se efetiva, pois estas exigem regularidade no fornecimento e quantidades que vão além da capacidade produtiva dos agricultores familiares individualmente. Outras dificuldades são a falta de assistência técnica, a escassez

de pesquisa científica em agricultura orgânica e a baixa capacitação gerencial dos produtores. "Sem uma adequada capacitação gerencial, os pequenos agricultores enfrentam dificuldades na decisão sobre o que produzir, assim como sobre os mecanismos que devem utilizar para obter maior lucratividade na venda de seus produtos" (CAMPANHOLA & VALARINI, 2001, p.29).

(...) há falta de técnicos tanto para orientar seus associados como para realizar pesquisas no âmbito dos sistemas de produção. Esta última atividade, quando existe, é realizada mediante convênio com instituições públicas. A ausência de uma política de pesquisa em agroecologia, claramente definida pelas instituições de pesquisa, faz com que haja um vácuo nesta área de conhecimento e as necessidades são apenas atendidas segundo os interesses individuais dos pesquisadores. O aperfeiçoamento técnico permanece, assim, restrito às inovações experimentadas por alguns agricultores e desenvolvidas pela iniciativa privada.

Além destas também podemos citar as dificuldades financeiras encontradas durante o processo de conversão do sistema de produção convencional para o orgânico, pois essa conversão exige certos investimentos ligados à adaptação da infra-estrutura produtiva. Dificuldade esta agravada pela falta de acesso a créditos bancários subsidiados, visto as exigências burocráticas do agente financeiro para a tomada de empréstimos.

A partir dessas e outras dificuldades, CAMPANHOLA & VALARINI (2001, pp.32-34) propõem algumas ações em resposta a tais dificuldades.

O primeiro grupo de ações estaria sob a responsabilidade do setor público e de suas instituições, a quem caberia:

- a) Estabelecer mecanismos que facilitem o acesso dos pequenos agricultores ao crédito de custeio e investimento, principalmente na etapa de conversão dos sistemas de produção convencionais em orgânicos.
- b) Oferecer apoio, por intermédio das instituições de pesquisa e desenvolvimento e daquelas de assistência técnica e extensão rural, no que se refere a geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica, no estímulo à mobilização dos pequenos agricultores visando a sua organização por meio de associações e cooperativas locais e na capacitação técnica e gerencial dos pequenos agricultores, preferencialmente de seus filhos, para a condução dos sistemas de produção orgânica e gestão adequada do seu empreendimento.
- c) Desenhar uma política de incentivo e apoio à produção orgânica direcionada aos pequenos agricultores, considerando principalmente as etapas de conversão aos sistemas orgânicos e de comercialização, e integrá-la a outras políticas de desenvolvimento rural sustentável.

- d) Fomentar a criação de pontos de venda de produtos orgânicos nos municípios, que atendam exclusivamente aos pequenos agricultores, devendo para isso implantar um sistema de inspeção sanitária para produtos de origem animal.
- e) Apoiar, por meio de medidas de incentivos monetários, a instalação de pequenas agroindústrias que agreguem pequenos agricultores para o processamento de seus produtos orgânicos.

O segundo grupo de ações caberia à iniciativa dos pequenos agricultores com o fim de:

- a) Criar mecanismos/instrumentos para a organização local e para a implantação e/ou fortalecimento de associações e cooperativas.
- b) Ampliar os canais de comercialização direta de produtos orgânicos visando tanto os consumidores, como os estabelecimentos do comércio local, tais como: mercearias, lojas especializadas em produtos naturais, restaurantes, lanchonetes, pequenos supermercados e lojas de conveniência.
- c) Estabelecer “marcas” comerciais próprias de alimentos orgânicos e fortalecer a credibilidade dessas “marcas” entre os consumidores locais, buscando a sua fidelidade na compra desses produtos.

Para auxiliar na concretização de ambos os grupos de ações pode haver a colaboração, além das instituições financeiras de capital público, de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac na capacitação e financiamento dos agricultores e nos estudos de "marketing" para identificar as atividades mais promissoras e delinear as estratégias de propaganda e venda dos produtos.

Enfim, podemos perceber o potencial transformador e alternativo da produção de orgânicos pelos agricultores familiares. Tal potencial identificado corresponde à perspectiva de que tal prática produtiva se orienta por uma outra racionalidade, que não a instrumental, e vem ao encontro das características de uma “tecnologia socialmente apropriada” para esse contexto.

Mas é possível uma outra racionalidade que oriente e que se expresse em relações diferenciadas até com o próprio mercado, quase sinônimo de instrumentalidade numa sociedade capitalista? Como promover uma “resignificação” da modernidade? Como construir uma racionalidade que venha ao encontro das características de uma produção tecnológica “socialmente apropriada” e ao contexto da agricultura familiar? Que racionalidade é essa que está sendo proposta? Uma racionalidade de orientação ao agir social que se pautem não por ações instrumentais,

mas comunicativas. Uma Razão Comunicativa, conforme construção filosófica de Habermas.

A teoria da ação comunicativa enquanto resposta à racionalidade instrumental

Para Habermas, a análise que Adorno e Horkheimer elaboram da Razão, confunde o processo de modernização e desenvolvimento do capitalismo, calcado numa razão instrumental, como sendo a própria racionalização da sociedade. Habermas não abre mão do potencial emancipador da razão e procura “construir um conceito de racionalidade que encontra seus fundamentos nos processos de comunicação intersubjetiva com vistas a alcançar o entendimento” (PINTO, 1996, p.73). Ou como afirma IAROSINSKI (2000, p.15) em sua dissertação de mestrado:

O conceito de racionalidade habermasiano está muito mais ligado à capacidade dos sujeitos de falarem e agirem, empregando o saber, do que com o saber propriamente dito. A racionalidade comunicativa corresponde à capacidade de fazer acordos sem coação, de gerar consensos através da fala argumentativa, onde diversos participantes superam a subjetividade inicial de seus respectivos pontos de vista em favor de uma comunidade. Quanto maior for o grau de racionalidade comunicativa, maior será a possibilidade de coordenar ações sem recorrer a coerções e de solucionar consensualmente os conflitos. Racionalidade seria, sob a ótica habermasiana, afinal, a capacidade de linguagem dos sujeitos, enquanto capacidade de argumentação, de troca e de diálogo, e não, como costuma imaginar o senso comum, enquanto mera capacidade de utilização de um instrumento de informação.

Em sua Teoria da Ação Comunicativa, Habermas não faz referência explícita sobre uma racionalidade que fundamente a produção agrícola em bases familiares. Porém, a sua reinterpretação sobre a relação entre razão e momento histórico, nos permite pensar a questão do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira sustentando-nos em sua construção teórica. Também acreditamos que os princípios da racionalidade e ação comunicativas são essenciais no estudo sobre organizações associativistas e cooperativistas do meio rural. Tais organizações

podem ser fecundos nichos sociais onde se estruturam esforços de esclarecimento (BASTOS, 1998) mediante ações comunicativas. Como diz HABERMAS (1984, pp.285-286), citado por PINTO (1996, pp. 74-75):

(...) Na ação comunicativa os participantes não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição é um elemento essencial do complemento interpretativo requerido pela ação comunicativa.

Entre os pressupostos teóricos da Teoria da Ação Comunicativa aparece como central o conceito de linguagem, que na concepção habermasiana, não é um mero instrumento de transmissão de informações, mas uma construção sociocultural que possibilita o diálogo e a construção do consenso. A questão da linguagem e seu potencial comunicativo é central na perspectiva habermasiana, pois aponta o fundamento de seu pressuposto teórico-filosófico e evidencia uma diferença fundamental entre Habermas e a construção filosófica que influenciou seu pensamento, o Marxismo. Por exemplo, enquanto que para Marx o trabalho se constitui numa categoria essencial para pensar a emancipação humana, para Habermas o caminho para a emancipação se dá pelas ações comunicativas. O Prof. BASTOS (1998, p.22), interpretando o pensamento habermasiano, afirma que o trabalho "(...) só existe em sua profundidade como linguagem". E será esse potencial comunicativo da linguagem que fundamentará a construção de uma nova racionalidade em Habermas. Uma racionalidade que, diferentemente daquela que se manifesta em um agir instrumental nas relações com a natureza e entre os homens, se caracteriza pela intersubjetividade, "o que significa, na prática, o somatório de pluralidade de razões, pois os homens atuam comunicativamente, em referência aos horizontes que compartilham" (BASTOS, 1998, p.70). Uma razão que acontece no

encontro entre falantes e ouvintes e transforma essa ação e interação dialógica na fonte mais legítima, segundo Habermas, da construção da história.

A ação comunicativa, cenário onde se desenvolve a racionalidade, concentra a dinâmica de interação entre dois sujeitos capazes de linguagem e de ação, constituindo-se em relação interpessoal, o que revela a força do meio lingüístico.

A proposta de J.Habermas no que tange à racionalidade ultrapassa os limites das dimensões instrumentais, centrando esforços no resgate das ações movidas pelo social, que não se orientam por cálculos egocêntricos de resultado, mediante atos de entendimento (HABERMAS, 1987).

A capacidade racional do falante adquire força na medida em que estabelece conexões com o mundo externo, com os demais sujeitos, envolvendo-se com intenções e sentimentos. Assim, os atos de fala transformam-se em ações, pois estruturam a razão comunicativa.

A base da racionalidade comunicativa coincide com a racionalidade da linguagem. O fundamental do mundo da vida é o entendimento de todos e o esclarecimento dos pontos de vista. O entendimento lingüístico não é puramente verbal, mas existencial, pois resguarda a unidade na multiplicidade das vozes. (BASTOS, 1998, p.70).

Nessa perspectiva de análise, a tecnologia não pode ser compreendida como entidade absoluta, isenta e independente da sociedade, pois, enquanto linguagem, ou seja, construção discursiva dialógica, se insere no complexo processo de construção e constituição da realidade social. Se a ação comunicativa é, por assim dizer, a fonte legítima da construção social, pois acontece no espaço transcendental do encontro entre falantes e ouvintes (HABERMAS, 1987), sustenta-se, então, a crítica a um processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira via decreto político-econômico, ou seja, instrumental.

Igualmente, as práticas que procuram transformar as bases onde se alicerça uma sociedade orientada pelo agir instrumental, como por exemplo a prática alternativa de produção orgânica e as organizações cooperativas e associativas de pequenos produtores familiares, devem ser pensadas nessa profunda dinâmica que evidencia o diálogo e a busca do consenso na construção do agir social. Ou seja, **o caminho para a emancipação se dá pelas ações comunicativas.**

A teoria habermasiana vai além de uma construção teórica ao estilo de filosofias metafísicas, pois pensar uma razão comunicativa é pensar a própria

relação concreta e histórica de sujeitos que dialogam sobre pretensões de verdade e validade de argumentos. A verdade deixa de ser um ente metafísico para ser construída enquanto mera pretensão de validez via consenso entre sujeitos que ouvem e falam. Essa dimensão da verdade enquanto construção dialógica vem contestar as racionalidades monológicas, onde a verdade já é dada de antemão, ou se limitam aos horizontes da subjetividade.

Resgatar o potencial comunicativo e emancipador de uma razão instrumentalizada que se fortaleceu com o desenvolvimento capitalista e atrofiou o diálogo. Resgatar a convivência humana e a interação entre sujeitos que se valem da linguagem enquanto fonte de entendimento. Esses resgates são condições de um mundo onde a solidariedade comunicativa impera sobre a instrumentalização.

Condições estas que impedem a total colonização do mundo da vida pelo sistema, conforme conceitos habermasianos. O mundo da vida é o espaço dialógico do encontro entre falantes e ouvintes. O mundo do sistema é o das ações instrumentais com vistas a um fim. O primeiro é o mundo das ações intersubjetivas; o segundo é onde o outro aparece como um limite aos meus objetivos. O primeiro é o mundo onde se concretizam as práticas associativistas e cooperativas; o segundo é o mundo dos decretos político-econômicos.

Para Habermas, o mundo da vida é o espaço fora dos controles burocráticos e institucionais, onde se constrói a linguagem num exercício permanente entre falante e ouvinte, em que se buscam a compreensão e o consenso, de forma a poder articular ações coletivas. (Gutierrez, 1999, p.27).

A estrutura social capitalista evidencia o esmagamento do diálogo, do mundo da vida. A colonização do mundo da vida pelo sistema se dá na medida em que as ações instrumentais prevalecem como norteadoras do agir social. Como, por exemplo, quando se acredita que a mera transmissão de pacotes tecnológicos

desenvolvidos com tecnologia dita “de ponta” em países ditos “de primeiro mundo”, seja fator suficiente para gerar e garantir o desenvolvimento de contextos sociais que em praticamente nada se assemelham com o contexto e condições onde essa tecnologia foi desenvolvida.

Em citação anteriormente feita, o Prof. BRANDENBURG (2001) já apontou o papel e a importância das organizações de agricultores. Espaços estes, segundo ele, de realização de interesses sociais e políticos, de construção de projetos de vida e de “reconstrução da modernidade”. Igualmente CAMPANHOLA & VALARINI (2001), também citados anteriormente, apontavam o fortalecimento de práticas associativistas e cooperativistas como ações necessárias em resposta a uma série de dificuldades que os agricultores familiares encontram com a produção de orgânicos.

E é justamente nessa perspectiva que apontamos a importância das práticas associativistas e cooperativas para aqueles que buscam questionar e transformar uma estrutura social alicerçada no agir instrumental.

Os princípios do Associativismo/Cooperativismo

Primeiro e fundamentalmente, a ação associativa ou cooperativa constitui-se em um princípio da vida em sociedade. Ou seja, desde os primórdios das civilizações a união de forças individuais e a geração de uma nova força de natureza coletiva é até mesmo uma questão de sobrevivência. Do ponto de vista sociológico, assim comenta ARAÚJO (1982, p.85) sobre a prática da cooperação.

Sociologicamente, a cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre os homens, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais mais adversos à satisfação das

necessidades coletivas. Teoricamente, esta é a explicação para o aparecimento de associações cooperativistas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos.

Porém, os princípios da doutrina associativista/cooperativista têm sua origem teórica no século XIX em países europeus, momento este marcado pela consolidação do capitalismo e conseqüentes efeitos sociais resultantes da natureza excludente do sistema. É então na perspectiva de frear os excessos produzidos pela competição desenfreada e pela busca insaciável de lucro que se desenvolvem os fundamentos teóricos do associativismo/cooperativismo. Poderíamos então afirmar que tais fundamentos se desenvolvem em correspondência com os princípios de constituição de uma racionalidade que se orienta pelo diálogo e pela comunicabilidade, e não pela instrumentalização. Os fundamentos teóricos do associativismo e do cooperativismo apontam para a constituição de ações e ambientes comunicativos.

É encarada a cooperação como um método de trabalhar em comum de inspiração socialista pré-marxista⁸, embora encontrada na humanidade há muitos séculos. Os autores localizam as primeiras experiências bem sucedidas na fase final do século passado, destacando uma cooperativa de consumo, constituída em 1844 por vinte e oito tecelões de Rochdale, em Lancastria, na Inglaterra⁹.

Da experiência de Rochdale, permaneceram os princípios de associação cooperativa, considerados fundamentais: - controle democrático; cada associado representa um voto, excluindo assim, o voto do poder das sociedades anônimas, por exemplo; - interesse limitado sobre o capital; o dinheiro colocado pelo associado na cooperativa tem um propósito social. Em princípio, portanto, a sociedade cooperativa não pode ser empregada para fins de aplicação capitalista; - retorno dos excedentes, devolvidos em forma de dividendos ou aprimoramento dos serviços que a organização presta aos associados; - número ilimitado de associados; - filiação voluntária; - determinada percentagem de fundos sociais é empregada para fins educativos no campo da cooperação; - neutralidade em questões políticas e religiosas; - a sociedade deve expandir suas operações em outros campos, com objetivo de produzir o que os associados necessitam e ter acesso às matérias-primas; - as sociedades cooperativistas deverão unir-se a outras, constituindo federações cooperativas. (ARAÚJO, 1982, pp. 87-88).

⁸ Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Pierre Leroux durante a primeira metade do século XIX na França. Na Inglaterra, Robert Owen e sua tentativa de promover uma espécie de aliança entre o movimento operário, o cooperativismo e os intelectuais.

⁹ Antigo missionário oweniano, proclamado o "pai do cooperativismo" pelo Congresso de 1895.

Conforme tais princípios acima transcritos, percebemos na origem dos mesmos um movimento de reação aos ditames de uma economia capitalista em plena expansão e consolidação no século XIX. São os interesses coletivos ameaçados e, fundamentalmente, a percepção das coletividades dessa ameaça, que originam ações e construções teóricas que apontam para o associativismo/cooperativismo como um instrumento de mudança social, pelo menos em potencial.

O princípio da democracia, portanto, desponta como fundamento ao se pensar em ações associativistas/cooperativistas. Princípio este concretizado quando o espaço da livre manifestação de pontos de vistas, bem como condições para o livre e consciente exercício de escolha e de voto são garantidas. E também ao se falar em "controle democrático" afirmamos pela autogestão participativa enquanto elemento essencial à natureza das práticas associativistas. Essa participação democrática através da autogestão constitui-se igualmente em um dos elementos teóricos constantemente encontrado na literatura sobre associativismo/cooperativismo. Ou seja, espaços constituídos mediante ações dialógicas e comunicativas. Porém,

(...) Importa indagar em que medida os vários grupos - proprietários de terra, pequenos, médios e grandes produtores, fundadores ou recém-associados - tomam parte na gestão da cooperativa; como os mecanismos que propiciam acesso às decisões - a participação em assembléias e nelas exercer o direito de voto, a representatividade em conselhos de administração e fiscal - estão ao alcance de todos e por eles são utilizados; como os sistemas organizacional e de distribuição de poder garantem e mediatizam a contribuição real dos diversos grupos à definição de metas, à elaboração e execução dos planos de ação da instituição. E mesmo, tentar compreender até que ponto a não-participação na estrutura interna da cooperativa reflete uma participação baixa ou nula no sistema social. (ARAÚJO, 1982, p. 132).

Portanto, pensar e propor ações cooperativas dentro de um sistema econômico que é regido pela lógica do lucro é a tentativa de construção de uma

outra racionalidade com uma ordem social mais justa e igualitária, onde o foco de interesse desloca-se do individualismo exacerbado para tentativas de inclusão social daqueles que estão à margem, excluídos. Porém, é justamente essa dinâmica que, em certa medida, gera um conflito essencial já comentado, e qual seja ele, "(...) a organização cooperativa, porque inserida no sistema capitalista, acaba por corresponder às exigências deste para sobreviver como associação" (ARAÚJO, 1982, p.82). Ou seja, uma associação ou cooperativa de produtores rurais, por exemplo, buscam com essas ações de natureza cooperativa, meios de se inserir no mercado. Porém as regras desse mercado que aí está tornam praticamente vazio e utópico os discursos que tentam sustentar a ideologia associativista. Por exemplo, até onde os associados conseguem sustentar supostas convicções ideológicas quando a não adaptação às regras de mercado ameaça a própria sobrevivência? O ponto essencial, portanto, é discutir em que medida, de que maneira e se é possível que a dinâmica cooperativa possa superar essa contradição ou conflito essencial, talvez aparente, e implantar uma nova dinâmica onde as relações de mercado não se rejam necessariamente pela lógica do sistema capitalista. Poderíamos falar das práticas associativistas/cooperativistas como focos de resistência à exclusão total e massificação do sistema e assim apontar o seu potencial transformador ou tal assertiva não passa de idealismo utópico?

Enfim, a literatura sobre associativismo/cooperativismo, segundo ARAÚJO (1982), embora expressiva quantitativamente, é escassa em abordagens mais específicas e estudos de caso que analisam razões do distanciamento dos fundamentos teóricos com as práticas efetivas. Fato este que nos leva a ressaltar a seguinte observação da mesma autora (1982, p.13): "(...) este conjunto de regras cooperativistas revela-se insuficiente para sustentar o desenvolvimento e

complexidade das relações sociais que lhe dão vida e vão revelando contradições em seu interior”.

Conclusão do capítulo

O referencial teórico que foi construído neste capítulo procurou articular conceitos e temáticas que dizem respeito ao processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira e seus impactos sócio-econômicos e culturais para a agricultura e os agricultores familiares.

Inicialmente recorreremos à construção filosófica da Escola de Frankfurt e seu conceito de Razão Instrumental. Racionalidade esta que sustenta o sistema capitalista e se caracteriza por ações de instrumentalização do homem e da natureza para que as finalidades do sistema se realizem. A partir da identificação dos fundamentos racionais que orientam o desenvolvimento capitalista, afirmamos que a produção técnica e tecnológica deve ser analisada segundo o contexto racional e sociocultural onde é desenvolvida, ou seja, a produção científico-tecnológica corresponde em grande medida à racionalidade hegemônica da sociedade em questão. E, portanto, a produção e o desenvolvimento científico-tecnológico numa sociedade capitalista, porque em profunda correspondência com os interesses desse sistema, se confunde e responde aos interesses de legitimação desse mesmo sistema. Dessa forma, questionamos a visão que procura atestar a neutralidade da Tecnologia, como se esta fosse boa por si só e isenta de influências de toda ordem, pois, ao contrário, a produção tecnológica está envolta em um complexo e dinâmico contexto social, econômico, político, cultural, etc que condenam à ingenuidade as interpretações sobre tal neutralidade.

Proseguimos em nosso referencial procurando demonstrar, então, como os fundamentos teóricos que orientaram o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira corresponderam a ações instrumentais e legitimadoras do desenvolvimento capitalista. A premissa de que a simples “transferência de tecnologia” ou “adoção de pacotes tecnológicos” como sendo fatores suficientes para a modernização e o desenvolvimento da agricultura brasileira, corresponde aos princípios de uma racionalidade que desconsidera contextos e aposta numa pretensa neutralidade da produção científico-tecnológica. Procurou-se decretar um desenvolvimento mediante ações marcadas pela instrumentalização do homem e da natureza. Esse processo, portanto, é apontado como a origem da condição de exclusão em que se encontram os agricultores e a agricultura familiar no Brasil.

A partir desse contexto de análise, desenvolvemos uma reflexão sobre o conceito de “Tecnologia Apropriada” e apontamos essa reflexão como essencial para se pensar o desenvolvimento. Pois, conforme JÉQUIER & BLANC (1976), citados por MACHADO & RODRIGUES (1997, p. 18), a mera transferência de tecnologia ou imposição de pacotes tecnológicos tende a “paralisar a iniciativa e o espírito de inovação, que são a base do processo de desenvolvimento”. Ou seja, tecnologia tem contexto e o desenvolvimento tecnológico dos grupos sociais deve ser pensado a partir das iniciativas e soluções desses próprios grupos.

A partir dessa construção que discute a “inapropriação” do modelo de desenvolvimento e modernização tecnológica da agricultura brasileira e as conseqüências dessa “inapropriação” para a agricultura e os agricultores familiares, apresentamos a produção alternativa de agricultura orgânica pelos agricultores de base familiar como uma tecnologia apropriada ao seu contexto sócio-econômico e cultural e orientada por uma outra ótica racional de relação com o homem e com a

natureza que não a instrumental. E, assim sendo, procuramos demonstrar tal prática alternativa de produção como um espaço potencial de transformação e “resignificação” da modernidade (BRANDENBURG, 2001). Um processo de “resignificação” que se constitui mediante ações comunicativas e não instrumentais.

Portanto, na análise da filosofia habermasiana e sua Teoria da Ação Comunicativa buscamos identificar os fundamentos para a construção de uma racionalidade marcada pelo diálogo e não pelas ações instrumentais com vistas a um fim. E os princípios da Ação Comunicativa, conforme nossa perspectiva de análise, são essenciais para pensar e revitalizar as práticas associativas e cooperativas, pois estas são espaços em potencial para a organização de ações comunicativas.

Os capítulos que se seguem, buscarão articular os pressupostos apontados neste referencial teórico com um estudo de caso da Associação de Produtores Orgânicos do município de Tijucas do Sul por nome ARUATÃ, nome dado em referência à denominação quando ainda tal município constituía-se em Distrito do município de São José dos Pinhais.

A própria escolha do nome Aruatã para a associação nos sugere que aqueles agricultores traziam consigo um desejo, talvez até inconsciente ou não bem esclarecido, de resgate de uma condição de vida do passado. Passado este ainda sem o processo de modernização tecnológica e suas conseqüências. Ou seja, a própria escolha do nome Aruatã tem um forte poder simbólico que, em certa medida, evidencia o descontentamento com a atual situação da agricultura familiar e ao mesmo tempo aponta a opção por um agir transformador da situação.

CAPÍTULO II

O CASO ARUATÃ

O município de Tijucas do Sul foi criado em 14/11/1951, através da Lei Estadual nº 790, mediante desmembramento de São José dos Pinhais. Localiza-se na micro-região do Alto Rio Negro Paranaense, região sul do Estado do Paraná. Estabelece limites ao norte com São José dos Pinhais e ao sul com o Estado de Santa Catarina. A oeste com Mandirituba, a sudeste com Agudos do Sul e a oeste com Guaratuba. A população é de aproximadamente 13mil habitantes, mais de 10mil no meio rural¹⁰. A atividade industrial resume-se a duas ervateiras, algumas serrarias para o beneficiamento de madeira (em geral pinus americano), uma indústria de compensados, uma de artefatos de cimento (postes e iluminação elétrica) e uma mineradora, que extrai argila e caulim para empresas de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. A avicultura para corte merece destaque¹¹. Bovinocultura e suinocultura não passam de poucas cabeças para o consumo familiar. Muitos haras de criação de cavalos puro-sangue inglês instalaram-se no município, porém, no momento alguns se encontram desativados. O comércio constitui-se basicamente de micro e pequenas empresas, não passando de 300 estabelecimentos com CNPJ aberto em todo o município. E a principal atividade econômica é a pequena agricultura de base familiar com as seguintes culturas:

¹⁰ Dados da página do IBGE (censo 2000) na internet. <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 10 fev. 2003.

¹¹ São aproximadamente 80 avicultores no município com um rebanho de +ou- 5,5milhões de cabeças/ano fornecidos para abate, conforme dados fornecidos pela EMATER local.

milho, feijão, fumo, batata-salsa, batata-inglesa e abóbora. Recentemente alguns produtores começaram a se dedicar à produção de cogumelos champinhon¹².

O núcleo de feirantes

Como já dito, a Aruatã foi fundada em Tijucas do Sul em 1999. Porém, desde 1995 alguns agricultores do município, em número bem reduzido (aproximadamente seis), já entregavam sua produção na Feira Verde, que acontecia aos sábados no Passeio Público em Curitiba. Este núcleo inicial de produtores orgânicos tinha uma considerável experiência técnica em produção de olerícolas orgânicas e, além disso, um certo conhecimento filosófico sobre os princípios da produção de orgânicos. Eram, por assim dizer, convictos dos fundamentos da prática produtiva que exerciam e acreditavam neles enquanto princípios de vida. Antes mesmo de se tornarem feirantes e comercializarem sua produção, já eram consumidores de orgânicos por opção e consciência.

É a gente tem um tipo de filosofia de vida..., eu sempre gostei de plantar e nunca fui a favor de pôr química na terra. Sempre gostei de natural orgânico. (...) Isso, aliás até hoje (...) eu não produzo mais nada para venda, mais para minha casa, pro meu consumo é tudo orgânico. Isso já vem desde quantos anos atrás. **(Carlos)**

(...) eu tenho minha chácara, minha propriedade há 25 anos comprei de três médicos de São José dos Pinhais, tinha um depósito com venenos e adubos químicos, (...) como não tinha formação técnica de agronomia (...) o veneno no começo eu usava para matar formiga, (...) e o adubo eu mandava meu caseiro por naquele depósito, pôr no outro depósito até que uma hoje ele resolveu jogar na terra, mas o adubo acho que devia estar vencido foi a única vez que foi usado coisa química na terra (...) me chamavam de louca de burra como eu ía produzir sem usar adubo, herbicida, que atrai muito mais pragas, não, nem que eu faça um canteiro de meio metro eu não quero, (...). **(Laura)**

¹² Dados retirados de apostila divulgada pela prefeitura municipal de Tijucas do Sul sob o título HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL - PARANÁ e elaborada pela funcionária pública municipal e professora de História Gisele Lutke Santos Jarek e da página do IBGE na internet. <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 10 fev. 2003.

Esse núcleo de 1995 tinha contatos com a AOPA¹³, fundada nesse mesmo ano. Em razão da ligação com a AOPA, um agrônomo desta passou a acompanhar, mediante reuniões mensais, esse núcleo de feirantes de Tijucas do Sul. As reuniões objetivavam a orientação técnica, discussão de problemas de toda ordem com relação à produção de orgânicos e o desenvolvimento de um projeto de produção de agricultura orgânica para o município. Também se discutia nessas reuniões a viabilidade de um projeto de criação do frango orgânico em Tijucas. O interesse da AOPA em assessorar esse núcleo foi em virtude da crença de que o município tinha potencial para ampliar o número de produtores e a produção na região. Também essa estreita aproximação da AOPA com o núcleo de produtores de Tijucas, explica-se pelo fato de que um agricultor desse núcleo, que viria a se tornar presidente da Aruatã, pertencer à diretoria da AOPA.

A partir disso, houve o incentivo da AOPA para a formação de uma Associação de Produtores Orgânicos em Tijucas do Sul. Aos poucos outras pessoas vieram se integrando àquele núcleo inicial, entre eles um técnico da EMATER local, o presidente do CODESUL¹⁴ e alguns produtores interessados na produção de agricultura orgânica.

¹³ Associação de Produtores Orgânicos do Paraná, fundada em 10 de setembro de 1995. É constituída pela associação de grupos de agricultores familiares orgânicos e busca através da construção de parcerias promover o fortalecimento da organização, da formação e capacitação dos agricultores agroecológicos e de suas organizações, com vistas a alcançar a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável/humano da agricultura. Tem como foco o fortalecimento da organização da produção e o desenvolvimento de estratégias de comercialização. Mantém uma atuação mais localizada nas regiões metropolitana de Curitiba, Centro Sul e Litoral do Estado.

¹⁴ Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tijucas do Sul. O Codesul surge em Tijucas do Sul no início da década de 1990 mediante um programa de iniciativa do Banco do Brasil para o fomento do desenvolvimento comunitário, o FUNDEC (Fundo para o Desenvolvimento Comunitário). Com recursos a fundo perdido, o Banco do Brasil financiou a compra de uma trator de esteira e de um trator de pneu para o Codesul, conselho criado para legalmente poder receber tais recursos. Posteriormente, via recursos também do Banco do Brasil, foi montada uma cozinha comunitária. Desde sua origem o Codesul não se constituiu em uma entidade autônoma, pois sempre esteve atrelado ao poder público local que conduziu todo o processo de sua constituição e cedia um funcionário para operador das máquinas. Atualmente, o Codesul foi transformado em Entidade de Utilidade Pública por um decreto do executivo municipal, que encampou seus bens.

A primeira pessoa que chegou a participar deste grupo foi a Cezira. Logo depois entrou o **Erasto**, daí a Emater local, na figura do **Antônio** também começou a participar, esse o grupo mais fechado, vira e mexe entrava um, entrava outro e saía, esse grupo ficou mais ou menos esses nomes até 1999. Uma pessoa importante que entrou em 1998 foi o **Orlando** também, que ele se tornou um diretor depois. Então as nossas reuniões era um grupo informal e com um objetivo bem específico, assistência técnica, discussão dos problemas, mas sempre vinculado à feira. Em 98, em agosto de 98? surge uma curiosidade, nós já éramos, já poderíamos dizer que éramos o grupo mais organizado de Tijucas do Sul, pelo simples fato de estar reunindo mês a mês. Eu acredito que naquela época nós éramos o único grupo, pelo menos que se tem conhecimento reunia mês a mês em cima de uma proposta, que era a proposta de agricultura orgânica. (...) Esse grupo ficou mais ou menos os mesmos nomes até 1999. **(Nelson)**

Ampliação do quadro de produtores orgânicos

O ritmo desse processo se altera drasticamente a partir de julho de 1998 com a notícia de um recurso correspondente a R\$50 mil que um determinado Deputado Estadual havia destinado ao município para a aplicação no desenvolvimento da agricultura. A liberação desse recurso se dá em setembro de 1998 e prescrevia trâmites burocráticos para o seu uso, como a elaboração de um projeto de desenvolvimento agrícola e a prestação de contas do mesmo até dezembro, sob pena de devolução aos cofres públicos do montante não utilizado. O poder público local, na pessoa do então prefeito municipal, convoca o técnico da EMATER do município e o presidente do CODESUL¹⁵ para a elaboração desse projeto.

Naquela época também tinha uma verba que veio para a prefeitura a fundo perdido e conversando com o (...) ex-prefeito, daí a gente optou que poderia se iniciar um trabalho nessa parte de produção orgânica através de uma associação. (...) a gente optou fazer um projeto para iniciar uma associação de produtores orgânicos onde dentro desse projeto era especificado o que era para comprar, tipo cama aviária, mudas, o que se ia produzir com essa verba, então a elaboração desse projeto foi do Codesul e a da Emater. **(Erasto)**

(...) esse recurso era 50 mil reais onde foi feito um projeto com o Codesul e a Emater para receber esse recurso e nesse projeto a gente colocou para trabalhar em cima da linha orgânica e aí foi liberado esse recurso para prefeitura e a prefeitura passou esse recurso para ser administrado pelo Codesul, e então ficou o presidente do Codesul naquela época que era o **Erasto** que administrou os recursos junto com o grupo da ARUATÃ, (...) **(Antônio)**.

¹⁵ Sempre que me referir ao CODESUL neste trabalho, estarei falando da pessoa do presidente da época.

A questão da administração desse recurso e a forma como foi elaborado o projeto “Rumo ao Novo Milênio”¹⁶ merecem alguns comentários. Primeiramente apontamos o caráter centralizador com que foi conduzida a elaboração desse projeto. Os primeiros e principais interessados não foram consultados, nem sequer convocados para a elaboração do referido projeto.

Essa verba sai em setembro e tem um projeto (...) feito pela EMATER e pelo CODESUL, isso é muito importante frisar, com pouca participação de nós agricultores. A gente tentava forçar, tentava ter voz, mas foi um projeto do Codesul e da Emater. **(Nelson)**¹⁷

Um produtor, inclusive, quando perguntado sobre as razões centrais da crise por que passou a Aruatã, aponta a não participação dos produtores na elaboração do projeto como essencial para o entendimento do processo.

(...) Nós não fizemos o projeto, eles fizeram o projeto, que veio de cima para baixo. Então, jamais funcionaria. Nós tínhamos que nós fazer o nosso projeto, conversarmos entre produtores e então formarmos a associação. Eleger nós mesmo nossos dirigentes, pessoas em quem nós acreditasse. Daí sim as coisas caminhariam num rumo certo. Pegaram o dinheiro que veio, e vamos fazer a associação, não é por aí. Vamos reunir o povo, conversar sobre esse assunto e daí sim vamo eleger a direção todo mundo esclarecido de todos os pobremas e de como iria ser. **(Norberto)**

O DESER, em estudo sobre a “Agricultura Familiar e Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário” (p.25), assim analisa o papel dos poderes públicos e sua relação com a sociedade:

O Estado deve ser tratado como um espaço público, onde a participação direta da sociedade e de suas organizações seja um instrumento básico de decisão dos rumos e das prioridades do desenvolvimento. A democratização dos órgãos públicos, a transparência administrativa, a participação popular nos conselhos, câmaras e nos orçamentos são elementos fundamentais para a garantia de um desenvolvimento social, econômico e ambiental mais justo e adequado.

¹⁶ Nome dado ao projeto de agricultura orgânica desenvolvido pela EMATER e pelo CODESUL.

¹⁷ A partir dessa fala podemos inclusive indagar que se essa pressão, apesar de não ter obtido os resultados esperados, nem sequer tivesse ocorrido, talvez a própria fundação da futura Associação Aruatã não teria se realizado, pois foi graças a essa pressão e discussão junto aos elaboradores do projeto que o recurso é revertido de forma integral e não parcial, como era inicialmente da vontade dos elaboradores, em agricultura orgânica.

Ou seja, o DESER aponta a participação popular como quesito essencial para se pensar qualquer projeto de desenvolvimento. A exigência que daí decorre é a urgente ampliação dos espaços de participação popular nas decisões políticas e o questionamento ao perfil autoritário e centralizador de muitos indivíduos e instituições públicas. Autoritarismo e centralização política são manifestações evidentes de uma racionalidade instrumental. Participação popular e poder de decisão nos rumos de seu destino são, em contrapartida, ações comunicativas.

Essa característica de um poder público centralizador e autoritário, se manifestou no processo que ora analisamos quando o prefeito municipal restringe a elaboração de um projeto de desenvolvimento da agricultura do município a duas pessoas e sob sua supervisão.

Práticas de paternalismo, populismo e autoritarismo são ainda amplamente encontradas em nossas administrações, em especial nos pequenos municípios do interior desse país. Nossa história política de construção de uma cidadania consciente ainda está engatinhando. E onde ainda os sujeitos históricos assim não se perceberam, ou seja, responsáveis pela construção do seu destino, proliferam-se e mantêm-se as figuras do político "paizão", "protetor", "compadre" e em muitos casos até personificações do herói venerado. Ou seja, as palavras de Lima Barreto ainda são uma realidade em nosso país: *"O Brasil não tem povo, tem público"*.

Da mesma forma, essa centralização de poder e não participação dos agricultores acontece na administração do recurso. Será o CODESUL (na pessoa de seu presidente) e a EMATER (na pessoa do técnico local), juntamente com a prefeitura, que conduzirão as compras de sementes, calcário, fosfato natural e cama aviária (esterco de frango), etc e distribuirão aos agricultores. E além do mais,

definiram que 2/3 do recurso seriam destinados ao plantio de milho orgânico para a criação de frango orgânico.

Essa questão do milho orgânico para a criação do frango orgânico foi uma “calamidade”. Praticamente toda produção foi perdida, e conseqüentemente o recurso ali aplicado também. A falta de experiência, de conhecimento técnico e de uma terra adequadamente preparada para a produção do milho orgânico resultou numa safra frustrada.

(...) foi utilizado grande parte desse recurso para a produção do milho orgânico, para produção do frango orgânico, onde as áreas não estavam preparadas para produção orgânica de milho, (...), para produção de frango orgânico tinha um subgrupo dentro da ARUATÃ que produzia só o frango e que precisa de milho e então, não deu certo, por causa que não deu milho, porque a terra não estava preparada para receber uma semente só com esterco orgânico. Foi frustrada aquela safra, praticamente grandes áreas foram plantadas e onde não houve produção, (...) **(Antônio)**.

Convém inclusive salientar que a produção do milho orgânico era quase que um sub-projeto que atenderia aos interesses de uma parcela de envolvidos interessados na criação de frangos, pois a maioria dos agricultores dedicar-se-ia às hortaliças orgânicas e pouco sabiam de que 2/3 do recurso foram destinados a esse fim e perdidos numa safra frustrada. Posteriormente, dificuldades dos criadores do frango com relação à venda desses frangos coincidem com o atraso de pagamentos aos produtores de hortaliças e surgem desconfianças desses agricultores.

(...) teve uma época que eles criaram o grupo dos criadores de frango orgânico. Eu não tive participação, mas segundo a gente conversava, até um pouco do dinheiro da agricultura foi repassado aos frangos. **(Ricardo)**

Não tava dando nada os frangos... E nós acreditamos que os pagamentos que era pros produtor foi misturado com a questão dos frangos e foram pagando o pessoal dos frangos e atrasando pros produtores. É bem provável que aconteceu isso. **(Norberto)**

Alguns produtores, inclusive, chegam a apontar os problemas relativos à venda do frango orgânico como razão central para a crise da Aruatã.

(...) o frango foi uma das coisas que quebrou a associação, não conseguiram comercializar o frango e tinham que pagar o milho, ração e começaram a atrasar os pagamentos para os

produtores. Daí os produtores começaram a desacreditar e começou a diminuir a produção, os dirigentes levaram os produtores a não confiar mais. **(Nestor)**

Conforme já citado, a transparência administrativa e a participação popular são elementos fundamentais num processo de desenvolvimento. Tal participação, como já afirmado, não aconteceu e a transparência, em especial no que se refere à administração desse recurso, também foi motivo de questionamentos de vários dos entrevistados. Várias falas reclamaram dessa falta de transparência quanto à administração do recurso e levantaram sérias suspeitas quanto ao seu destino.

Transcrevo agora algumas dessas falas:

(...) fomos traídos, roubados, (...) veio uma verba de um deputado (...) deu 50mil reais pra produção orgânica para comprar adubo, fosfato esterco tudo o que os produtos precisassem. (...) fizemos os cálculos de 50 mil nós íamos deixar a produção no auge, só que aí o dinheiro foi muito mal aplicado, ficou na mão de pessoas que eu falei que não ia dar certo, não que eu queria que ficasse na minha eu acho que não devia ter ficado o dinheiro na mão de uma pessoa mas de 3, 4 anos porque se um fizesse os outros iam ficar sabendo (...) o esterco foi super faturado, hoje o metro do esterco custa 10 reais aquela época eu vi pessoas vendendo o esterco a 15 reais que não era esterco bom tinha mais serragem do que outra coisa, hiperfosfato super faturado, e tem lugar hoje eu levo qualquer um aí pra ver que tem propriedades aí que aonde essa pessoa que também é produtor, tem sacos de hiperfosfato apodrecendo dentro de barracos tem propriedades aí que ele tinha arrendado pra plantar milho orgânico tem monte de esterco sem ser espalhado, então, a gente foi enganado (...) foi desviado verba sei que foi e muito dinheiro não foi pouco desviaram muito dinheiro desses 50 mil, muito dinheiro mesmo (...) **(Carlos)**.

(...) Deve ter tido desvio de dinheiro. Acho que praticamente esses 50 mil reais não entrou para os produtores alguns pegaram alguma coisa mas nem todos e também muito pouco. Os últimos produtores que entraram pegaram quase nada desse dinheiro. Então, muita gente que plantou um alardo de roça de milho orgânico foi prantado foi posto esse esterco caro aí e tudo e não colheu nem um quilo de milho morreu tudo no mato, então foi desviado alguma coisa que começou a dar prejuízo. (...) Esterco que era R\$ 5,00, R\$ 6,00 pagaram R\$ 17,00. (...) Ganharam alto em cima do esterco. **(Nestor)**

Um dos responsáveis pela elaboração do projeto e sua administração inicial assim se expressou quando questionado sobre a administração do recurso:

A prefeitura liberava direto para os fornecedores, até um determinado período o Codesul fez as entregas, fez um relatório, quando foi criado a Aruatã aí passou esse relatório porque ela tinha feito, passou para Aruatã. Dali em diante seguia a cargo da Aruatã como fazer porque a gente tinha todas as entregas, foi dito: Oh, foi comprado isso, aquilo e o pessoal da Aruatã pegou a documentação para dali em diante ela continuar com a administração, (...) **(Erasto)**.

Porém, o tesoureiro da Aruatã assim se expressou sobre o mesmo assunto:

(...) Quando a gente assumiu, recebemos alguns insumos já comprados pelo Codesul: calcário, sementes, hiperfosfato, cama aviária, etc. Inclusive a Aruatã não tem nota nenhuma disso aí. O responsável era o Codesul. **(Orlando)**

O que simplesmente podemos afirmar é que se a transparência e a participação popular são quesitos essenciais num projeto de desenvolvimento social e comunitário, com certeza a não participação dos agricultores na elaboração do projeto e essa falta de transparência na administração do recurso de R\$ 50mil no projeto “Rumo ao Novo Milênio”, podem ser apontados como fatores determinantes para que a iniciativa de produção de agricultura orgânica em Tijucas do Sul não tenha prosperado. Pois ***sem a efetiva participação da sociedade nenhum projeto de desenvolvimento plenamente se realiza.*** Ou melhor, um projeto de desenvolvimento se constrói numa dinâmica comunicativa. É a partir do potencial comunicativo da linguagem que se constroem espaços que buscam o consenso mediante o diálogo, tornando assim possível o desenvolvimento. Todo projeto de desenvolvimento que não esteja alicerçado no diálogo comunicativo já nasce fadado ao fracasso e suas conseqüências e contradições aparecerão em algum momento do processo.

A partir da definição da aplicação desse recurso de R\$50 mil em agricultura orgânica e da elaboração do projeto, CODESUL e EMATER desenvolvem um trabalho de visitas a agricultores. Palestras são realizadas nas comunidades com o intuito de identificar e motivar o interesse em agricultores para a produção de orgânicos.

No início foi realizado um treinamento pela Emater, (...) nós da Emater não estávamos capacitados para dar esse curso, foi um colega nosso da Emater que deu o curso para um grupo de produtores interessados que a gente achava que tinha interesse em entrar na linha orgânica e aí, então, desse grupo começou a aparecer outros interessados, mas em função de que o pessoal tinha recursos para implantação no início da sua horta orgânica, então levou bastante pequenos produtores rurais a procurarem, (...) Os que foram convidados ao curso eram pessoas sem experiência nenhuma em agricultura orgânica, os outros que entraram também entraram sem experiência (...) **(Antônio)**.

A forma como foi realizada essa ampliação do número de produtores orgânicos foi ponto inclusive apontado por alguns agricultores daquele núcleo de feirantes, em especial pelo feirante que viria a se tornar presidente, como fator que ajudaria no entendimento das razões do fracasso da Aruatã. Assim comenta o presidente da Aruatã em entrevista para este trabalho:

(...) as palestras eram mais ou menos assim: tem uma verba de 50 mil, e que vai ser aplicada no fomento da agricultura orgânica. Tanto que o grosso dos agricultores, achavam que iam ganhar dinheiro, lá no final do processo (...) que os agricultores passam a perceber que não iam ganhar dinheiro vivo, mas iam ganhar calcário, esterco, semente e um plano de comercialização.(...) então, (...) de setembro a dezembro foi feito aquele bum, a Emater trazendo qualquer tipo de agricultor que tivesse interesse em plantar organicamente, mesmo sem saber direito o que era orgânico, naquela época orgânico era ter um terreno descansado e plantar com esterco, (...) os agricultores entendiam é que não podia colocar veneno e nem adubo, longe do entendimento do que é a filosofia da produção orgânica¹⁸. **(Nelson)**

A produção de hortaliças tem seu início. CODESUL e EMATER concentram a condução do processo. É então que aquele núcleo de feirantes se mobiliza para a constituição da associação, para que os próprios agricultores pudessem conduzir o processo administrando o projeto “Rumo ao Novo Milênio”.

(...) E a produção de hortaliças começa e o **Erasto** e o **Antônio** concentrando tudo (...) e aquele grupo inicial que vinha se reunindo desde 96, começa a perceber que os dois não vão dar conta do serviço, e a gente começa a pressionar né, a gente começa a dizer não, os agricultores tem que decidir, os agricultores tem que estar mais envolvido no processo, é muita papelada, é muita burocracia, (...) tem que ser formada a associação, (...) e em janeiro de 99 a gente, então, amadurece a idéia de fundar uma Associação de Agricultura Orgânica pra tocar o projeto Rumo ao Novo Milênio, (...) mas só que deixando bem claro, nós já não tínhamos mais a verba de 50 mil na nossa mão para administrar, nós tínhamos semente, nós tínhamos calcário, nós tínhamos o fosfato pra distribuir para os agricultores. **(Nelson)**

Na verdade podemos afirmar que dois tipos de agricultores viriam a formar a Aruatã. Alguns já eram produtores orgânicos (feirantes), com considerável experiência técnica na produção, ideologicamente convencidos e conhecedores dos princípios da produção orgânica, além de se caracterizarem por um maior grau de escolarização em relação àqueles que foram convidados a produzir. Os outros

¹⁸ No capítulo IV nos deteremos nessa questão complexa: Ter ou não a Filosofia da produção orgânica é fator que possa definir o fracasso ou o sucesso dessa prática alternativa de produção?

desconheciam tanto a prática de produção de orgânicos quanto seus fundamentos filosóficos. Em que medida essa diferenciação possa ser alegada como um dos fatores da falência da Aruatã é questão a ser discutida posteriormente.

Enfim, esse início do processo de constituição da Aruatã inclusive nos faz questionar se o CASO ARUATÃ pode ser citado como uma ação de resistência e de questionamento daqueles que foram excluídos do processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira. Encontramos ali os fatores agricultura familiar, pequenos produtores, produção orgânica e associativismo. Ou seja, fatores que inter-relacionados teoricamente corresponderiam, conforme nosso referencial teórico, a uma situação exemplar de uma ação que se opõe à lógica instrumental, que busca construir um espaço comunicativo e se caracterizaria pela apropriação tecnológica. Porém, percebemos que aquele 2º semestre de 1998 foi marcado por inúmeras ações de improviso e “a toque de caixa”. O recurso é anunciado; logo em seguida é liberado; o projeto é elaborado “a quatro paredes”; o dinheiro tinha de ser gasto até dezembro sob pena de devolução; a administração desse recurso levantou sérias interrogações e suspeitas; os agricultores não participam de um processo que se apresentava como alternativa de desenvolvimento local e além do mais são convidados a uma prática de produção agrícola alternativa que desconheciam.

Essas ações caracterizadas por imediatismo são apontadas pelo tesoureiro da Aruatã como centrais para o entendimento da crise que levou a associação à falência.

Falando bem a verdade, eu acho que a associação começou a funcionar prematura. Devia ter sido feito um estudo mais aprofundado de todo o contexto. Um acompanhamento profissional. Na verdade ninguém queria perder o dinheiro da prefeitura e foi tudo atropelado. (...) Éramos amadores nesse aspecto. Aí acho que teriam sido identificados vários problemas que apareceram na caminhada. (...) Na parte de comercialização também foi muito amadorismo. Primeiro produzir para depois tentar vender. E a comercialização é um fator determinante para o sucesso. (...) falta de experiência na hora de estruturar a coisa. Um grande percentual

dos produtores não estava preparada para aquela coisa que estava acontecendo. Não estava no momento deles ainda para absorver e fazer parte desse processo. **(Orlando)**

Ou seja, o quadro que se configura corresponderia mais a um exemplo de “colonização do sistema” mediante ações de instrumentalização. Porém, uma outra assertiva deve ser considerada. O fato de algumas iniciativas que se caracterizariam como núcleos em potencial de resistência à colonização do sistema não terem êxito, não elimina esse mesmo potencial. Inclusive, o estudo e o conhecimento das razões que inibiram tal êxito são essenciais para a compreensão de que a ação comunicativa se constrói, não se decreta, e para a percepção das dificuldades e dos desafios de construção de espaços comunicativos frente a contextos de quase completa colonização do sistema.

No próximo capítulo, analisaremos o processo ARUATÃ a partir de sua constituição legal no ano de 1999 e a partir de alguns tópicos como: conversão de sistema produtivo; fornecimento de insumos; plano de produção e sua programação; dificuldades com relação à assistência técnica; envolvimento com outras instituições; problemas relacionados à comercialização e questões relativas às relações sociais nessa tentativa associativista.

CAPÍTULO III

RELATOS DO PROCESSO

Inicia-se o ano de 1999 com a Aruatã formalizada legalmente. Muitas famílias de agricultores envolvidos, produzindo e essencialmente muito estimulados com essa nova atividade.

Então foi uma época boa essa, né, foi uma época que todo mundo estava estimulado, tinha muitos agricultores, nós tínhamos um planejamento rígido, (...) então essa época tava todo mundo motivado (...), então o **Antônio** da Emater ele saía pra dar uma assistência técnica, mas eu e o **Carlos** nós íamos muito na casa dos agricultores, então a coisa fomentou (...) **(Nelson)**.

Porém, esse entusiasmo quase que se resumia à perspectiva comercial e ao retorno financeiro. Fator este que evidencia a difícil situação sócio-econômica em que se encontram esses agricultores, consequência direta de um processo de modernização que desconsiderou a agricultura e os agricultores familiares¹⁹.

(...) eles ficaram mais empolgados no início não tanto com a produção e o alimento que era puro, eles ficaram mais empolgados com o dinheiro, o valor comercial da verdura, na parte econômica eles ficaram mais interessados, mas aí nós falamos assim é preferível que eles fiquem empolgados pelo menos com isso, que a gente aos poucos vai cativando eles, vamos mostrar qual é a filosofia da verdura orgânica (...) **(Carlos)**.

Além disso, esses agricultores não tinham experiência em agricultura orgânica, nem sequer tradição em olericultura. Essa constatação nos leva a afirmar que o fator *tradições locais de produção* também foi desconsiderado na elaboração do referido projeto, ou seja, um exemplo marcante de uma ação que coloca em xeque a perspectiva de desenvolvimento que embasou a elaboração do referido projeto.

¹⁹ Esse quase desespero em busca de alternativas que possam amenizar a difícil situação econômica em se encontram os agricultores familiares e o forte grau de imediatismo em relação ao retorno financeiro, bem como a ilusão de um lucro fácil, serão analisados com mais detalhes no próximo capítulo.

Frente a esse quadro, a assistência técnica para a conversão de sistema de produção torna-se um fator determinante na análise do processo. Ela se dava por meio do técnico da Emater e pela orientação de alguns produtores que faziam parte daquele grupo de feirantes, pois estes tinham considerável experiência técnica na produção orgânica.

A assistência técnica ela se dava de 3 maneiras: a principal em reuniões, em reuniões técnicas em dias de campo, a reunião técnica uma vez por mês e nós procurávamos fazer um dia de campo por mês também, e quem comandava quem conduzia esse dia de campo ou era eu como biólogo, como técnico também, o **Antônio** da Emater e também o Maurício ou outro agrônomo vindo da AOPA. A outra forma de assistência técnica é quando eu e o **Carlos** visitávamos as propriedades, nós diariamente estava visitando propriedades. E o **Antônio** da Emater fazendo o trabalho dele também(...), então a assistência técnica era assim, (...) **(Nelson)**.

Nas afirmações que avaliam o desempenho da assistência técnica exercida pelo técnico da Emater encontramos divergências contundentes. Divergências que vão desde elogios rasgados até considerações que julgam o papel exercido pelo técnico da Emater como determinante para a crise da associação.

(...) sobre o **Antônio** eu não tenho o que falar uma pessoa que se dependesse do **Antônio** eu acho que a associação estava a mil hoje, o **Antônio** foi uma pessoa muito responsável, uma pessoa que (...) se dependesse do **Antônio** realmente a associação tinha ido para frente mesmo, o **Antônio** era uma pessoa muito dedicada. (...) o **Antônio** sempre apoiou os produtores, não apoiou a direção, ele achava assim que eles tinham que dar mais assistência para os produtores, e eles queriam que ele ficasse pelo lado deles, e o **Antônio** não, ele ficava pelo lado dos produtores, eles queriam que o **Antônio** ficasse na panela deles e o **Antônio** não, era uma pessoa séria, justa, ficava do nosso lado e não do lado deles. **(Vilma)**

(...), a Emater eu acho que foi assim na figura do **Antônio**...a pior coisa que poderia ter acontecido para qualquer organização de agricultores. Mesmo no início quando tava todo mundo motivado, ele trazia agricultores de todos os locais que não tinham a mínima condição de plantio (...), por não ter tradição na olericultura, por não ter infra-estrutura pra olericultura, (...) por não ter terra (...) própria pra oleicultura, mas bem como ele bem se referia era um coitadinho que precisava de uma oportunidade, mesmo que a produção ficasse perdida no meio do mato, porque morava muito longe, tava muito longe... da rota do caminhão da prefeitura e não tinha como trazer as verduras pra cá. Nós tínhamos agricultores que traziam uma vez por semana dois maços de brócolis, isso não era viável prá ninguém. Essa figura da Emater ela tinha uma postura nas reuniões, sempre muda, sempre dando alguns comentários técnicos e por trás, logo cedo descia a lenha, (...), descendo a lenha no sentido que o problema não era de você coitado do agricultor, o problema é da direção, o problema é da AOPA (...) **(Nelson)**.

Então, conforme as considerações dos entrevistados, percebemos que as críticas enfatizam e questionam uma postura paternalista da Emater em relação aos produtores, enquanto que nos elogios percebemos um tom de simpatia característico e geralmente atribuído àqueles que são vistos como protetores. Parece-nos que as críticas e os elogios se encontram com os fatos. Porém, vale aqui ressaltar a análise sobre a assistência técnica da Emater feita pela agrônoma **Renata**.

Talvez a assistência pecou, não sei, não estou atirando pedra em ninguém. Mas eu acho que faltou um pouco estar junto com eles, de ter assumido um compromisso com eles. Eles reclamaram muito disso para mim: a falta de orientação. Ah... era assim? Eu não sabia. Nunca tinha visto isso... Então eu acho que faltou um pouco de orientação. Dizer o **Antônio** não fez acho que não é o caso, porque na época ele era sozinho, a Emater tem uma sobrecarga de afazeres, o município é muito extenso. Um técnico para atender um município como Tijucas é malvadeza. Não dá pra dizer o cara não fez. Provavelmente não teve tempo para fazer. Porque tinha outros afazeres de extensionista da Emater. (**Renata**)

Nesse comentário identificamos uma das dificuldades apresentadas por CAMPANHOLA & VALARINI (2001) para a potencialização da prática alternativa de orgânicos pelos agricultores familiares, ou seja, a falta de técnicos e de assistência técnica em agroecologia e a falta de uma maior política de pesquisa em tal setor da produção agrícola. O próprio técnico da Emater, na entrevista concedida para este trabalho, afirmou seu desconhecimento técnico em produção orgânica quando se inicia a associação Aruatã.

Sobre a conversão de sistema de produção identificamos também certas divergências de opinião, que variam desde afirmações que ela ocorreu sem maiores traumas até outras ressaltando uma mudança de 360°.

É isso a gente sentiu que nem todos os produtores eram olericultores. A maior parte dos produtores eram pequenos produtores que plantavam milho, feijão, salsa ou fumo, então é completamente diferente do trabalho de olericultura, tem que ter um serviço constante e isso investia muito em mão-de-obra numa pequena propriedade e muitas famílias não tinham essa mão-de-obra suficiente para produzir olericultura, então a gente sentiu em cima da mudança a conversão do convencional que era milho, feijão, fumo e salsa, para a linha orgânica de olericultura isso foi uma volta de 360 graus muito forte para o pequeno produtor rural que ele não agüentou e mais a mão-de-obra que faltou na sua propriedade. (**Antônio**)

(...) e se trabalhar organicamente, pelo contrário do que se pensa, principalmente quando a gente pega uma área descansada é muito tranquilo. Então, os agricultores não tiveram grandes dificuldades de passar do modelo convencional para o modelo orgânico, não tiveram grandes dificuldades com pragas nem com doenças e nem com frustrações da lavoura, esses problemas eles começaram a ter um pouco mais após o segundo ano por não ter o manejo orgânico completo na propriedade. **(Nelson)**

As reclamações sobre a escassez de insumos, em especial cama aviária, foram também uma constante nas entrevistas.

Eu também nunca tive auxílio nenhum, eles só tinham papo nas reunião, (...) a gente se quis andar foi com as próprias pernas nunca tive crédito nenhum a gente sempre teve que se virar. (...) eu nunca recebi esterco, calcário, fosfato, não sei se alguém recebeu. **(Vilma)**

(...) Prá mim veio um caminhão de esterco no começo daí depois que tava aí o caminhão ele disse que era prá mim repartir com o **Mário** e depois daquilo não veio mais nada daí a semente nós pegava lá no começo, de uma artura em diante nós mesmo tinha que comprá semente, praticamente tudo era descontado no que nós pagava na associação era descontado semente, esterco, (...) a gente pagava tudo na verdade. **(Norberto)**

(...) A ajuda que eu tive na parte financeira da coisa foi um pouco de sementera, mas nós pagava 10% da verdura quando eu ia receber lá tinha dez por cento descontado para tirar a despesa dos esterco e daí a parte que veio mesmo foi muito pouco, veio quatro metro de esterco, 22 saco de calcário e oito saco de fósforo, foi só isso que teve de ajuda. **(Mário)**

A essas reclamações sobre a falta de insumos se somam questionamentos sobre o Plano de Produção e a sua Programação.

(...) teve uma programação feita pela AOPA para toda região metropolitana (...), foi definido para cada município produzir algumas culturas e (...) foi feito uma divisão entre os produtores do grupo ARUATÃ e aí o pessoal achou que não era o ideal porque tinha produtores que plantava uma bandeja só de alface ou uma bandeja de brócolis, era coisa mínima, e aí não compensava o produtor investir para plantar uma bandeja só(...) isso desestimulou o pequeno produtor rural, que vivia praticamente só da agricultura orgânica, (...) **(Antônio)**.

Porém, esta última crítica é assim questionada por um dos dirigentes da Aruatã:

O que todos gostam é de pegar o filé mignon, não é? Tínhamos 20 ou 30 famílias e tínhamos de dividir a produção. Alguns produtos precisavam de uma infra-estrutura básica como irrigação e nem todos os produtores tinham. Então, na hora de tecer um comentário não se leva em conta esses fatores que nos levaram a distribuir, por exemplo, alface, ou seja, um produto fácil de ser produzido e de colocação comercial também fácil, porém precisa de infra-estrutura. E produtores não tinham. Agora beterraba não precisa de irrigação, ou seja, não é um fator determinante. (...) Então se passa prá produtores que não tinham infra-estrutura e isso talvez não foi bem aceito por eles. Não tinham também capital pra produzir mais e ter infra-estrutura e muito menos a associação para financiá-los. **(Orlando)**

A agrônoma **Renata** também teceu alguns comentários sobre a programação de produção que a AOPA desenvolveu para os municípios produtores a ela ligados, que apontam reflexões sobre diferenças entre práticas sociais e de trabalho a serem consideradas em toda iniciativa como a pensada pela AOPA em relação aos agricultores familiares.

(...) a Aopa lá em Colombo também tinha muitas folhosas, assim como a Aopa em Piraquara e em outros municípios, na verdade houve um grande erro, a (...) Aopa (...) nunca na verdade definiu esse tipo de coisa, pra quem que fica folhosas, pra quem que fica raízes, ou se fica pra todo mundo, porque o conceito de orgânico não pode deixar uma propriedade só com folhas, eu preciso de vários itens pra fazer rotação, a gente deixou tudo muito solto e aconteceu isso, tinha Colombo produzindo couve-chinesa e repolho, tinha Aruatã produzindo couve-chinesa e repolho, tinha uma associação de Palmeira produzindo repolho e couve chinesa, conclusão, todos produtores perderam e o mercado limitado que já não absorvia tanta coisa, um mercado que precisava ser visto de outra forma na época, precisava iniciar um trabalho de promoção de vendas, divulgação da produção orgânica, algumas atividades que a gente dizia na época que tinha um cunho bem empresarial e a gente não soube tratar disso, nem nós lá de Colombo, a Aopa, Aruatã. (...) (**Renata**).

Nessa fala identificamos mais uma dificuldade apresentada por CAMPANHOLA & VALARINI (2001) para a potencialização da prática alternativa de orgânicos pelos agricultores familiares, ou seja, a baixa capacidade gerencial dos produtores. Afirmavam tais autores que as dificuldades na decisão sobre o que produzir, como a decisão sobre que mecanismos utilizar para obter maior lucratividade na venda dos produtos é resultado direto da falta de uma adequada capacidade gerencial dos pequenos produtores.

Na seqüência de sua fala, a agrônoma também questiona essa falta de planejamento da programação citando exemplos de produção de olerícolas em municípios onde a tradição agrícola era em outras culturas como o feijão e a soja. O resultado, segundo ela, era produtos sem padrão de qualidade e que, em razão do volume de produção não planejado, obstruía a comercialização de olerícolas de qualidade de produtores tradicionais como os de Colombo.

Vejamos também o comentário feito pela agrônoma sobre a produção de orgânicos, comparando o desenvolvimento dessa atividade com os produtores de Colombo e a falta de tradição em olericultura dos produtores da Aruatã em Tijucas do Sul.

(...) em Colombo (...) eu não tive muita dificuldade de conversão, (...) eles eram horticultores, eles trabalhavam a horta, era uma coisa comum ao metiê deles, não eram plantadores de milho, feijão, batata que de repente viraram produtores de hortaliças, eram verdureiros por excelência. E outra coisa que eu achei que foi mais fácil de tudo por eles terem uma tradição de 30, 40 anos de horticultura, a fertilidade do solo era altíssima, as respostas que a gente teve no início eram muito boas, tínhamos produtos que o pessoal até questionava a gente porque eram produtos muito bonito, mas é porque eles tinham uma visão que o esterco é fundamental então, se não tem adubação química vamos aumentar o esterco, vamos aumentar os compostos, temos de deixar os esterco de frango esperar 6 meses, e os produtores tinham um certo capital para fazer isto. (...) Enquanto que você tinha aqui na Aruatã um monte de produtores de fumo, descapitalizados, que não conseguiram fazer estoque de cama de aviário de 6 meses e acabam usando fresca, (...) São produtores descapitalizados que não conheciam de hortaliça. (...) Eles não sabiam a hora de colher, eu cheguei a dizer aqui óh tem que colher aqui agora. E eles: NOSSA? Pra mim tinha que colher daqui a uma semana. (...) Então, coisas que em Colombo a gente não precisava fazer. Já tinham tradição, já sabiam o que era um produto padrão, (...) a gente via o produtor de Tijucas dispersar muito, não acreditava muito na horticultura, então plantava ainda o milho, o feijão, continuava mantendo a criação, a galinha, etc. Aquela propriedade poli, e você via que o cara não conseguia fazer nenhuma das coisas bem feito. **(Renata)**

Nessas falas se evidencia outra dificuldade enfrentada pelos agricultores orgânicos e comentada no referencial teórico, ou seja, a falta de acesso a crédito subsidiado para a necessária adequação da propriedade com relação a infra-estrutura para produção de orgânicos.

Sem infra-estrutura para produção de olerículas, sem acesso a crédito subsidiado, com insuficiência de insumos, com dificuldades em relação à assistência técnica e falta de conhecimento e tradição em olerículas e em produção orgânica, os problemas de produção foram quase que uma consequência natural.

(...) na parte orgânica foi totalmente diferente, o contrário do que é feito a verdura convencional, (...) nós não sabia nada sobre verdura, no começo começamos a aprender no curso e depois trabalhando começô a dar problema na produção, rabanete dava muito miúdo quando engraudava arrebentava tudo, rachava, aí ele não dava para comerciá, então a gente aproveitava uns 5 quilos e perdia outros 5 quilos, (...) também foi difícil acertar o padrão (...) pepinos que desse com defeito algum meio torto ou qualquer coisa de erro também não ia, (...) **(Mário)**.

Olha eu encontrei bastante dificuldade, inclusive já no esterco que tem que ser um esterco curtido (...) teve bastante gente que andou usando o esterco que não devia, meio verde, e daí já complicava também na produção, já não produzia com qualidade e padrão (...) **(Norberto)**.

Algumas falas também apontaram dificuldades de produção em razão da qualidade das mudas.

(...) como ficava muito distante prá ir até Colombo para buscar mudas o pessoal resolveu passar para um produtor do grupo que ficou então, a cargo do **Carlos** de fazer as mudas, (...) no início foi tudo bem, (...) de repente começou a dar problemas nas mudas, aí era problema de entrega ou era de qualidade e aí o pessoal começou a não querer mais as mudas e aí o pessoal produzia na sua própria propriedade isso aí era um tempo mais gasto para produção de muda em casa, (...) as mudas não saíram com qualidade, saíram pior, muitas vezes morriam tudo porque a muda é muito delicada na produção para produzir e os produtores não estavam capacitados para isso, (...) **(Antônio)**.

Ainda com relação a esse item que envolve produção e fornecimento de sementes e mudas temos as seguintes afirmações:

(...) eles recebiam semente no início, aí a gente percebeu que a semente não estava sendo plantada direito, tava perdendo muito, (...) a Aruatã dava sementes, depois eu achei que devia ser cobrado porque como ia semente a vontade (...) eles não plantavam no dia certo, (...) eles atrasavam muitas vezes, aí nós resolvemos vender as mudas pra eles até que era eu que fornecia as mudas e eu vendia num preço mais acessível (...) aí sofri também porque eu tinha que entregar na propriedade deles, nem buscar eles vinham, (...) aí foi que a gente conseguiu a programação de produção ser razoável, mas mesmo assim às vezes eu entregava as mudas hoje no máximo eles tinham que plantar amanhã, (...) muitos deles deixava, perdia as mudas (...) esse produtor recebia 500 mudas de alface, a gente calculava que podia ser entregue 300 e 200 mudas ia perder, aí quando eles davam esse furo furava nossa programação aqui na Aruatã, (...) aí era aqueles famosas brigas porque o pessoal não entregava, (...) a gente dava uma porcentagem de defasagem de produção, a gente fazia o cálculo de quase 20% eles tinham margem boa eu não posso julgar todos mas muitos deles perdiam quase 70%. **(Carlos)**

Ou seja, novamente percebemos divergências contundentes entre os entrevistados. Os produtores questionam a qualidade das mudas fornecidas. Os dirigentes questionam uma falta de responsabilidade com relação à execução da programação da produção e ao alto percentual de perda. Porém, tais questionamentos não são necessariamente excludentes. Ou seja, talvez até a má qualidade das mudas fosse um fato, mas frente a um contexto de inúmeras dificuldades como já comentado, tal item se torna menor na análise do processo.

Portanto, os problemas referentes ao processo de conversão, assistência técnica, auxílio na forma de insumos e organização da produção se avolumam em direção a quase que uma anunciada falência. Falta de tradição em olerícula e em produção orgânica são as raízes de inúmeras dificuldades com relação à conversão de sistema de produção e com relação à própria produção. Isto se agrava pelo pouco ou inexistente acesso a insumos e a crédito que subsidie a produção, sinais estes de que a agricultura familiar e a agricultura orgânica, em especial, não faziam parte das estratégias políticas de desenvolvimento social e econômico dos poderes estabelecidos, seja na esfera municipal até a federal. A assistência técnica, independente das simpatias ou antipatias com o técnico local, independente da competência ou falta desta do mesmo, como independente de um determinado perfil do técnico ou da entidade de extensão rural que o mesmo representa, já pode ser identificada como falha ao se pensar em apenas 1 técnico para um município com quase 800km² e mais de 20 famílias só com produção orgânica.

Em todo esse processo, algumas outras instituições vieram a ter envolvimento com a Aruatã, em maior ou menor grau, em determinadas fases e por razões as mais diversas. Tentarmos perceber nos comentários transcritos das entrevistas, em que medida esses envoltimentos auxiliaram ou foram prejudiciais no desenvolvimento da Aruatã se torna um item essencial em nossa investigação.

Outras instituições envolvidas

Primeiramente, a relação com a Emater, na pessoa do seu técnico local, foi bem próxima. Ou seja, a Emater foi uma das responsáveis pela elaboração do Projeto Rumo ao Novo Milênio, foi quem conduziu o processo de ampliação do

quadro de produtores junto com o Codesul, foi quem desenvolveu os treinamentos iniciais sobre agricultura orgânica com o auxílio da AOPA e de alguns feirantes e por um período considerável acompanhou os produtores com orientação técnica desde o processo de recuperação do solo, conversão de sistema e produção. Porém, já transcrevemos e analisamos em páginas anteriores os comentários sobre o papel da Emater, na pessoa de seu técnico local, junto a Aruatã.

O envolvimento do CODESUL (Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tijucas do Sul) no processo significou o envolvimento único e exclusivo da pessoa de seu presidente na época. Como já dito, Codesul e Emater desenvolvem o Projeto Rumo ao Novo Milênio e quando a Aruatã é formalmente legalizada, o presidente do Codesul torna-se seu diretor adjunto. O envolvimento maior do Codesul, portanto, se concentra na fase de elaboração e execução do Projeto. O mais crítico nessa relação igualmente concentra-se nos questionamentos sobre a administração do recurso de R\$50mil.

A relação da Aruatã com o Codesul era complicada porque como eu falei gerou muitos boatos que eu não vou falar e boatos complicados que no final gerou conflitos entre a associação e a Codesul, sobre dinheiros que saiu da prefeitura para a associação. (...) A administração dessa verba estava a cargo do **Erasto** (...) e esse dinheiro não apareceu e no caso envolveu várias pessoas da associação e do Codesul. **(Vilma)**

Posteriormente, com a fundação da Associação Aruatã, houve um comprometimento do Codesul com o subsídio de horas/máquina para os produtores da associação, relação esta também conflituosa.

(...) a Codesul, as máquinas que a Codesul tinha, (...) era pra fazer preços acessíveis aos produtores não só os da Aruatã mais a todos os produtores, (...) só que nunca foi feito um preço acessível, (...) nossa Aruatã nunca teve bom relacionamento com a Codesul por causa disso, da exploração dos produtores, (...) nós estávamos ali, os dirigentes da Aruatã, mais pra defender nossos produtores e os produtores vinham e reclamavam diariamente contra a Codesul. **(Carlos)**

A relação da prefeitura (gestão 1997/2000) com essa iniciativa de produção de orgânicos se estendeu por todo o processo. Primeiramente é ela quem recebe o recurso de R\$ 50mil que se constituiu na mola propulsora para que a produção de agricultura orgânica no município pudesse ser desenvolvida e estendida a agricultores que não faziam parte do núcleo de feirantes. Ela também exerceu o papel de criar condições essenciais na fase inicial da associação, como por exemplo a concessão de um caminhão baú para o transporte da produção até a sede da Aruatã e, após classificação do material, até a sede da AOPA em Colombo. E também o empréstimo de um prédio público para que a Aruatã pudesse usá-lo para a seleção, armazenamento e embalagem da produção e realizasse suas reuniões.

Já questionamos anteriormente a forma como a prefeitura, na pessoa do então prefeito municipal, conduziu a elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Local. Porém, nas falas que abaixo transcrevemos, tentemos perceber como os envolvidos no processo analisam o papel da prefeitura municipal em relação a Aruatã.

A prefeitura em si ela deu uma mão, porque ela cedeu aquele caminhãozinho, não cobrava pelo menos que eu saiba, no começo tinha um caminhão caçamba que também entregava insumos, então eu acho que a prefeitura podia ter feito mais, mas acho que ela não atrapalhou. **(Tadeu)**

(...) a prefeitura, tô falando como um produtor, deu o maior incentivo que nós precisava, nós tivemos caminhão, nós tivemos esterco, nós tivemos a semente, quer dizer ajudou no que precisava se não deu certo não foi por falta de incentivo (...) **(Ricardo)**.

A prefeitura cedia o caminhão e o motorista e o local, mais do que isso não teve, mas não precisava ter mais do que isso, eu acho que a prefeitura fez bastante. **(Laura)**

Ou seja, essas falas que citam quais foram as formas de auxílio da prefeitura, deixam transparecer a imagem que os mesmos tinham do papel do poder público, ou seja, não uma instituição que pensa, planeja e define projetos de desenvolvimento local para médio e longo prazo, mas aquela que pratica formas de

assistencialismo imediatista e se assim o faz cumpre seu papel. Esta visão é resultante de histórias políticas construídas e alicerçadas no paternalismo, na centralização e no autoritarismo político desde longos anos.

Porém, a crítica essencial à atuação do poder público refere-se à falta de uma perspectiva política que não buscasse em iniciativas como a Aruatã apenas uma forma de proselitismo político. Essa crítica transparece em algumas falas dos diretores, em especial na fala do presidente da Aruatã. Ele chega a afirmar que no início do processo, no momento de fomentar essa iniciativa associativista de produção, o diálogo com a prefeitura, na pessoa do ex-prefeito, era tranqüilo e que se não fosse esse apoio estrutural concedido pela prefeitura a associação não teria sobrevivido nem um ano e meio.

Por outro lado era claro que tinha o interesse do prefeito, (...) o interesse dele era um interesse populista, então ele não queria que um projeto vingasse como uma alternativa econômica viável para o município, porque o que nos parecia era que ele queria que o maior número possível de pessoas e agricultores do município tivessem envolvidos com o processo, então quanto mais agricultores tivessem freqüentando reuniões, quanto mais agricultores tivessem falando que estavam vinculados nesse projeto Rumo ao Terceiro Milênio... ao novo milênio melhor pra prefeitura. Tanto que enquanto (...) tinha muitos agricultores no processo e os agricultores felizes, o canal de comunicação com o prefeito era tranqüilo. No momento que os agricultores começaram a reclamar, no momento que a gente começou a atravessar problemas... já não tínhamos mais no prefeito uma figura de ajuda como antes, o prefeito já começa a ter uma figura de atrapalhar, de vir com soluções mágicas, soluções populistas, (...). Então faltou (...) um pouco dessa visão do prefeito de entender qual é o agricultor do município ou é o populista mesmo que queria fazer discurso, (...) Então a prefeitura tem essas duas fases (...), uma fase de muito apoio, de muita aposta de muita alegria, de muitas felicidades, aparecendo em todas as fotos. Quando o processo começou a dar algum problema, mais um órgão pra jogar pedra no telhado da ARUATÃ que já era de vidro.
(Nelson)

Num determinado momento a PUC-PR procurou realizar, com um grupo de alunas de Psicologia e uma professora coordenadora, um trabalho junto a Aruatã. Aparentemente o objetivo era desenvolver atividades que pudessem despertar no grupo de agricultores maior autoconfiança para poderem expor suas idéias. Dizemos "aparentemente" em razão de não termos tido a possibilidade de contatar com essa professora e nem com as alunas e por tal experiência ter sido muito curta, pois estas

vieram a se afastar em razão de alguns conflitos com membros da direção da Aruatã logo no início. Vejamos as falas,

Olha, eu não sei te dizer bem direito, mas eu sei que, ah parece que era uma tese, também era uma defesa de tese, então, elas eram estudantes, ou fazia parte do currículo, não sei bem direito, mas houve também problema com o **Nelson**, ele acabou expulsando as meninas. **(Laura)**

Elas vieram implantar um processo, instruindo os produtores como é que tinha que ser feito uma associação, como é que tinha que agir, elas vieram fazer um trabalho mas não deu certo, porque bateram de frente com a diretoria da ARUATÃ, a diretoria da ARUATÃ achou que a PUC só vinha tirar proveito, (...) fazer os produtores de cobaia. **(Tadeu)**

Uma característica comum nas falas que comentam esse contato com a PUC é o desconhecimento do que ou qual exatamente era ou foi o objetivo daquele trabalho que a professora e as alunas pretendiam. Também comum entre as falas é a citação de que o presidente da Aruatã fez forte oposição a esse trabalho e em consequência desse conflito a atividade foi interrompida. Quando entrevistado e perguntado sobre a questão, o presidente da Aruatã assim se expressou:

A PUC interessada em abrir um campo de estágio para seus alunos, vindo como toda instituição poderosa, vindo oferecer um monte de coisa para os agricultores, um monte de facilidades, mercados dentro da PUC, alunos para ajudar na assistência técnica, (...) promessas e promessas que nunca se efetivaram e que a direção rapidamente percebeu isso, rapidamente começou fazer uma oposição dessa entrada da PUC dentro da ARUATÃ, mas os agricultores influenciados pela prefeitura e pela Emater e por essa tendência histórica do nosso agricultor de acreditar em promessas e não acreditar em seu próprio trabalho, (...) em vez de apoiarem a ARUATÃ começam a apoiar a PUC e começa a ter rachas internos, tanto que a PUC sai da ARUATÃ (...) e funda uma associação (...) na Lagoinha²⁰, (...) aonde a PUC podia ter o seu campo de estágio, articular da forma como bem entendesse, porque não tinha uma oposição aos seus interesses²¹. **(Nelson)**

A Rio de Una Alimentos é uma empresa particular que iniciou com agricultura convencional e hoje se dedica quase que exclusivamente à produção orgânica. Tal

²⁰ Lagoinha é um dos bairros do município e é onde a PUC possui algumas instalações onde desenvolve o projeto PROAÇÃO.

²¹ O PROAÇÃO (Programa de Ação Comunitária e Ambiental-PUC/PR) é um programa da PUC-PR e que objetiva, conforme enunciado do Manual de Estudante/2002, o estímulo e o incentivo ao trabalho voluntário de seus alunos junto a comunidades carentes. Tal programa desenvolve atividades como assistência médica, odontológica, social e educacional e projetos ligados à questão do meio ambiente em alguns municípios, como, por exemplo, Tijucas do Sul. O objetivo também é oportunizar aos acadêmicos da instituição estágios nas mais variadas áreas de profissionalização.

empresa cresceu extraordinariamente nos últimos anos e inaugurou sua nova sede em julho de 2002 na BR 376, na localidade de Contenda, município de São José dos Pinhais. A antiga sede era no bairro Rio de Una em Tijucas do Sul. Entrega sua produção para redes de supermercados e para cozinhas de muitas indústrias.

(...) A empresa hoje acredita na agricultura orgânica e quer ter a agricultura orgânica como um negócio. Temos um parceiro hoje na empresa que é o Axial Participações de São Paulo, que comprou esse projeto por ser orgânico. Ou seja, esse projeto tá nascendo porque tem a procedência de orgânico, o selo de orgânico, e vai buscar essas 700 toneladas de orgânicos. Se vou conseguir ou não eu não sei. Porque não vai ser fácil conseguir 100 toneladas de batata orgânica a um preço competitivo para entregar em cozinha industrial. (...) Acredito que daqui a dois anos a Rio de Una será a grande empresa de agricultura orgânica da região sul. **(Renata)**

Na época, portanto, a empresa Rio de Una Alimentos ainda tinha sua sede em Tijucas do Sul e já começa a discutir a possibilidade de um projeto de desenvolvimento de agricultura orgânica como um negócio da empresa. Então, quase que naturalmente o contato com a Aruatã viria a acontecer. Vejamos os comentários feitos sobre a relação Aruatã/Rio de Una.

(...) o Rio de Una nos procurou, eu tenho muita amizade com a proprietária lá e ela me procurou, ela queria transformar boa parte da produção dela em orgânica que tinha mercado pra isso e eu vim trouxe essa proposta pra diretoria pros produtores e eu o **Orlando** todo mundo aceitou mas o **Nelson** foi contra desde o início porque ele sentiu que se nós vendesse pro Rio de Una ia começar desviar produto da Aopa, mas era esse o meu objetivo dentro da Aruatã, ter outros pontos pra entrega de verduras e um desses pontos seria o Rio de Una, se nós estivéssemos com o Rio de Una estaria a Aruatã até hoje funcionando, (...) o Rio de Una foi crescendo cada dia mais e a Aopa foi cada dia caindo mais, se nós tivesse ficado com a Aopa e o Rio de Una a Aopa poderia afundar como afundou, mas nós estaria sobrevivendo porque nós estaria com o Rio de Una (...) **(Carlos)**.

Desde o início do grupo da ARUATÃ a diretoria não concordava de trabalhar com o Rio de Una, isso foi categórico nas reuniões dos pequenos produtores rurais, sempre foi colocado isso que nunca deveria se entrar no Rio de Una, que não era na linha orgânica que eles trabalhavam no início, então, isso aí ficou assim o pessoal tinha interesse em plantar mas não podiam, não era permitido, (...) **(Antônio)**.

Essencial é tentarmos perceber as razões pelas quais o presidente da Aruatã, conforme várias falas, se opunha contundentemente a uma parceria com a Rio de Una Alimentos.

(...) A Rio de Una, que é uma instituição particular que visa o lucro, em final de 2000 passa a ter uma tendência de também querer entrar no mercado orgânico, começa a ver na ARUATÃ uma tendência de ter agricultores prontos para iniciar o projeto deles de agricultura orgânica, treinados, capacitados, já com uma certa infra-estrutura, e com problemas de relacionamentos, pagamento da AOPA atrasando, (...) 60, 75 dias para se realizar. O Rio de Una vem e capta a grande maioria dos agricultores e os agricultores viram as costas para a associação com a maior tranquilidade e ainda saem (...) jogando pedra, dizendo que o Rio de Una vai pagar com 30 dias e é isso que nós queremos (...) E vale ressaltar que agora em início de 2002 o Rio de Una não tem mais nenhum agricultor de Tijucas do Sul em olericultura, declaração da agrônoma que presta assistência técnica para o Rio de Una que Tijucas do Sul não tem agricultor que preste para olericultura, não tem agricultor para o Rio de Una. (...) todos os agricultores que saíram da associação foram para o Rio de Una, hoje eles estão desamparados. E esse argumento da agrônoma, (...) é muito interessante, os agricultores de Tijucas do Sul não são capazes de ser agricultores do Rio de Una. (...) Desde o começo da ARUATÃ, da AOPA e desde o começo quando a CUT começa a trabalhar, nós sabíamos que nós estávamos trabalhando com o agricultor não capitalizado, não tecnificado, com o agricultor excluído do processo de comercialização. Então nós queríamos trabalhar com esses agricultores, não com os agricultores que já tinham condições por si próprios de fazer parte da cadeia produtiva. Então logicamente o Rio de Una que tem interesse na comercialização e em obter lucros, esse tipo de agricultor não tem chance mesmo para uma instituição como o Rio de Una. **(Nelson)**

Agora analisemos a fala da agrônoma da Rio de Una Alimentos sobre essa questão.

(...) Não somos associação. Não podemos comprar produto sem qualidade. Ou o produtor se adequa ou a empresa não compra. Isso é normal. O Rio de Una têm um preço para um padrão de qualidade, para isso se disponibiliza assistência técnica. A empresa bateu na porta de alguém para plantar e então tem de comprar? Comprar se tiver qualidade. Enfrentei alguns conflitos comigo. Isso hoje já assimilei. Quando ficamos muito tempo em Emater e associações temos o vício de tratar o agricultor como coitado e não é isso que ele precisa. Ele precisa de informação que faça com que ele chegue lá. Aí sim ele passa a ser um bom produtor e vai com certeza ganhar dinheiro. (...) Houve comentários de que o Rio de Una ia quebrar eles, que a Rio de Una era uma bandida, era uma vilã, etc. Acho errado a coisa ser vista dessa forma. Eu falei para o **Nelson**, tem espaço para todo mundo, ou então esse pessoal quer ser dono do mercado orgânico, aí cai em contradição daquilo que eles dizem ser um trabalho social. Se é social que seja de cabo a rabo. Não só lá no campo e daí aqui no mercado é só nós porque a indústria não deve entrar, ela é malvada. Não acho isso. Essa é uma empresa que gera empregos, não tá errada. Pague-se um preço justo para o agricultor. Não tem nenhum agricultor meu reclamando de preço, sou prática nesse ponto. Podem até me culpar que eu não trabalho muito a filosofia, não mesmo. Meu metiê é trabalhar muito mais essa questão mais técnica – vamos produzir que tem alguém querendo vender. Os preços que estão pagando não são ruins. Vamos produzir que tiramos o pé da lama. Tirando o pé da lama eu ponho qualquer coisa na cabeça deles. (...) **(Renata)**.

Esse confronto de falas do presidente da Aruatã e da agrônoma da Rio de Una deixa explícita a perspectiva e a lógica que orientam cada fala. A fala da agrônoma corresponde à lógica própria de uma empresa privada e aos fundamentos do discurso liberal, onde se defende a teoria de um mercado regido por leis de

natureza e acessível a todos aqueles que entendam essa ordem natural e a ela se adaptam. Portanto, essa postura bem pragmática da agrônoma quando, por exemplo, afirma que "vamos produzir que tiramos o pé da lama", revela explicitamente a lógica de um mercado pretensamente acessível, aberto e livre a todos, onde aqueles que a ele não conseguem acesso devem se questionar o que individualmente estão errando, pois o mercado não pode estar errado. Ou seja, não interessa ao mercado regido pela lógica do lucro e por uma racionalidade instrumental as dificuldades e condições de toda ordem que excluem o pequeno produtor rural, justamente porque tais dificuldades e condições de exclusão têm sua origem nessa própria lógica instaurada. Em contraposição a essa lógica liberal, a fala do presidente da Aruatã revela uma orientação ideológica que questiona e percebe as contradições do sistema capitalista liberal. Afirma ele saber que o agricultor da Aruatã era um agricultor descapitalizado e excluído do processo de comercialização, e justamente por essa razão é que optou por desenvolver o seu trabalho com a Aruatã e a AOPA. Também afirma ele, posteriormente, que as raízes históricas da produção orgânica estão alicerçadas "(...) numa vivência comunitária, numa ética como alternativa social, política, cultural de inserção daqueles que são excluídos do processo (...)" e o trabalho da AOPA, enquanto uma entidade representativa de agricultores familiares, era pensar o desenvolvimento rural comunitário e não simplesmente uma alternativa econômica de produção.

Enfim, a questão que se levanta em relação ao contato da Aruatã com a PUC e a Rio de Una Alimentos é se tais parcerias, que efetivamente não se concretizaram, trariam benefícios e somariam com uma iniciativa de associativismo de agricultores familiares ou se traduziria em oportunismo de tais instituições e conseqüentemente prejudicariam a iniciativa associativista em questão. Num

determinado aspecto a ampliação de parcerias comerciais soa como positivo, mas isto seria realmente possível, de que forma e por quanto tempo, se considerarmos que a perspectiva política que move uma prática associativa como a pensada para a Aruatã e a perspectiva que move uma empresa privada são distintas?

E por último temos a relação com a AOPA, que era a mais próxima possível. A AOPA era a Associação de Produtores Orgânicos do Paraná, ou seja, entidade maior que procurava administrar a produção de agricultura orgânica no Estado do Paraná, em especial na região metropolitana de Curitiba. O núcleo de feirantes de Tijucas do Sul estava diretamente ligado à AOPA, pois a Feira Verde era uma atividade promovida pela mesma. Entre vários outros fatores que evidenciam uma relação até necessária entre Aruatã/AOPA, o presidente da Aruatã também fazia parte da direção da AOPA.

Além dos fatores evidentes que aproximam Aruatã/AOPA, fundamental é perceber, nos comentários que abaixo transcrevemos, o processo que leva a AOPA a uma séria crise que atinge em conseqüência direta a Aruatã e as questões relativas às dificuldades de inserção no mercado e dificuldades com relação à comercialização.

Uma série de fatores, como por exemplo problemas relacionados a níveis de produção que diminuem em razão de problemas climáticos e fim da parceria com a APAC, jogam a AOPA num período de crise, agravada ainda em razão da venda do Mercadorama, principal parceiro comercial da AOPA, para a rede SONAE.

(...) a rede Sonae entrou e dominou tudo, começou a exigir muito de quem entregava os produtos pra eles e inviabilizou tudo (...) cada produto que você tinha que lançar no mercado (...) você tinha que pagar uma taxa, (...), tipo de uma inscrição do produto dentro do mercado, (...) você tinha que ter uma pessoa lá dentro prá repor mercadoria, (...) aí tem a semana que (...) tem que ser tudo a 10 centavos, porque é promoção do supermercado e você tinha que aceitar se não você estava fora, aí é aniversário do supermercado, (...) eles pagavam o preço que eles queriam... (Aquele período da alface a R\$ 0,01?)... isso, foi bem aquela época, tinha semana que era alface, tinha semana que era outro produto, só que a Aopa tinha que

entregar mas ela tinha que pagar o produtor, foi aí que começou a quebrar, foi uma bola de neve que foi crescendo, crescendo e veio estourar no produtor (...) **(Carlos)**.

Esses problemas relativos à comercialização foram em razão das condições que são impostas para se adequar às características de um mercado orientado pela lógica do capitalismo.

(...) a Aopa não se submeteu talvez a essa marginalização que o mercado faz com os agricultores e buscou caminhos diferentes que seria manter a feira, a idéia de comercialização lá no local da associação, pelo que falam está indo bem, criou-se um vínculo com a lojinha, as pessoas vão e compram, e se retirou dos mercados e hoje o quadro político comercial dessas associações está dessa forma, (...) **(Renata)**.

Para os agricultores da Aruatã, o atraso dos pagamentos em razão das dificuldades pelas quais a AOPA estava passando, representou um desestímulo à continuidade da produção.

(...) deu problema de comercialização (...) aí os pequenos agricultores já ficaram meio receosos, já não recebiam como era antigamente cada semana, cada mês, (...) começou já aumentar para 60, 70, 90 dias, isso aí desestimulou, foi diminuindo o grupo. (...) **(Antônio)**.

Alguns envolvidos no processo inclusive questionam o fato da Aruatã ter como único e principal parceiro comercial a AOPA e concluem que a falência da Aruatã se deu em razão desse fato.

(...) a Aruatã pra mim era uma filial da Aopa (...) eu fui contra porque aí eu falei não nós temos que ser um núcleo que não tem nada a ver com a Aopa, simplesmente a Aopa seria o comprador do nosso produto, (...), um dos compradores, (...) nós tínhamos um grande erro (...) outras pessoas pra comprar nosso produto, outras fontes de mercado porque se Aopa quebrou ela levou a Aruatã junto, se nós tivesse vendendo pra outro não teria nos quebrado, (...) **(Carlos)**.

Porém, para o presidente da Aruatã, a AOPA foi “nossa grande irmã e companheira no processo”. É muito forte o grau de idealismo e convicção ideológica com relação ao papel que a AOPA exercia enquanto entidade representativa de agricultores familiares em sua busca de uma inserção social e no fomento de alternativas de desenvolvimento rural comunitário. No entanto, a AOPA, enquanto

uma associação de agricultores e sem apoio da instituição pública, passou por sérios problemas financeiros e os produtores de Tijucas do Sul, segundo análise do presidente da Aruatã, não estavam preparados para suportar e enfrentar dificuldades como, por exemplo, o atraso de pagamentos. Diz ele: “(...) os agricultores de Tijucas não estavam preparados para dividir prejuízos, (...) dividir lucros, ganhar dinheiro fácil a gente tá pronto. A Emater tá pronta para prestar serviço, a prefeitura tá pronta prá prestar esse serviço, mas dividir o prejuízo, construir alguma coisa, os nossos agricultores definitivamente não estão prontos”.

Um outro produtor da Aruatã avalia que as dificuldades de comercialização estavam ligadas à questão da taxaçoão exagerada sobre um produto diferenciado como o orgânico.

(...) a AOPA vendia os produtos muito alto, o preço era muito alto e deixava de vender, o médio e o pequeno consumidor não comprava, (...) isso aí eu achava que não era o certo, a gente vendia X por 50 centavos lá, depois que a AOPA punha no mercado isso lá, às vezes estava por 1,90 ,atrapalhou muito, podia vender muito mais se tivesse um preço mais razoável. **(Tadeu)**

A fala desta última transcrição sobre a taxaçoão de produtos diferenciados como o orgânico, como também razões das dificuldades de comercialização são comentadas pela agrônoma da Rio de Una.

(...) O conflito maior no meu entender foi um só: a gente pulverizou demais a produção, não comercializou essa produção. A gente desestimulou os agricultores que começaram a perder produto no campo, (...) a gente fez um discurso em 97/98 que a gente (...) ia vender, de que a gente ia fazer todos os agricultores fazer orgânico, que essa era a grande chave da produção do futuro, (...) que se dane se entrasse 300 ou 1000 agricultores, agora o mercado não absorvia esses produtos, tinha um preço caro para um consumidor que não tinha dinheiro, (...) tínhamos um discurso social mas nunca praticávamos o social no mercado, porque o nosso produto era elitizado (...) o pobre não comia nosso produto orgânico e lá no campo nosso discurso era do pequeno agricultor, (...) o mercado tem culpa, não é só a forma de como a gente conduziu, (...) porque você compra, vende por um, o mercado quer vender por dois, a taxaçoão em cima de um produto diferenciado é muito grande, o que torna esse produto as vezes fadado a um segmento muito pequeno e vende um volume muito pequeno, (...) **(Renata).**

Essa contradição que a agrônoma aponta merece ser refletida. Ou seja, o grande desafio que efetivamente se apresenta às práticas alternativas de produção como a orgânica é, como apontado em nosso referencial teórico, a "resignificação" das relações com o próprio mercado, transformando estas em não necessariamente orientadas pela lógica do capital. Para que isto se efetive, a possibilidade de acesso a esses produtos pelos mais desfavorecidos economicamente deve ser um dos objetivos. Uma ação concreta que vem ao encontro desta perspectiva é um projeto recente da AOPA de comercialização a preços acessíveis dos produtos que não tem saída nos dias de feira com os moradores da Favela das Torres²².

Além dessas questões mais abrangentes que levantam a relação entre dificuldades de acesso ao mercado, comercialização, crise da AOPA, venda do Mercadorama para o SONAE e crise da Aruatã, outros questionamentos com relação a confusões na administração da entrega dos produtos e dos pagamentos foram apontados nas entrevistas. O técnico da Emater questiona a seguinte situação: a AOPA recebia produtos de vários municípios e tais produtos não tinham o mesmo destino comercial, alguns iam para as prateleiras de supermercados, outros eram comprados pela prefeitura de Curitiba e outros, sem colocação comercial, voltavam para as associações e seus produtores. Segundo ele, em razão de um inadequado controle da AOPA e da Aruatã, muitos produtores não recebiam os valores referentes às suas entregas e nem sequer os produtos devolvidos. Produtores ficavam enfurecidos ao ir receber seus pagamentos e não constar no controle do tesoureiro da associação nenhum valor devido a esses produtores. Comenta ele igualmente que tal situação de inadequado controle contábil era

²² Essa informação sobre o projeto junto a Favela das Torres nos foi concedida informalmente pela AOPA .

agravada pelo fato de a maioria dos produtores da Aruatã não possuírem nota de produtor rural. Portanto, muitas vezes a produção da Aruatã era enviada à AOPA em nome daqueles produtores que possuíam nota, gerando assim um verdadeiro caos ao ter que dividir valores que chegavam em nome de um determinado produtor, porém eram referentes à produção de vários produtores. Porém, em razão de não termos tido acesso a esses controles contábeis, ficamos impossibilitados da confirmação material dessas afirmações.

A feirante Laura também comenta uma situação específica onde aponta o presidente da Aruatã como um responsável direto pela confusão em relação aos pagamentos aos produtores.

(...) o **Nelson** simplesmente se esquecia de pegar o cheque e trazer aqui pros produtores, tanto é que, a Aopa deve, mas dívida com produtor é só com a turma aqui de Tijucas, então o culpado é quem? O **Nelson** fazia parte, era presidente aqui, ele fazia parte da diretoria da Aopa, e ia quase todo dia para lá e não trazia os cheques nunca, não cobrava. (...) Ele priorizou a Aopa e não a associação e não pode. (...) (**Laura**).

O presidente da Aruatã, porém, quando questionado sobre a questão dos pagamentos revela em suas falas muita frustração e, ao mesmo tempo, indignação sobre os problemas ocorridos. Ele afirma que o controle contábil era rígido e todos os produtores sabiam, por exemplo, que em razão de muitos não possuírem nota de produtor, a produção deles ia na nota daqueles que possuíam. O que ocorria, segundo ele, é que muitos produtores, por não terem o mínimo de espírito coletivo/associativista e princípios éticos, geravam comentários que causavam desavenças entre o grupo e com a direção. Também agiam, por vezes, de muita má fé. Ele cita exemplos de situações da seguinte ordem: alguns associados que faziam sacolas com produtos orgânicos para entrega residencial, compravam produtos de outros associados e não pagavam, mandando-os posteriormente cobrar tal dívida da associação ou simplesmente alegando que tal produtor teria recebido um valor além

do que lhe era devido²³ e não o pagaria; muitas vezes completavam essas sacolas com produtos que não eram de origem orgânica; faziam a divulgação dessas sacolas de entrega residencial em nome da associação e não repassavam percentual algum para a associação; etc. Ele próprio avalia essa situação como falta de sociabilidade dos produtores em razão de um histórico marcado por práticas de individualismo.

(...) o indivíduo humano social às vezes não é muito social, (...) às vezes a gente torce mais que a alface do vizinho de uma praga do que se de bem. Ainda aquela história, porque como eles vinham da batata-salsa, que se a batata-salsa do vizinho desse uma praga, a minha batata-salsa ia pegar um preço um pouquinho melhor, (...) numa associação não, eu preciso de uma alface do meu vizinho pro meu alface poder ter comercialização também. Então essa insociabilidade dos agricultores era uma coisa grave, (...) a gente tinha que conviver com pessoas assim (...) então esse é um erro histórico no município onde todos que tiveram oportunidade de fazer por conta própria e atropelar o vizinho sem ética nenhuma, faziam isso (...) **(Nelson)**.

O que efetivamente o presidente da Aruatã aponta em seu comentário são exemplos concretos da desintegração dos valores socioculturais e da vivência comunitária no meio rural com o processo de introdução das relações capitalistas no campo. São exemplos concretos de uma racionalidade marcada pela instrumentalidade e que estendeu seus domínios colonizadores sobre um meio social onde as práticas solidárias eram a característica fundamental.

Enfim, em item anterior ressaltamos que a literatura que discute regras e princípios de práticas associativistas/cooperativistas “se revelam insuficientes para revelar o desenvolvimento e complexidade das relações sociais que lhe dão vida e vão revelando contradições em seu interior” (ARAÚJO, 1983, p.13). Como já exemplificado, foi realmente muito complexa a questão das relações sociais na Aruatã, sendo que alguns aspectos marcantes chamam a atenção.

²³ Por exemplo quando tal produtor era algum daqueles que haviam cedido seu nome e nota de produtor para que o pedido daqueles que não possuíam nota fosse enviado regularmente à AOPA.

Associativismo e Relações Sociais

O primeiro aspecto que ressaltamos foi a falta de coesão entre os dirigentes, como evidenciado nas falas que se seguem.

(...) entre os dirigentes não foi aquela maravilha porque a gente discutia muito, (...) houve muita discussão, eu fiquei muitas vezes magoado mesmo, porque eu estava me dedicando e às vezes tinha dirigentes nosso que aparecia uma vez por semana e ainda por cima desfazia muita coisa que a gente sabia que estava funcionando, que estava dando certo, mas como ele não tinha tido participação tentava desfazer isso, (...) entre nós ali dirigentes eu era que tinha mais contato com os produtores então, a maior parte das reclamações das cobranças chegava até pra mim, só pra mim (...) eu que ficava carregado das reclamações e quando ia passar até eles certas coisas eles não aceitava que eu chegasse falar, (...) eu sabia o valor dos produtores, eu era produtor, eu sabia o que eles esperavam de nós e eu não queria decepcioná-los (...) **(Carlos)**.

(...) Acho que dentro da direção o relacionamento era mais ou menos. Porque tínhamos 3 diretores, cada um com uma forma de pensar. Então, pra achar o ponto de equilíbrio é muito difícil quando há divergências muito grandes, (...) Eu, por exemplo, como tesoureiro, tinha de pensar muito mais na parte prática da coisa. Como tá vendendo? Tá dando lucro ou não? Grana...Já o **Nelson** já era mais da parte filosófica da coisa, ideológica. Formação das pessoas. E no começo tivemos alguns problemas porque ele **(o Nelson)** queria impor sua maneira de pensar. Depois, no final, já estávamos um pouco mais afinados. **(Orlando)**

(...) Chegou a haver até briga, entre o **Nelson** e o **Carlos**, briga de agressão pessoal, chegaram a se bater, foi bem truncado o relacionamento.(...) eu acho que as pessoas não sabem viver em associação. (...) **(Laura)**.

Sobre essa questão do relacionamento entre os dirigentes e suas conseqüências para uma prática associativista, ARAÚJO (1982) aponta, ao analisar comentários sobre problemas enfrentados pela Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina Ltda, como questão vital ao desenvolvimento de uma organização associativa o entrosamento, o entendimento e a união entre o corpo administrativo, pois só dessa maneira os associados depositarão maior confiança na administração.

O segundo aspecto que ressaltamos e que aparece quase que na totalidade das falas foram questionamentos sobre a centralização de fala e o autoritarismo do presidente da Associação.

(...) os diretores (...) foram escolhidos pelos próprios produtores, que achavam que eles poderiam administrar bem o grupo, mas depois começaram a observar que os diretores começaram a querer se aproveitar do cargo, da situação e isso aí veio desestimulando também os pequenos produtores (...) então observava praticamente que só os diretores que mandavam no grupo e a participação começava a ficar só entre três cabeças, e o pessoal às vezes até comentava com a gente que não adiantava falar porque quem mandava era só os três cabeças, presidente, secretário e tesoureiro e isso aí magoava muito, e dentro dessas três cabeças tinha pessoas que não tinha o mínimo de condições de atender o pequeno produtor rural..., sem escrúpulos, às vezes brigava pela qualidade do produto..., mas que falasse como gente com ele, aí acho que o produtor poderia ter agüentado um pouco mais. **(Antônio)**

Esse relacionamento infelizmente não foi muito bom devido a nossa diretoria, nosso presidente ser meio ditador, (...) o **Nelson** impunha as idéias dele não aceitando a idéia dos outros. **(Laura)**

(...) As reuniões geralmente é aquele negócio que é democrático, mas a maior parte quem falava era o presidente nas reuniões e os outros ficavam oiando e quando você às vezes botava um assunto pra você falar ele entrava e tomava a tua vez e você ficava a ver navios no teu projeto e era meio ditador o negócio na reunião, o presidente era meio ditador e não dava muita vez pros outros. **(Nestor)**

Porém, vale ressaltar as seguintes falas sobre a questão da participação nas reuniões.

Até certo ponto as reuniões eram produtivas. Acho que o grupo não estava interessado em ouvir. Em adquirir e receber essas informações. Porque a participação era mínima. Todos ficavam de boca fechada e só ouvindo. Aí você não tem certeza se as pessoas estão entendendo o que estava sendo falado e o que estava acontecendo. Você não tinha um retorno real da produção da reunião. (...) **(Orlando)**.

(...) o que não se pode falar é que os agricultores entraram no processo como carneirinho, eles estavam sabendo o que estava se passando e faziam suas reivindicações, faziam suas críticas, muitas vezes críticas bastante pesadas sobre todo o processo. **(Nelson)**

O que essas falas estão apontando é a dificuldade de construção de um agir racional comunicativo e emancipador mediante uma prática associativista. Percebemos a força com que a postura ideológica de combate às razões do sistema marcava as ações do presidente da Aruatã, com um senso crítico muito aguçado e uma postura política bem definida, o mesmo conseguia perceber como as razões do sistema se materializam e de que forma essas razões são responsáveis pela situação de exclusão do pequeno agricultor familiar. Porém, essa forte postura ideológica que apontava na busca da construção de um projeto onde os próprios

agricultores fossem os "sujeitos da história", traduziu-se, por vezes, em posturas marcadas por radicalismos e contraditórias ao, por exemplo, querer quase que "decretar" a independência do agricultor. Ou seja, sua rígida postura ideológica, contraditoriamente, inibiu o diálogo que tanto se pregava e buscava. Fato este que o mesmo admitiu nas entrevistas.

(...) a gente foi com um discurso libertador e o discurso libertador (...) diz isso: que o ser humano tem que ser livre para optar (...) conscientemente qual o caminho que ele vai seguir. Ele não pode ser influenciado, mas o discurso libertador ele se baseia no diálogo, e nós também, enquanto seres humanos erramos, porque nesse processo a gente foi antidialógico também, porque a gente acreditava tão firmemente numa direção que a gente só queria levar o barco nessa direção. **(Nelson)**

Portanto, parece-nos evidente que alguns elementos essenciais à construção de uma prática associativista, como por exemplo a autogestão democrática, não se efetivaram na Aruatã. Observemos também o que comenta ARAÚJO (1982, pp.83-84) sobre o assunto.

Mesmo dispondo dos mecanismos legais de participação cooperativa, deles nem todos os associados fazem uso e acabam por aceitar a ideologia dominante, desprovidos de qualquer sentido de mobilização. (...) fica, de certa forma, explicitada uma correspondência entre poder e saber, facilitando a acomodação de condutas e dificultando o reconhecimento da cooperação. Criam-se áreas de estranhezas, de não-identificação, de alienação cooperativista.

Essa falta geral de coesão e de espírito associativista, que pressupõe um mínimo de confiança mútua, igualmente fica evidente nos comentários abaixo transcritos.

E com relação aos produtores sempre senti deles uma resistência, sempre uma desconfiança. Como se alguém estivesse fazendo algo escondido, estivesse roubando, etc. (...) Então ficava complicado. E ainda é muito mais complicado esse relacionamento quando as pessoas em vez de chegar e expor suas dúvidas pessoalmente, ficava de fofquinhas em botecos, esquinas e praças. Então fica difícil de se construir alguma coisa em cima da falta de confiança, da falta de honestidade, etc. É difícil. **(Orlando)**

Escondiam os pobremas de medo do pessoal pará de produzir. Mas tinha que ser transparente. Quando você falava de pagamento, eles diziam vamo produzir, vamo produzir. Eles queriam esquecer o pagamento e diziam que associação não podia morrer. Nós tinha que ter um esclarecimento do que tava acontecendo, passado 3 meis de atraso, até que um dia de tanto o pessoal brigarem nas reunião que ele esclareceu que o pobrema era da AOPA

e começou com umas conversa, porque já não tinha mais como segurar. Mas foi botando pano quente até onde deu. **(Norberto)**

Por fim, propomos pensar a citação de ARAÚJO (1982, p.84), abaixo transcrita, a partir da questão que envolve as relações sociais e relacionamentos dentro da Aruatã.

É opinião corrente e lugar-comum, na literatura sobre cooperativismo, imputar-se o fracasso cooperativista à falta de cultura dos elementos associados, à deficiente educação cooperativista, ao isolamento geográfico do produtor rural, quando semelhante estado de indiferença pode também ser resultado de uma prática que não se completa, porque o contexto mais amplo a afoga. Como pensar em prática de cooperações em moldes democráticos e, porque não se dizer, idealistas, se esta mesma prática não é mais que uma parcela do exercício político mal exercitado, da prática econômica com todo o teor de racionalidade. (ARAÚJO, 1982, p. 84).

E que contexto é esse que afoga e inibe a efetivação de práticas associativas senão o contexto de uma realidade social orientada segundo os princípios da instrumentalidade? Na realidade, a citação de ARAÚJO afirma que o sucesso de práticas cooperativas/associativas não se completa não em razão das deficiências de cultura associativa de seus membros, mas em razão de contextos mais amplos que cerceiam sua efetivação.

E a fala do presidente da Aruatã, abaixo transcrita, se encontra com o comentário de ARAÚJO, pois ele justamente relata esse contexto amplo que afogou a Associação Aruatã. O contexto de um histórico de paternalismo e bombardeio das razões de um sistema que lança os indivíduos em uma quase que desesperada busca pela sobrevivência. Mesmo que inicialmente em sua fala transpareça uma certa angústia misturada com revolta em razão do imediatismo e falta de espírito associativista dos produtores, posteriormente ele os caracteriza como "vítimas do paternalismo" e do desespero financeiro em razão do contexto do sistema econômico em que estão inseridos.

(...) nós colocávamos os problemas da associação de forma muito clara e esperávamos dos agricultores uma resposta, talvez o problema era na resposta, na resposta talvez a gente tivesse uma intenção oculta, não tão clara, não tão consciente, (...) de que os agricultores tivessem uma resolução para os problemas da associação de acordo com aquilo que a gente achava correto e que deveria ser a solução, e talvez a gente se cegou um pouco pra não entender a solução deles, mas como todo líder ou como toda pessoa que é eleita para ser líder acredita no seu caminho, até hoje eu acredito no que nós tentamos empurrar, nós enquanto direção tentamos empurrar para o caminho certo, que os agricultores deveriam ser donos do processo e que os agricultores deveriam resolver seus próprios problemas, e os agricultores nas suas reivindicações sempre buscavam uma solução milagrosa (...) então era aí o conflito enquanto direção e agricultores, mas eu sempre entendi que isso era saudável, que isso estimulava a discussão, no final que fomos jogado muito na cara, eu só sabia discutir, falar de formação e não sabia falar de dinheiro e das questões práticas dos agricultores, mas eu acredito que pra ganhar dinheiro a gente tem que ter uma formação, a gente tem que ter uma compreensão do processo, a gente tem que entender a cadeia produtiva, (...) Eu não posso entender a cadeia produtiva só lá na minha propriedade. E os agricultores tinham uma visão só lá na propriedade deles, achando que o mundo inteiro queria comprar os produtos deles, que os produtos produzidos por eles eram os melhores do mundo. Não entendiam o que era Sonae, o que era carterização dos supermercados, o que é formação, o que é não receber a coisa pronta, porque os agricultores sempre receberam a coisa pronta, receberam a associação rural de Tijucas do Sul pronta, receberam tudo pronto, então construir é um processo que vai ser muito difícil, hoje eu acho que deveria talvez de ter um pouco mais de sensibilidade para isso, e não querer ter levado (...) assim como foi conduzido, (...) depois eu me vi sozinho nesse caminho, e todo mundo partiu para outro caminho, mas eu acho que isso é associação, então, já que o presidente é louco e o processo é democrático, troca o presidente, e não precisa tacar fogo na instituição, mas os agricultores (...) são vítimas do paternalismo, eles não se sentem dono da coisa, é sempre alguém que é dono por eles, eles sempre são empregados, funcionários, coadjuvantes do processo. (...) As pessoas discutem e jogam pedra em cima daqueles problemas imediatos, (...) Então se o problema era a falta de pagamento, o problema é porque o dinheiro não estava no meu bolso, mas o porque o dinheiro não estava no meu bolso, isso não interessa. Então, porque o pagamento atrasou, por mais que a gente explicasse, por mais que a gente conversasse, até saiam dali com esse entendimento, mas, no dia seguinte a conta batia, porque não podia comprar o azeite, sal e tinha dinheiro pra receber, talvez batesse o pavor no agricultor e daí que caía de novo aquilo o dinheiro não estava no meu bolso, não tenho culpa se o Mercadorama foi vendido para o Sonae, não quero saber de construção de um mundo melhor, não quero saber de comunidade, eu quero saber é por que o dinheiro não está no meu bolso? E isso foi falado *ipsis litteris*: "formação **Nelson** é muito bonito, mas o que quero é dinheiro no bolso". Então essa visão que é complicada, (...) (**Nelson**).

O conflito que efetivamente se mostra na transcrição da fala acima transcrita aponta para o grande desafio de resgate do potencial comunicativo e emancipador da razão e de combate à total colonização do mundo da vida pelo sistema através das práticas associativas e cooperativas. O desenvolvimento capitalista e a penetração dessa lógica instrumental no meio rural via expansão do próprio sistema promoveram, conforme apontado por BRANDENBURG (2001), o rompimento das raízes culturais e a perda da identidade de um estilo de vida rural caracterizado por

práticas de solidariedade e respeito à terra. Porém, o mesmo autor afirmava que nessas organizações de agricultores familiares identificamos

(...) novos personagens ou sujeitos sociais que lutam por um projeto de vida cuja realização dos sujeitos não está fundamentado na expansão ilimitada da acumulação de capital, mas na realização de uma subjetividade que pode ser definida pelo resgate de uma condição de vida camponesa. Esta posição não constitui a expressão de um desejo idílico de volta ao passado, mas uma forma de recuperar sua identidade, diante da sociedade massificada. Constitui não um movimento de retorno, mas de reconstrução de uma modernidade redefinida (GIDDENS, 1997), ou um movimento capaz de religar as dimensões que a modernidade tradicional pensou ser possível excluir (TOURAINÉ, 1992). (BRANDENBURG, 2001, pp.15-16).

Mas, conforme percebido na última fala transcrita do presidente da Aruatã e na citação de ARAÚJO (1982) sobre os contextos mais amplos que afogam a efetivação de práticas associativistas, não é tarefa fácil essa “reconstrução de uma modernidade redefinida” segundo os princípios de uma racionalidade comunicativa, pois o diálogo e uma nova racionalidade de orientação às ações sociais não se decreta, se constrói.

Complexas e contraditórias são as relações sociais que dão vida aos processos e práticas associativistas. Mais contraditórias são as visões que os sujeitos envolvidos têm desse processo e mais complexo ainda é querer estabelecer conclusões sobre o mesmo. Cientes desse desafio tentaremos apontar algumas análises e considerações sobre o processo Aruatã no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO

Em nosso referencial teórico, fizemos a afirmação de que a produção de agricultura orgânica por agricultores familiares se constitui numa alternativa tecnológica e econômica socialmente apropriada ao contexto dos agricultores familiares. Tal afirmação se sustenta no conceito de Tecnologia Apropriada, ou seja: "Partindo-se da constatação de que diferentes grupos culturais e geográficos possuem tecnologias diferentes (em forma e grau), apropriadas às suas situações específicas e que esta autodeterminação tecnológica é produto e essência de sua identidade cultural, a tecnologia apropriada baseia-se no princípio de que a melhor tecnologia é aquela que melhor se adapta à situação em que será utilizada" (MACHADO & RODRIGUES (1997, p. 16). Apropriada tecnológica e economicamente por se adequar ao contexto sócio-econômico e cultural desses agricultores, como por exemplo os menores custos e as maiores rendas com a produção de orgânicos.

A partir dessa consideração inicial, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre este trabalho realizado mediante um estudo de caso da Associação de Agricultores Orgânicos de Tijucas do Sul - AOPA.

Inicialmente discutiremos a questão da filosofia de produção de agricultura orgânica. Para isso apresentamos as seguintes citações.

O verdadeiro agricultor orgânico é por natureza orgânico, ele nasce orgânico. **(Laura)**

A agricultura orgânica é uma filosofia de vida. Não é só o plantar que envolve. É uma coisa mais abrangente. É uma forma de enxergar a natureza. De saber o que você quer. A maneira como você vive. Então o pessoal não estava preparado para esse momento. **(Orlando)**

Além dessas também temos a afirmação do presidente da ARUATÃ de que os agricultores que vieram a constituir o grupo de produtores orgânicos da Associação não tinham o “entendimento do que é a filosofia de orgânicos”. Será que o fato dos agricultores que vieram a constituir a Associação não vislumbrarem na produção de agricultura orgânica algo além da alternativa econômica foi condição determinante para o fracasso da ARUATÃ? Será que a produção de orgânicos é uma tecnologia apropriada a agricultores familiares, porém com a condição de que tais agricultores acreditem nela enquanto filosofia de vida?

Observemos o que a agrônoma **Renata** falou em entrevista para este trabalho, quando questionada se a agricultura orgânica, além da alternativa econômica, deve vir acompanhada de uma filosofia de vida diferenciada:

Eu acho que ela (filosofia de vida) é boa e deve ser colocada dosadamente à medida que sente que o produtor está evoluindo, mas também não adianta viver de filosofia. Ele passa a ser filósofo, passa a ser romântico à medida que esteja ganhando com aquilo. Minha visão é um pouco prática. É importante o entendimento dos conceitos da agricultura orgânica, agora acho que ele precisa também viver. Certo da em conversa com o Ari identificamos isso, não tem quase ninguém mais produzindo na ARUATÃ. De filosofia eles não encheram a barriga. Essa foi a verdade. Tem de se construir as duas coisas de maneira igual para não se desequilibrar. Às vezes vou muito em cima da questão técnica e tenho que me policiar mais para tentar jogar a visão do produtor para o lado filosófico. (...) Tínhamos um produtor que era extremamente convencional... que peitou o processo de conversão em seis meses e hoje é satisfeitíssimo com a produção orgânica e já começa a filosofar sozinho, mais ou menos um ano e meio que estamos trabalhando com ele. Primeiro a gente garantiu para ele que não ia morrer de fome com essa agricultura. Você tem família, criança para ir para escola, então, a filosofia é importante, deve ser construída, mas a questão econômica, conjuntural da propriedade é no início mais importante. Porque é bem mais fácil tratar os conceitos da produção orgânica com esse cara acreditando em orgânicos do que ao contrário (...) A ARUATÃ fez o inverso. O **Antônio** disse: é mas os seus produtores não têm filosofia. (...) pode até ser... mas eles estão satisfeitos com o orgânico e não voltam mais a jogar veneno por aí. Igual Colombo... Nenhum voltou para trás. E hoje eles sabem que a agricultura orgânica tem conceitos(...) (**Renata**).

O agrônomo da Emater de Tijucas do Sul assim se expressou quando questionado sobre a mesma questão:

(...) o pequeno produtor rural ele sobrevive da sua produção, ele tem que ter vendas, ele não vive de filosofia como tem pessoas do grupo que vivia dentro de uma filosofia de vida, que tinha outras rendas econômicas, que teriam condições de fazer isso, (...) (**Antônio**).

Interessantes são algumas falas dos produtores, onde transparece esse interesse mais imediato em uma fonte extra de renda e também uma visão mais pragmática, como comentado pela agrônoma do Rio de Una.

(...) tava prantando fumo e daí a safra anterior deu ruim a gente não conseguiu saí bem na safra e aquela vez parece que a verdura tava dando melhor tinha um preço mais melhor pra venda e aí foi onde a gente começô. **(Nestor)**

(...) a pessoa que trabalha na lavoura, se você chegar para ela hoje e dizer assim: você tá plantando milho e feijão, mas a salsa está dando mais dinheiro o cara vai plantar salsa, se você chegar na lavoura e dizer: Santa Catarina estão comprando a produção e pagando o dobro, o cara vai tentar vender em Santa Catarina, na verdade o que o povo estão precisando é que a lavoura, a agricultura melhore e venha dar mais apoio ao produtor, (...), então, não só aqui mas em todos os lugares, fumo dá dinheiro, o pessoal vai plantar fumo, batata-salsa dá dinheiro, corre planta batata-salsa, aí o feijão já não tem muito plantio o preço sobe todo mundo quer plantar feijão, (...) Então eu acho assim que, da associação os produtores foram tentar ganhar um dinheirinho a mais. (...) **(Ricardo)**.

Porém essa falta de uma perspectiva filosófica da produção não pode ser considerada fator suficiente para entender o processo que leva ao fim da Aruatã. Tanto porque “filosofias de vida” são aprendizados. O existir humano é a própria fonte da constituição de nossa existência, ou seja, a existência precede a essência. Se filosofias de vida são aprendizados e a existência precede a essência²⁴, então os agricultores da Aruatã poderiam ter desenvolvido essa compreensão.

Isso não significa que os conceitos e fundamentos da produção orgânica sejam dispensáveis, conforme nosso referencial teórico eles são inclusive necessários, pois a produção orgânica excede os limites de uma alternativa econômica ao instaurar um outro agir que norteia a relação homem/natureza e homem/homem. Ela se insere numa dinâmica diferenciada de relação homem/natureza e homem/homem, onde a terra deixa de ser objeto para obtenção

²⁴ Ao contrário das coisas e animais, no homem a existência precede a essência, ou seja: “(...)o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e (...) só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer (...)”. (SARTRE, *O existencialismo é um humanismo*, p.216.)

do lucro, onde o mercado não se constitui como fim último que justifica todo agir instrumental e onde o outro deixa de ser um inimigo ou concorrente a ser derrotado. Enquanto prática alternativa de produção agrícola, é construída conforme um outro prisma racional, que não o instrumental. Justamente essa é a razão de a considerarmos ALTERNATIVA.

Mas essa falta de conceitos e fundamentos não pode ser razão suficiente para o entendimento da crise que leva ao fim da Aruatã. Então, motivos que tenham impedido que uma postura filosófica ou uma visão diferenciada sobre a produção de agricultura orgânica se desenvolvesse é que poderiam ser apresentadas como razões para o entendimento da crise que levou a Aruatã à falência. Mas, quais seriam essas razões?

Quais seriam as razões que impediram que os produtores da Aruatã atingissem o estágio de compreensão desses fundamentos? Por que a grande maioria não conseguiu vislumbrar mais do que apenas uma fonte extra de renda? Por que grande número manteve-se na Aruatã só até passar a ilusão do lucro farto e imediato? E ainda mais, essa quase desesperada busca de alternativas econômicas, o forte grau de imediatismo (queriam ver o lucro rapidamente), o individualismo e até mesmo a ilusão que muitos alimentavam de enriquecimento fácil, seriam razões suficientes para impetrarmos aos agricultores a culpa pela falência dessa tentativa associativista?

Nosso referencial teórico indicou, conforme análise da Filosofia Habermasiana, como o mundo moderno é marcado por um profundo avanço do sistema sobre o mundo da vida mediante ações de instrumentalização do homem e da natureza. Esse caráter instrumentalizador se fez sentir no processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira, pois se desconsiderou a

multiplicidade de vozes de agricultores familiares mediante um desenvolvimento via decreto. Estes sofreram os efeitos econômicos e imediatos de um projeto que priorizou grandes proprietários rurais e alguns produtos voltados à exportação. Não tiveram acesso a nenhuma política de desenvolvimento tecnológico apropriado ao seu contexto e, além do mais, por causa de uma lógica instrumentalizadora que se impôs conforme a natureza de um sistema econômico excludente, foram afetados até mesmo em suas raízes culturais. Quando se exclui alguém de um processo de desenvolvimento, não deve causar estranheza quando este toma atitudes por vezes desesperadas e imediatistas. Não é pois justamente o princípio da violência que se espalha em nossa sociedade? Ou seja, a origem da violência não é justamente a violência primeira cometida ao marginalizar e excluir sujeitos das condições básicas e essenciais de uma vida digna? A violência que o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira causou aos agricultores familiares ao excluí-los economicamente e socialmente é a origem do desespero desses agricultores na busca de formas alternativas de rendimentos. O desespero, a busca do lucro imediato e o individualismo têm igualmente sua origem em um processo de invasão cultural que quebrou os laços solidários e cooperativos das antigas práticas dos “pichiruns”²⁵. Uma espécie de invasão cultural que inclusive levou à crença de que a produção não se dá graças à fertilidade do solo, mas graças à parafernália química na terra depositada. Como esperar então que agricultores que passaram a ver na terra uma verdadeira natureza morta pudessem inverter esta lógica instrumental de

²⁵ Práticas de trocas de dias de trabalho entre agricultores. Famílias de agricultores reuniam-se para a colheita da safra do vizinho e este igualmente ajudava outras famílias quando solicitado. Como não tinha geladeira e a carne de porco teria de ser logo consumida, dividia-se o porco em partes e doava-se aos outros, que em situações similares tomavam as mesmas atitudes. Junto com a modernização vem a dissolução dessas práticas, por exemplo quando o agricultor não pensa mais em trocar dias de trabalho com o vizinho, mas em adquirir um trator e alugá-lo conforme horas/máquina.

ver a terra tão rapidamente? Como esperar que uma tentativa associativista fosse abraçada e nela se apostasse se o que o sistema ensina diariamente é um “salve-se quem puder”?

Ter ou não ter a filosofia da produção orgânica talvez não possa ser levantado como fator determinante para a crise da Aruatã, mas a falta de um espírito associativista com certeza é uma razão central para entendermos a falência da Aruatã. É claro que existiram motivos pelos quais tal espírito associativista não se efetivou, como, por exemplo a lógica instrumentalizadora que o sistema difunde diariamente em todas as formas do agir social. Mas é claro também que um espírito cooperativo, solidário, de confiança mútua e dialógico são essenciais para uma prática que se pretenda associativa, são os próprios fundamentos para uma prática dessa natureza. Porém, da mesma forma que os conceitos e fundamentos da filosofia da produção orgânica são aprendizados que se desenvolvem, os princípios do associativismo também são obtidos mediante um processo de construção. O fato de se ter fundado uma associação não é garantia de que tais princípios apareçam como resultado de uma ordem natural das coisas. Isso significa que uma tentativa associativista pode ou não prosperar, caso se consiga ou não desenvolver os fundamentos que sustentam tais práticas. O espírito solidário e cooperativo, a construção do diálogo e a confiança mútua, essenciais num aprendizado e construção associativista, não aconteceram na Aruatã. Uma série de condições inibiu que essa tentativa associativista prosperasse.

Por outro lado, não queremos aqui considerar os agricultores como vítimas e pobres coitados em todo esse processo. Essa visão seria nada edificante se pensamos no sujeito humano como alguém capaz de superar seus limites e romper barreiras. O fato, porém, é que não se podem desconsiderar condições históricas

que lançaram o agricultor familiar numa situação de exclusão e, em grande medida, são a origem do perfil de um pequeno agricultor extremamente individualista, imediatista e com ilusões de lucro fácil. Da mesma forma, contextos determinados tem de ser considerados em suas especificidades quando identificamos regiões onde agricultores familiares conseguiram fazer com que o associativismo prosperasse. Porém, esse contraponto de contextos e condições específicas que geraram tal diferenciação é assunto complexo que exigiria uma dedicação exclusiva de pesquisa sobre o assunto.

A identificação desse contexto histórico e o perfil de um pequeno agricultor bombardeado pelas razões do sistema, também nos levam a perceber o quanto é difícil a construção de uma racionalidade comunicativa que tem como fonte o diálogo e a busca do consenso. Ou seja, como é um desafio a construção de uma cultura associativista quando as razões e ações que nos rodeiam se caracterizam pela justificação de fins imediatos e por um agir instrumental.

Os desencontros de afirmações, conforme percebido nas falas transcritas no capítulo III, como as constantes críticas dos produtores ao autoritarismo do presidente da Aruatã, além dos inúmeros questionamentos sobre a falta de transparência no processo revelam simplesmente que o agir comunicativo, o diálogo e a busca do consenso não se realizaram na Aruatã.

Marca evidente de que o diálogo comunicativo não se efetivou no processo Aruatã foram as inúmeras falas em que os produtores fazem referência à Aruatã como algo “deles”, ou seja, da direção. Em momento algum os produtores verdadeiramente se sentiram donos daquilo que estava sendo desenvolvido e também nunca se envolveram plenamente. Essa falta de um espírito associativista e de um espírito característico daqueles que se sentem agentes donos de seus

processos históricos, embora não possam ser consideradas exclusivas do perfil dos agricultores familiares de Tijucas do Sul, se destacam neste município em razão de um histórico local marcado por ações políticas de forte centralização e paternalismo, além de algumas experiências negativas com relação ao associativismo rural.

Enfim, lógico é afirmar que associação alguma sobrevive sem espírito associativista de seus membros. Tal perspectiva sugere então que quando há espírito associativo os erros são assumidos coletivamente e os acertos são méritos igualmente da coletividade. Portanto, quando se buscam culpados pelos erros que levam a Aruatã à falência a conclusão se impõe. E o que percebemos nas falas dos entrevistados ao apontarem razões para a crise da Aruatã é uma busca por identificar culpados, às vezes até mesmo “o culpado”, pela crise.

(...) não funcionou muito bem (...) por causa (...) do pessoal que tava na administração da Aruatã, talvez um dia venha a funcionar mais que não tenha esse pessoal que tava lá envolvido naquela época, o problema foi da direção. **(Antenor)**

(...) na parte da direção faltou uma pessoa mais objetiva. (...) o **Nelson** é um cara muito bom para dar aula, (...) **(Erasto)**.

Outro ponto essencial a ser comentado é o papel que o poder público exerceu nesse processo. Já afirmamos que a ampliação de mecanismos efetivos de participação da sociedade nos rumos e definição das diretrizes da administração pública é fator necessário para a garantia de um desenvolvimento social e econômico mais adequado. Ou seja, fundamental é a mobilização popular para que esses espaços de participação e decisão sejam conquistados, como fundamental é o papel do Estado enquanto promotor desse desenvolvimento econômico e social.

Parece-nos, entretanto, que não foi essa a dinâmica que norteou a ação do poder público municipal em Tijucas do Sul no caso Aruatã. Nítida foi a falta de uma visão política que pudesse pensar a Agricultura Orgânica enquanto um Projeto

Alternativo de Desenvolvimento. Tudo foi feito ao sabor do improviso e desconectado de um necessário (pois inexistente) projeto de desenvolvimento para o município.

No capítulo I apresentamos algumas ações de responsabilidade do poder público e suas instituições para que uma série de dificuldades em tornar a agricultura orgânica uma prática alternativa e apropriada de produção pelos agricultores familiares fossem superadas. Porém, todas essas ações sugeridas partem do seguinte pressuposto, o de que a Agricultura Orgânica seja vislumbrada pelo poder público enquanto Alternativa de Desenvolvimento. Ou seja, que ela venha a corresponder a uma opção política e estratégica de desenvolvimento econômico.

Porém, o que percebemos no caso Aruatã, com relação ao papel do poder público, foram ações de imediatismo, improviso e, fundamentalmente, centralização política. Marcas evidentes de uma racionalidade instrumental. E projeto de desenvolvimento algum se realiza sem a efetiva participação da sociedade. Esta sim, marca evidente de uma racionalidade comunicativa.

E por fim, como um dos pontos essenciais a ser analisado na perspectiva de identificar razões que condenaram a ARUATÃ à falência, apontamos a comercialização. As relações comerciais estabelecidas dentro da lógica do sistema capitalista se caracterizam pela exclusão e instrumentalidade, ou seja, não interessa ao sistema as dificuldades de toda ordem que o agricultor familiar encontra para produzir. Essa lógica instrumental se fez sentir profundamente quando da vinda da Rede Sonae e outras redes multinacionais de supermercados para Curitiba. Estas estabeleceram condições para comercializar a produção da AOPA que lançaram a mesma em uma profunda crise e praticamente inviabilizaram a continuidade da produção por uma série de produtores e associações que estavam iniciando, como

foi o caso da Aruatã. Por exemplo, o prazo para pagamento não era inferior a 60 dias e eram descontados valores referentes a alimentos não vendidos ou que estragavam nos estoques. E essas dificuldades encontradas na comercialização praticamente inviabilizaram na Aruatã a formação política e associativa. Fato este observado pelo presidente do Codesul:

(...) o **Nelson** na parte idealista, de formação ele até embutia a idéia no produtor que tinham que resistir porque isso era bom, que tinha que ver outro lado, mas não só o financeiro. Mas acho que não conseguiu se fazer entender. (...) O diálogo foi difícil por causa dos atrasos. **(Erasto)**

O próprio presidente da Aruatã apontou nas suas conclusões sobre o processo Aruatã a dificuldade em se garantir uma adequada formação e paralelamente administrar o item comercialização. Diz ele: "(...) no meu entender a formação atrapalha a comercialização e a comercialização inviabiliza a formação. Porque quando o cara tem dinheiro para receber ele não escuta mais nada a não ser porque o dinheiro não está no meu bolso(...)". **(Nelson)** Consciente disso, afirma ele, foi que a AOPA hoje separou o comercial da formação.

Enfim, foram dois grandes desafios que pudemos perceber com a pesquisa realizada por este trabalho. Um é o desafio da construção de espaços onde o agir comunicativo aconteça, pois, por mais vasta que seja a literatura que pensa o associativismo e a partir disso sistematiza regras técnicas para o mesmo, elas não conseguem abranger a complexidade que são as relações sociais. Essa complexidade que circunda os processos sociais ficou bem explícita no Caso Aruatã. O segundo é o desafio de pensar o associativismo, a agricultura familiar e, em especial, a agricultura orgânica inseridas na lógica maior de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

CONCLUSÃO

Para os agricultores familiares em especial, as práticas associativistas podem se constituir em estratégias essenciais para a construção de sua cidadania. Cidadania ausente na lógica das ações instrumentais de um desenvolvimento atrelado à importação de pacotes tecnológicos para a agricultura. Cidadania ausente em razão de um projeto de desenvolvimento via decreto político-econômico que desconsiderou as vozes dos agricultores familiares. Cidadania ausente por causa da destruição dos valores da vida camponesa. Enquanto classe que foi excluída do processo de desenvolvimento, visto este ter sido desenhado sob a lógica da produção em larga escala de alguns produtos considerados mais dinâmicos no mercado internacional, os agricultores familiares precisam construir uma condição digna de vida. Mas o que significa, para os agricultores familiares, a construção da dignidade e da cidadania? Significa a reconstrução de um agir social e racional que os retire da condição de exclusão para uma condição de sujeitos inseridos socialmente. Porém, essa inserção será uma conquista, pois os rumos trilhados pela lógica instrumental na sociedade capitalista não apontam interesse algum em rever situações de exclusão geradas por esse tipo de organização social, a não ser que seja vislumbrada alguma forma de obtenção de lucro. E essa inserção social só poderá ser conquistada coletivamente. Só poderá ser conquistada mediante ações comunicativas e solidárias. Será construindo espaços comunicativos, espaços de diálogo entre sujeitos que ouvem e são ouvidos, que os agricultores familiares terão condições de frear o total avanço do sistema sobre o mundo da vida. As práticas associativistas assim se caracterizam e fundamentam, ou seja, enquanto espaços onde a solidariedade comunicativa se manifesta. Espaços onde os agricultores se

fortalecem e a partir dessa organização, por exemplo, têm maior força de pressão para a implantação de políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades.

Porém, não se constituiu tarefa fácil construir ambientes comunicativos, pois o diálogo não se decreta, se constrói. E a lógica que impera e praticamente define as práticas e relações sociais numa sociedade capitalista é a instrumentalidade. Como afirma HABERMAS, a sociedade moderna assiste a uma quase esmagadora colonização do mundo da vida pelo sistema. Essa colonização pelo sistema, no caso da agricultura familiar, se manifesta por exemplo na desintegração dos valores culturais próprios do homem do campo. Valores que antes se caracterizavam por práticas sociais solidárias e de respeito à terra, converteram-se em desrespeito a esta e por um individualismo acentuado entre os agricultores.

Portanto, construir associações fortes onde um verdadeiro espírito comunicativo e solidário se faça presente, onde o consenso é buscado mediante falas argumentativas e onde as subjetividades são superadas em favor do bem comum, é um grande desafio para os agricultores familiares na construção de sua dignidade e cidadania.

E finalmente temos o desafio da construção de um desenvolvimento alicerçado na sustentabilidade e na participação. Sobre este desafio gostaríamos de apresentar apenas 3 itens de um trabalho desenvolvido pelo DESER que apresenta alguns elementos considerados fundamentais e que caracterizariam um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

m) Democracia, participação e controle social.

Um Projeto Alternativo de Sociedade e de Desenvolvimento deve estar fundamentado na construção da democracia como um valor fundamental e estratégico. Uma democracia radical que dê plenas condições às opções dos indivíduos e a autonomia aos grupos organizados. Isso implica, entre outras, na democracia econômica – distribuição de renda e riqueza entre todos os cidadãos, sem exclusões. Implica na democracia social – através do acesso de

todos aos bens, serviços e avanços sociais da humanidade (educação, saúde, lazer, cultura, etc.). E implica na democracia cultural e na plena democracia política. A participação da sociedade nos debates, formulações, decisões e fiscalização das políticas públicas e do poder público é uma condição essencial para o exercício da democracia e da cidadania e para a construção de um desenvolvimento sustentável e solidário. Por outro lado, a participação e ocupação dos espaços públicos devem ser entendidas pelos movimentos sociais como um direito e um dever democráticos.

n) Sustentabilidade

Os sistemas produtivos, as tecnologias e insumos devem ser orientados para a garantia da preservação e da regeneração dos recursos naturais, através da diversificação, da rotação de culturas e da reciclagem de energia, de forma a garantir a disponibilidade destes recursos às gerações futuras, bem como responder aos objetivos e necessidades dos agricultores familiares. Um desenvolvimento sustentável implica, portanto, no reconhecimento da diversidade das condições econômicas, humanas, ambientais, tecnológicas e culturais. Economicamente, significa a garantia de renda no mínimo suficiente para sua reprodução. Sob o aspecto humano, implica na qualidade de vida. Ecologicamente se refere a novas práticas agrícolas e de manejo dos recursos naturais que permitam manter a produção ao longo do tempo, sem contaminação do meio ambiente e com a produção de alimentos saudáveis. Tecnicamente, significa redimensionar o modelo tecnológico para uma visão sistêmica. E culturalmente deve incluir os valores e comportamentos que se relacionem com um sentido da natureza e o meio ambiente.

o) Solidariedade

Por fim, um Projeto Alternativo de Desenvolvimento deve basear-se na solidariedade como um valor essencial e como estratégia de construção. Os projetos de desenvolvimento com base na competição geram a exclusão e as diferenças sociais. A solidariedade social e econômica, entre povos, entre gerações, entre categorias, entre grupos sociais e entre as pessoas é uma característica da humanidade que precisa ser resgatada e reconstruída. Nesse sentido, o estímulo às diversas formas de cooperação agrícola, de articulação de grupos, de articulação entre o campo e a cidade são mecanismos fundamentais no processo de construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

DESER (2000, p.16-17).

Enfim, bombardeados pelas razões do sistema caracterizadas por um verdadeiro incentivo ao individualismo; inseridos em contextos políticos marcados por formas de paternalismo, clientelismo e autoritarismo; e sem um histórico organizativo e construção de lutas comuns, a formação política e associativa é hoje uma necessidade urgente para que os agricultores familiares possam melhor compreender o mundo em que estão inseridos e assim traçar os rumos de seu próprio destino. É nesse contexto que foi organizada em Tijucas do Sul, após a crise que levou a Aruatã ao fechamento, uma turma do Projeto Terra Solidária que se constitui hoje, acreditamos nós, numa possibilidade real de construção do associativismo no campo e ampliação do horizonte do que é cidadania.

O Projeto Terra Solidária é um projeto de educação e qualificação profissional de agricultores familiares com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável e solidário. A coordenação é do Fórum Sul dos Rurais da CUT, da Escola Sindical Sul e do DESER. Tem como Objetivo Geral "estimular o desenvolvimento sustentável e solidário, tendo como base a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas; a geração de trabalho e renda; e o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico baseado em princípios agro-ecológicos" (PROJETO TERRA SOLIDÁRIA, 2001, Caderno 1). Dentre os objetivos específicos destaca-se o desenvolvimento de uma metodologia de educação construída a partir da realidade dos próprios agricultores e a formação do agricultor em sujeito das transformações em seu meio e agente de desenvolvimento rural.

Assim concluímos este trabalho frisando que as práticas associativistas por agricultores familiares são espaços em potencial de construção do agir comunicativo e de resistência à hegemonia do sistema e completa colonização do mundo da vida. Também reafirmamos pelo potencial comunicativo de uma racionalidade que se expressa em opções tecnológicas baseadas em princípios agro-ecológicos, como por exemplo a produção orgânica. E por fim, apontamos a necessidade de se pensar o associativismo rural e a produção orgânica por agricultores familiares inseridos na perspectiva maior de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável e Solidário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ALMEIDA, Jalcione. *Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável*. In: ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (orgs.). *Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ALVES, E.R. de A. et al. (org). *Pesquisa agropecuária - perspectiva histórica e desenvolvimento institucional*. Brasília: EMBRAPA - DEP, 1985.

ARANHA, Maria L de A. & MARTINS, Maria H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ARAÚJO, Silvia Maria P. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982.

BASTOS, João Augusto S.L.A. (Org.) *Tecnologia e Interação*. Curitiba: CEFET-PR, 1998. (Coletânea "Educação e Tecnologia" CEFET-PR).

BONILLA, José A. *Fundamentos da Agricultura Ecológica-sobrevivência e qualidade de vida*. São Paulo: Nobel, 1992.

BRANDENBURG, Alfio. *Socioambientalismo e novos atores na agricultura*. In: Workshop Desenvolvimento Rural Sustentável - Promoção: Universidade Livre do Meio Ambiente e Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos, 2001, Curitiba. 12/12/2001.

CAMPANHOLA, Clayton. *A sustentabilidade do novo rural brasileiro*. In: Workshop Desenvolvimento Rural Sustentável - Promoção: Universidade Livre do Meio Ambiente e Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos. 12/12/2001.

CAMPANHOLA, Clayton & VALARINI, Pedro José. *A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor*. In: Workshop Desenvolvimento Rural Sustentável - Promoção: Universidade Livre do Meio Ambiente e Centro de Referência em Gestão Ambiental para Assentamentos Humanos. 12/12/2001.

CARVALHO, H. M. de. *Tecnologia socialmente apropriada - muito além da questão semântica*. Londrina: IAPAR, 1982. (IAPAR. Circular Técnica, 27).

CHAUI, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos)

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1995.

COLOMBO, Irineu. *Agricultura*. Boletim Eletrônico do Deputado Estadual Irineu Colombo. Curitiba. Disponível em: <http://www.portalcolombo.org/conteudo/agricultura.htm>. Acesso em: 10 dez. 2001.

DECCA, Edgar de. *O Nascimento das Fábricas*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História)

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DESER (Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Rurais). *Agricultura Familiar e Projeto Alternativo de Desenvolvimento Solidário*. Curitiba: DESER, sem data. (p. 24-30).

DESER (Departamento de Estudos Sócio Econômicos e Rurais). *Agricultura Familiar, Desenvolvimento e o Novo Sindicalismo*. Curitiba: DESER, 2002.

FAO/INCRA. *Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: FAO, 1995.

FARACO, Carlos Alberto. In: BASTOS, João Augusto S.L.A. (Org.) *Tecnologia e Interação*. Curitiba: CEFET-PR, 1998. (Coletânea "Educação e Tecnologia" CEFET-PR).

FLEISCHFRESSER, V. *Modernização Tecnológica da Agricultura - contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: CONCITEC/IPARDES, 1988.

FLORIANI, Dimas. *A Civilização Tecnológica*. In: CORDI, Cassiano. *Para Filosofar*. São Paulo: Scipione, 1997, pp 171-190.

FÓRUM SUL DOS RURAIS DA CUT. *Plantando o Novo Sindicalismo - semente de uma terra solidária*. In: 1º Congresso Sindical da Agricultura Familiar, 28 a 30 de março de 2001, Chapecó-SC. *Plantando o Novo Sindicalismo - semente de uma terra solidária*. São Paulo: Plural Cooperativa, 2001. (42 páginas)

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAMA, Ruy. *A Tecnologia e o Trabalho na História*. São Paulo: Nobel, 1986.

GARDNER, A.L. & OLIVEIRA, J.S. *Pesquisa aplicada: geração x adoção de tecnologias*. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.1, n.2, 1984.

GASTAL, E. *O processo de transformação tecnológica na agricultura*. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.3, n.1, 1986.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. *Gestão Comunicativa: maximizando criatividade e racionalidade – uma política de recursos humanos a partir da Teoria de Habermas*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. 1ª ed. vol. 48 São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores)

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus, 1987. Tomo II.

HARVEY, David. *O tempo e o espaço no projeto do Iluminismo*. In: *Condição pós-moderna*. (cap.15) São Paulo: Loyola, 1993.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Cortez, 1980.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. *Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 1985.

IAROZINSKI, Maristela Heidemann. *Contribuições da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas para a Educação Tecnológica*. 2000, 109 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em tecnologia / PPGTE, Centro Federal de Educação Tecnológica / CEFET - PR, Curitiba, 2000.

Jornal Terra Solidária. Escola Sul, Deser e Fórum Sul dos Rurais da CUT, ano I, nº 1, nov/1999.

Jornal Terra Solidária. Escola Sul, Deser e Fórum Sul dos Rurais da CUT, ano I, nº 2, nov/1999.

KANT, Immanuel. Textos seletos. ed. bilíngüe. *Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento? (Aufklärung)*. Trad. por Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1974.

MACHADO, M.L. da S. & RODRIGUES, A. dos S. *A geração de tecnologia e o desenvolvimento da agricultura familiar*. Londrina: IAPAR, 1997. (IAPAR, Boletim Técnico, 57).

MARCUSE. *Eros e Civilização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARCUSE, Herbert. *Contra-Revolução e Revolta*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MARKERT, Werner. Educação como processo dialético entre sujeito e objeto. A contribuição da Teoria Crítica para um conceito de educação Iluminista do homem. In: MARKERT, Werner (Org.). *Teorias de educação do Iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. Capítulo 3, p. 71-88.

MARTINE, G. & GARCIA, R.C. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: CAETES, 1987.

MARX, Karl. *A maquinaria e a indústria moderna*. In: *O Capital - crítica da economia política*. Trad. por Reginaldo Sant'Anna. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1975. pp.423-579.

MATOS, Olgária C.F. *A Escola de Frankfurt - Luzes e sombras do Iluminismo*. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos)

MULLER, Geraldo. *Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária*. São Paulo: Educ, 1989.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e Industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná)

PAIVA, R.M. *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura. Pesquisa e planejamento econômico*. São Paulo, v.1, n.2, 1982.

PASSINI, João José. *Geração e comunicação de inovações tecnológicas para a agricultura familiar*. 1999. 153 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia / PPGTE, Centro Federal de Educação Tecnológica / CEFET-PR, Curitiba, 1999.

PEREIRA, L.B. *O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-1985*. Revista de economia e sociologia rural, Brasília, v.30, n.2, 1992.

PINHEIRO, S.L.G. *O enfoque sistêmico na pesquisa e extensão rural (FSR/E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento?* In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. (II: 1995: Londrina) Anais. Londrina: SBSP, 1995, p. 21-52.

PINTO, José Marcelino de Rezende. *Administração e Liberdade: um estudo do conselho de escola à luz da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PROJETO TERRA SOLIDÁRIA. Escola Sindical Sul da CUT. *Desenvolvimento local*. Florianópolis, 2000. (Caderno 1)

PROJETO TERRA SOLIDÁRIA. Escola Sindical Sul da CUT. *Desenvolvimento local*. Florianópolis, 2000. (Caderno 8)

ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SIEBENEICHLER, Flávio B. *Jürgen Habermas: Razão Comunicativa e Emancipação*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

SILVA, J.G. *A modernização dolorosa - estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

SCHULTZ, T.N. *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980.

APÊNDICE

ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTA

1. Aspectos históricos

1.1. Como surgiu a idéia de uma associação de produtores orgânicos em Tijucas do Sul? Por que se optou por produzir orgânicos?

1.2. Quem foram os primeiros envolvidos e interessados em produzir orgânicos?

1.3. Como você descreveria as fases pelas quais passou a Aruatã até o momento que possa ser considerado como fim da associação?

2. Aspectos de participação

2.1. Como você entrou em contato com a Aruatã e como veio a participar dela? Qual era o seu envolvimento na associação?

2.2. Qual foi a sua participação na definição dessa iniciativa (produção de orgânicos)? E qual era a sua experiência em produção de orgânicos e de verduras e legumes?

2.3. Como era o relacionamento pessoal na associação? Entre produtores; entre dirigentes e entre produtores e dirigentes?

2.4. Quais eram outros segmentos envolvidos com a Aruatã e seus níveis de participação?(Aopa, Prefeitura, Codesul, Emater, PUC, Rio de Una, etc).

3. Aspectos de organização (produção, assistência técnica, reuniões e comercialização).

3.1. Como se deu a passagem de uma produção convencional para a orgânica? Houve assistência e orientação técnica nessa mudança de sistema de produção (no momento da mudança e durante o processo)?

3.2. Como era organizada a produção (o que se produzir, nível de produção, fornecimento de mudas, acesso a crédito, etc)? Quais as dificuldades que você apontaria no que se refere a esse item?

3.3. Como era organizada a comercialização (formas de comercialização, nível de comercialização, pagamentos aos produtores, etc)? Quais as dificuldades que você apontaria no que se refere a esse item?

3.4. Como eram as reuniões? Sua periodicidade, comparecimento dos envolvidos, participação nas discussões, envolvimento dos participantes, etc?

4. Conclusão

* Quais seriam as razões que você apontaria para explicar a "falência" da Aruatã? Por que tal iniciativa não prosperou?